

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

MÁRCIA BERNARDES

TODA NUDEZ SERÁ CASTIGADA?

Sentidos construídos a partir do uso do corpo nu da mulher em performances ativistas

São Leopoldo
2017

Márcia Bernardes

TODA NUDEZ SERÁ CASTIGADA?

Sentidos construídos a partir do uso do corpo nu da mulher em performances ativistas

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador(a): Prof(a). Dra. Adriana Amaral

São Leopoldo

2017

B522t Bernardes, Márcia

Toda nudez será castigada? : sentidos contruídos a partir do uso do corpo nu da mulher em performances ativistas / por Márcia Bernardes. – 2017.
137f. : il., 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Adriana Amaral.

1. Feminismo. 2. Ativismo. 3. Corpo. 4. Construção de sentidos. 5. Performance. I. Título.

CDU 396

Catálogo na Fonte:

Bibliotecária Vanessa Borges Nunes - CRB 10/1556

MARCIA BERNARDES

**TODA NUDEZ SERÁ CASTIGADA? SENTIDOS CONSTRUÍDOS A PARTIR DO USO
DO CORPO NU DA MULHER EM PERFORMANCES ATIVISTAS**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora, pelo Programa
de Pós-Graduação em Ciências da
Comunicação da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos - UNISINOS.

Aprovada em 13 de janeiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Ana Carolina Damboriarena Escosteguy - PUCRS



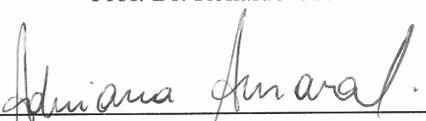
Profa. Dra. Neusa Maria Bongiovanni Ribeiro - FEEVALE



Profa. Dra. Marcia Veiga da Silva - UNISINOS



Prof. Dr. Ronaldo César Henn - UNISINOS



Profa. Dra. Adriana da Rosa Amaral - UNISINOS

Para Rafaela, a luz mais brilhante do
meu caminho.

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido nos quatro anos de doutorado foi de intenso aprendizado, de trocas, de angústias, de dúvidas e de alegria. Sinto enorme gratidão pela oportunidade dessa experiência e por tudo que ela me proporcionou.

Agradeço aos meus e às minhas colegas do doutorado, sempre disponíveis para uma palavra amiga, um consolo, um incentivo, um sorriso, um desabafo ou uma postagem no grupo... Obrigada! A presença de vocês fez o caminho mais colorido!

Às minhas colegas do Proame Cedeca, que têm uma incurável e invejável fé na vida e nas pessoas e que, por meio da convivência, da partilha e do fazer, transformam existências (incluindo a minha). Obrigada Odete, Claudia, Jaira, Sabrine, Micheli e ao presidente parceiro, Henry, que acolheram meus desabafos e sempre entenderam esse momento de estudo.

Para aqueles e aquelas que acompanharam essa jornada, emprestando o ombro amigo nos momentos de dúvidas e que compartilharam os sorrisos e a amizade, sempre dividindo alegrias. Obrigada amigas e amigos, comadres e compadres, irmãos, cunhadas, Paola, Carlinhos, Rafa... À Helena Ieglli e ao Christian Mendes, contrapontos essenciais em muitos momentos da minha vida nesses quatro anos e minha querida comadre Cristiane Schnack, pelas inúmeras palavras de incentivo e alento.

À minha orientadora, Dra. Adriana Amaral, por acompanhar a pesquisa e à Denise Cogo, por ter me acolhido no início dessa caminhada e ter contribuído muito nas minhas experiências como pesquisadora. Ao professor Ronaldo Henn, pelas importantes contribuições na qualificação, que auxiliaram nas descobertas dos caminhos a seguir.

Agradeço muito especialmente aos meus pais, pela presença, pelo exemplo e pela vida compartilhada. Para vocês, o meu amor, a minha gratidão e o meu reconhecimento, sempre!

Ao Paulo, pelo amor que nos une, por estar ao meu lado sempre e incondicionalmente e por ser a pessoa mais sonhadora que conheço, me fazendo sonhar também... muito obrigada por tudo!

À Rafaela, desejando que ela seja o que ela quiser, faça o que desejar fazer, viva sem medo, encare as lutas e seja sempre feliz! Obrigada por me escolher.

Para todas as mulheres, gratidão e força!

*Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar*

*O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume esquecia-se dela
Sempre a última a sair*

*Disfarça e segue em frente
Todo dia, até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa,
Assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
já não quer ser o outro
hoje ela é um também*

*A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado
E não entende o porquê
Tem talento de equilibrista
ela é muitas, se você quer saber*

*Hoje aos trinta é melhor que aos dezoito
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do trabalho e dos filhos
Ainda vai pra night ferver*

*Disfarça e segue em frente
Todo dia, até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa,
Assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
já não quer ser o outro
hoje ela é um também*

(Desconstruindo Amélia, Pitty)

RESUMO

Essa pesquisa busca relacionar gênero e comunicação a partir da perspectiva de performances feministas sustentadas pelo uso do corpo nu da mulher em ações de ativismo social, vinculadas ou geradas no ambiente da internet e que propõem uma discussão centrada na violência contra a mulher. O trabalho parte do entendimento de que o uso do corpo nessas ações de ativismo ou mobilização social geram fluxos comunicacionais diferenciados e, sendo assim, constroem diferentes sentidos que refletem e são refletidos nos processos culturais da sociedade. Dessa forma, a pesquisa busca, por meio de uma experiência cartográfica, mapear ações com o uso do corpo nu da mulher por movimentos ou ativistas feministas e que encontraram na internet o espaço de expansão e disseminação dessas ações, desvelando os sentidos que emergem dessas performances. O objeto aqui é entendido como objeto/processo, uma vez que as ações têm múltiplas matizes, intensidades e relevos, sendo algo em constante movimento. Para compor a metodologia, além da cartografia, foi utilizada a realização de grupos focais, que permitiram uma percepção mais acurada do objeto/processo em suas dimensões *online* e *offline*. Os mapas teóricos contemplaram, principalmente, os estudos de gênero a partir da ótica pós estruturalista (Butler, Scott, Louro) e a comunicação desde a perspectiva dos estudos culturais, com o desafio de pensar também a partir das materialidades da comunicação (Gumbrecht), passando por discussões sobre corpo e performance. Além disso, uma abordagem sobre os movimentos feministas e o contexto atual da mulher na sociedade compõem o estudo. Os resultados apontam para três principais vertentes de sentidos construídos, que são atravessados constantemente por questões relacionadas às mulheres e pautas históricas do movimento feminista: 1) o choque com a performance ou com a nudez “fora de contexto”; 2) a discussão sobre o que é próprio da mulher (lugar de mulher é) e 3) a efetiva mobilização social para a causa (meu corpo, minhas regras!). É possível afirmar que o ativismo enxerga nessas ações uma forma de deslocar ou questionar o uso da nudez feminina na publicidade e no consumo, atrair a atenção para a pauta da violência contra a mulher e reforçar as afirmações sobre a mulher como dona do próprio corpo. Além disso, contribui para questionar as questões culturais marcadas pelo machismo e pela herança patriarcal. Por outro lado, alguns sentidos construídos apontam para a manutenção da cultura existente e dos discursos centrados nas normas e padrões estabelecidos para homens e mulheres.

Palavras-chave: feminismo, ativismo, corpo, construção de sentidos, performance

ABSTRACT

This research intend to relate gender and communication from the perspective of feminist performances supported by the use of the naked body of women in actions of social activism, linked or generated in the internet environment and that propose a discussion concerning the violence against women. The work starts from the understanding that the use of the body in these actions of activism or social mobilization generate differentiated flows communication and construct different senses that reflect and are reflected in the cultural processes of the society. In this way, the research searches, through a cartographic experience, to map actions with the use of the naked body of the woman by feminist movements or activists and that found in the internet the space of expansion and dissemination of these actions, revealing the senses that emerge from these performances. The object here is understood as object/process, because the actions have multiple shades, intensities and reliefs, being something in constant movement. The methodology consists, besides the cartography, the focal groups realization, that allowed a more accurate perception of the object/process in *online* and *offline* dimensions. The theoretical maps focused mainly on the studies of gender from the post structuralism view (Butler, Scott, Louro) and communication from the perspective of cultural studies, and with the challenge of thinking also from the materialities of communication (Gumbrecht), including discussions about body and performance. In addition, an approach to feminist movements and the current context of women in society make up the study. The results point to three main strands of constructed meanings, which are constantly crossed by issues related to women and historical guidelines of the feminist movement: 1) the shock of performance or nudity "out of context"; 2) the discussion about what belongs to the woman and 3) the effective social mobilization for the cause (my body, my rules!). It is possible to affirm that activism sees in these actions a way of dislocating or questioning the use of female nudity in advertising and consumption, attracting attention to the pattern of violence against women, and reinforcing affirmations about women as owners of their own bodies. In addition, it contributes to question the cultural issues marked by machismo and patriarchal heritage. On the other hand, some constructed senses point to the maintenance of the existing culture and discourses centered on norms and standards established for men and women.

Keywords: feminism, activism, body, meaning construction, performance

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A jornalista Nana Queiroz em frente ao Congresso.....	45
Figura 2: Mulheres aderem ao protesto.....	45
Figura 3: Mulheres aderem ao protesto.....	46
Figura 4: Marcha das Vadias de Belo Horizonte, em 2012.....	47
Figura 5 – Características das performances de ativismo.....	97
Figura 6: Festa Xereca Satanik.....	98
Figura 7: Festa Xereca Satanik.....	99
Figura 8: Engajamento no movimento #EuNaoMereçoSerEstuprada.....	104
Figura 9: Engajamento no movimento #EuNaoMereçoSerEstuprada.....	104
Figura 10: Sentidos construídos.....	108
Figura 11: Exemplo 1 de sentidos construídos “Choque da Performance”.....	110
Figura 12: Exemplo 2 de sentidos construídos “Choque da Performance”.....	110
Figura 13: Exemplo 3 de sentidos construídos “Choque da Performance”.....	111
Figura 14: Exemplo 3 de sentidos construídos “Choque da Performance”.....	112
Figura 15: Exemplo 3 de sentidos construídos “Lugar de Mulher é...”.....	114
Figura 16: Exemplo 3 de sentidos construídos “Lugar de Mulher é...”.....	115
Figura 17: Exemplo 3 de sentidos construídos “Lugar de Mulher é...”.....	116
Figura 18: Exemplo 1 de sentidos construídos “Meu corpo, minhas regras”.....	118
Figura 19: Campanha com Sabrina Sato.....	120
Figura 20: Dica da Always e da Safernet para evitar vazamentos de vídeos íntimos.....	121

SUMÁRIO

1. APONTAMENTOS PARA DELINEAR O CAMINHO	12
2. CONSTRUINDO CAMINHOS: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	18
2.1 A Internet como um Espaço de Mobilização e as Possibilidades Cartográficas	26
2.2 Online a Offline: as Possibilidades Encontradas por Meio do Grupo Focal	35
3. MAPEANDO O SER E ESTAR MULHER.....	43
3.1 O Cenário	48
3.2 Um breve mapa da história, dos movimentos e das construções das mulheres	58
4. DIMENSÕES DA PESQUISA: MAPAS TEÓRICOS.....	67
4.1 Gênero, Corpo e Performance	67
4.2 Cultura e sentido; Materialidade e presença.....	83
5. SEGUINDO O CAMINHO: MAPAS DAS PERFORMANCES	94
5.1 Percorrendo rotas, sobrevoando, rastreando.....	95
5.2 A nudez como protesto e o choque da performance.....	98
5.3 O corpo ativista	103
5.4 As principais vertentes de sentidos	109
5.4.1 <i>Toda nudez será castigada.....</i>	<i>109</i>
5.4.2 <i>Lugar de mulher</i>	<i>113</i>
5.4.3 <i>Meu corpo, minhas regras!</i>	<i>117</i>
6. A APROPRIAÇÃO DO ATIVISMO: UM DESVIO	120
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
8. BIBLIOGRAFIA	128

1. APONTAMENTOS PARA DELINEAR O CAMINHO

Ao iniciar o percurso da pesquisa, considerei uma série de fatores para a escolha do tema Gênero e Comunicação. Algumas considerações pessoais, além das questões acadêmicas e socioculturais que serão apontadas a seguir, direcionaram a pesquisa proposta e contribuem para justificar a escolha dos caminhos percorridos.

Minhas primeiras experiências como jornalista refletiram a identificação pessoal pelas questões sociais. A primeira entrevista, realizada no ano de 2001 para a Revista Primeira Impressão¹, foi com Raimunda da Silva² - maranhense, reconhecida mulher ativista do movimento feminista - sobre a exploração da mão de obra das mulheres quebradeiras de coco babaçu no norte e nordeste do Brasil e a condição feminina no país. Já havia aí um grande interesse pelas questões de gênero e desigualdade social.

Desde então, a minha trajetória profissional tem sido ligada a movimentos sociais e comunitários, organizações da sociedade civil e a ações e projetos sociais, como o trabalho na Assessoria a movimentos de mulheres e organizações comunitárias da UNISINOS, ainda nos anos 90; a assessoria de comunicação da Fundação Semear (organização comunitária de Novo Hamburgo – RS); a colaboração em revistas como Brasil Responsável e Conexão Social; a participação como coordenadora do núcleo de comunicação cidadã na Agência da Boa Notícia Guajuviras (ABNG – Canoas/RS); o trabalho de educadora em oficinas de jornalismo para adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social e o trabalho atual como assessora de comunicação no Programa de Apoio a Meninos e Meninas (PROAME), que atua também como Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA), organização da sociedade civil que defende direitos humanos de crianças, adolescentes e

1 A revista era produzida e editada na disciplina de Projeto Experimental em Jornalismo Gráfico do curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, em São Leopoldo (RS).

2 Raimunda Gomes da Silva, mais conhecida como Dona Raimunda, é uma das líderes do movimento extrativista no norte do país. Ficou conhecida por sua luta pelos direitos das mulheres extrativistas. Por seu histórico, ela recebeu muitas homenagens - uma delas prestada pelo Senado Federal - e integrou a lista de mil mulheres, de todo o mundo, concorrentes ao prêmio Nobel da Paz de 2005. Atualmente, Dona Raimunda é aposentada. Vive modestamente, no município de São Miguel do Tocantins, na mesma região isolada onde trabalhou, chamada de Bico do Papagaio, divisa com o Maranhão. Ela ganhou manchetes, foi ao Canadá, França, China e Estados Unidos, mas, de maneira contraditória, algumas quebradeiras de coco desconhecem quem seja ela. Em 2007, a DOC TV 3 realizou um documentário com ela chamado: Raimunda, a quebradeira. O documentário está disponível no YouTube. Em 2009, recebeu, juntamente com Edgar Morin, o título de Doutor Honoris Causa no Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte (Cuica), Campus de Palmas. Mais informações: <<http://conexaoto.com.br/2010/03/24/dona-raimunda-39-eles-acham-que-para-criar-o-gado-tem-que-acabar-com-o-babacu-39>> e <http://www.youtube.com/watch?v=IH13G20cMWA>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

jovens, trabalhando pautas como abuso e exploração sexual, situação de rua, violência letal e trabalho infantil, localizada no município de São Leopoldo.

Dessa forma, o direcionamento da pesquisa de doutorado não poderia ser diferente do que o das questões sociais. Esse interesse se reflete também na linha de pesquisa escolhida. Esse estudo insere-se na linha de pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), que “pesquisa os processos midiáticos focalizados nas identidades culturais e sociabilidades, nas ações de cidadania dos movimentos sociais, nas dinâmicas das redes sociotécnicas e nas tecnologias da comunicação” (UNISINOS, site. Acesso em: 25 maio. 2016)

Na vida acadêmica, essas questões estiveram presentes desde a graduação em jornalismo (2002), quando o Trabalho de Conclusão de Curso foi sobre questões de gênero na novela Laços de Família. No curso de especialização em História, Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo (2009), na Universidade Feevale, o trabalho apresentado versou sobre a mobilização social e a informação proporcionada pelo conteúdo veiculado na internet por três instituições da sociedade civil. No Mestrado em Comunicação (2012), a pesquisa abordou o uso da internet por meninas e jovens mulheres em uma instituição de acolhimento. E foi a partir daí que começou a surgir outro olhar para o tema *gênero*, que sempre esteve presente, de alguma forma, nos meus estudos e na vida profissional. Percebi, a partir da pesquisa com as meninas na organização de acolhimento institucional, a possibilidade de me aprofundar na temática a partir de outra ótica, que não a da juventude e das organizações da sociedade civil (como a pesquisa realizada no Mestrado), mas a partir dos movimentos feministas, das próprias mulheres – feministas – e do uso da internet por esses movimentos.

A primeira intenção foi trabalhar com algo relacionado ao movimento feminista, a partir das atrizes desse movimento, ou seja, das mulheres identificadas como feministas, pensando a partir de histórias de vida. Ainda sem nitidez, a questão *sujeito* do feminismo foi ganhando força, até mesmo pelo entendimento de que é possível ser feminista e militar por um movimento sem, necessariamente, estar formalmente inscrita como membro de uma organização específica desse movimento. No início do caminho, mais especificamente ao final do primeiro ano do doutorado, considerado um momento de algumas definições, a troca de orientação (com a ida da Prof. Dra. Denise Cogo para Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ESPM – SP), trouxe certa instabilidade ao projeto e suscitou dúvidas com relação a qual caminho seguir. Com uma nova orientadora, Prof. Dra. Adriana Amaral, o projeto foi criando outras formas e recebendo novas luzes. Surgiu aí um recorte – a

partir do ativismo feminino ligado às questões do corpo da mulher e do corpo como uma performance de gênero e/ou estratégia de mobilização.

Dessa forma, a perspectiva de analisar gênero e comunicação a partir de performances feministas sustentadas pelo uso do corpo nu e que propõem uma discussão centrada na mulher, tornou-se o objetivo da pesquisa. Buscando delimitar um recorte mais específico, a temática da violência contra a mulher e da violência de gênero, uma das pautas do movimento feminista, passou a ser norteadora na busca e escolha das performances de ativismo que comporiam o espectro da pesquisa, uma vez que essa violência é o fio condutor das performances com o uso do corpo despido.

Isso posto, essa pesquisa parte do entendimento de que o uso do corpo nessas performances ativistas ou mobilizadoras geram fluxos comunicacionais diversificados e que constroem diferentes sentidos. Acredito que esses sentidos refletem diretamente nos processos culturais da sociedade e vice-versa. Além disso, considero importante pensar sobre o ato da performance em si, que ultrapassa o sentido construído pela mobilização social e é fundamental para provocar avanços nas discussões sobre feminismo, mulher, gênero e violência.

Entendo que o corpo sempre esteve presente nas lutas feministas, desde a possibilidade de uso da pílula anticoncepcional; controle de fertilidade; direito ao aborto; combate à violências, entre outras questões. As performances com o uso do corpo seriam uma forma de amplificar o debate em escala pública, fora do âmbito doméstico, buscando conceder ao corpo um significado mais amplo: de crítica das normas e padrões, de liberdade, de propriedade e, fundamentalmente, de discurso político.

Instigada a pensar sobre isso e sobre as percepções das pessoas e os sentidos que elas constroem sobre esse uso do corpo, surgiram questões norteadoras para a pesquisa: quais os sentidos produzidos pelo uso do corpo nu feminino como agente de mobilização contra a violência contra a mulher, a partir do que as pessoas vêem na internet? De que maneira a performance e o corpo estão estruturados nessa construção de sentidos? Os movimentos feministas alcançam resultados ao deslocar o corpo do público para o privado e do privado para o público? Dessa forma, espero mostrar que o feminismo busca, na atualidade, caminhos diversificados para debater e combater a violência contra a mulher, utilizando estratégias que reforçam o posicionamento do corpo como algo próprio e, ao mesmo tempo, utilizando um espaço profícuo para disseminação, que é a internet. Sendo assim, é possível pensar sobre a assertividade (ou não) dessa estratégia e sobre a construção de sentidos pelas pessoas.

Algumas hipóteses podem ser pensadas a partir disso:

- 1) Que o ativismo feminista enxerga na nudez uma forma de questionar a carga moral que a nudez da mulher carrega e, por meio da performance, busca transformar isso em uma força mobilizadora.
- 2) A nudez, por si só, atrai a atenção para a discussão da pauta da violência, e traz afirmações simbólicas sobre a propriedade do corpo.
- 3) O contexto e as questões culturais fazem parte do sentido construído pela performance, que pode ser entendida como discurso político ou como exibicionismo.

Diante disso, segui para a escolha as performances ativistas que poderiam compor a pesquisa. A escolha das performances se deu a partir de um processo exploratório e optei por buscar ações que, criadas ou não dentro do ambiente da internet, tiveram nesse espaço tecnológico a possibilidade de visibilidade em grande escala e provocaram, desta forma, reações variadas. Uma dessas ações é o movimento criado dentro do Facebook pela jornalista Nana Queiroz, chamado #EuNaoMereçoSerEstuprada. No decorrer da pesquisa, outras ações interessantes aconteceram e foram diretamente relacionadas com a pesquisa proposta, como a festa Xereca Satanik; a campanha Chega de Vazamentos, da Always; o movimento #VamosJuntas, criado como uma iniciativa para que as mulheres andem na rua com mais segurança; a campanha Primeiro Assédio, entre outros. Não é possível desconsiderar, também, a importância da Marcha das Vadias, um dos primeiros movimentos com o uso do corpo despido como forma de mobilização, que começou *offline* e alcançou grandes proporções e multiplicação por meio da internet. Frente a essa multiplicidade, foi necessário buscar um recorte que considerou: a abrangência ou mobilização alcançada pela ação (protesto, evento, mobilização social etc); o impacto ou a relevância dada ao uso do corpo nu da mulher na ação; as possibilidades de exploração, inferência e desenvolvimento da temática da pesquisa a partir dessa performance e; por último, a diversidade do espaço de origem (internet ou espaço público), de forma a contemplar diferentes origens e possibilitar uma amplitude de entendimento do imbricamento online e offline.

Seguindo essas considerações, o evento/protesto #EuNaoMereçoSerEstuprada e a Festa Xereca Satanik serão as ações de mobilização com o uso do corpo nu da mulher que terão especial atenção nessa pesquisa e que serão mais atentamente abordadas no capítulo 5.

Para embasar as análises, busquei construir um caminho onde é possível perceber o contexto onde estão esses sujeitos – atrizes do movimento feminista e mulheres – no cenário social, político e cultural contemporâneo, bem como resgatar a história e as contribuições do movimento feminista, na tentativa de tensionar essa história com as construções feministas

atuais, especialmente o ativismo com o uso do corpo feminino; bem como buscar na fundamentação teórica o aporte necessário para contemplar os objetivos aqui pretendidos.

Além de todas essas questões já apontadas, vivenciamos, nesse período (2013 – 2016), uma intensa abordagem das questões de gênero, feministas ou das mulheres. Ao iniciar essa caminhada, em 2013, não poderia imaginar o quanto o feminismo passaria a ser discutido, debatido, analisado e estudado. No decorrer dos últimos anos, a situação da mulher foi intensamente abordada pela mídia, especialmente em questões relacionadas ao corpo, como violência, abuso e estupro. Para citar algumas: o Jornal ABC Domingo, de 15 de novembro de 2015, publicou uma matéria chamada *A resposta ao assédio*, abordando maneiras de enfrentar a situação; já o Caderno Proa, do jornal Zero Hora, de 20 de setembro de 2015, publicou um artigo sobre a popularização do termo *feminazi*³. O mesmo Proa, em 6 de dezembro de 2015 abordou os lugares do feminismo, falando sobre a repercussão de campanhas feministas online; e o Valor Econômico, no caderno Eu&Fim de Semana, publicou, como matéria de capa: *Novo feminismo, velhos problemas*, abordando a cultura do estupro e a violência sexual contra a mulher no país. Também foram criadas ou fortalecidas uma série de iniciativas feministas como o Chega de Fiu Fiu, o Think Olga, o Vamos Juntas e a Revista AzMina, para citar apenas alguns exemplos. Essas informações e abordagens contribuíram para manter a pesquisa em constante movimento, sendo lapidada e repensada.

A frequência com a qual gênero, mulheres e feminismo passou a ser pauta na mídia, em geral, mostra o quanto essas temáticas são relevantes. Questões relativas ao direito ao aborto, ao feminicídio, à violência contra mulher, passando pela misoginia e pela discriminação de gênero tornaram-se mais disseminadas em função dos espaços encontrados para comunicá-las, especialmente a internet. Isso também confirma a pesquisa como algo vivo, atrelada às questões sociais e culturais da atualidade e também se constitui em um desafio.

Não é possível desconsiderar, ainda, a minha própria condição de mulher que vivenciou e vivencia uma série de questões relacionadas a toda essa construção social em torno do gênero feminino. Dessa forma, espero que estudos sobre o tema possibilitem avanços reais, traduzidos em atitudes, em questionamentos e críticas, para que as mulheres tenham garantias de liberdade e de expressão e oportunidades de vivências menos limitadas por sexismo, misoginia, preconceito e violência.

³ O termo é atribuído, equivocadamente, às feministas radicais. É uma tentativa de comparar algumas feministas com nazistas (daí o termo *feminazi*).

Por último, destaco nessa parte inicial do trabalho algumas considerações importantes sobre opções feitas durante a pesquisa:

- 1) O primeiro ponto foi escrito propositalmente na primeira pessoa, para ressaltar a subjetividade das escolhas e a própria experiência pessoal que influenciou todo o trabalho.
- 2) O restante do trabalho está escrito na terceira pessoa. Entendo que, dessa forma, a leitura fica mais fluida e também escrevo de forma mais clara.
- 3) Acreditando em e reforçando a importância de uma linguagem inclusiva na questão de gênero, optei por utilizar os artigos o e a e também incluí-los entre parênteses no final das palavras, contemplando a forma feminina e masculina de cada palavra. A discussão acerca da forma de utilizar uma linguagem igualitária de gênero assume diferentes orientações. Há a utilização de @ ou x, marcando os dois gêneros em uma palavra (amig@s ou amigxs, por exemplo). Tentei priorizar, aqui, o que considero ser mais inclusivo (pois os símbolos dificultam a transcrição para braile, por exemplo) e mais agradável para a leitura.

2. CONSTRUINDO CAMINHOS: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A opção por iniciar o trabalho explicitando as escolhas metodológicas se justifica por acreditarmos que, a partir da perspectiva metodológica é que o caminho a ser tomado na pesquisa passou a ser apontado e as vias de pesquisa foram sendo construídas. Ao pensar a presente proposta, evidenciamos uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, acreditando e partindo do princípio que a perspectiva metodológica escolhida é que apontaria as rotas e trilhas da investigação. Essa proposta advém do entendimento de que a pesquisa parte de algo que toca e afeta o(a) pesquisador(a) e busca pensar sobre determinado fenômeno ou questão, em um esforço de compreensão desse processo. E, dessa forma, pensamos a pesquisa como afetação e movimento.

Entendemos que a abordagem qualitativa permite a identificação de matizes de intensidade e percepção das essências ao longo da extensão daquilo que se pretende pesquisar. Nesse sentido, há uma tentativa de pensar, nesse estudo, a comunicação e suas relações de uma forma sistêmica, abordando a própria comunicação em suas relações com gênero, movimentos sociais (especificamente o feminismo), ativismo e ou mobilização social e internet, em um esforço para não compartimentar a ciência, mas buscar uma visão dinâmica e conectiva entre os universos que compõem a pesquisa. Dessa forma, percebemos que esse é um processo aonde os procedimentos vão sendo percebidos e construídos, atravessados de forma contínua por descobertas, obstáculos, novas percepções e direcionamentos, uma vez que a pesquisa solicita abordagens teóricas e metodológicas que permitam o ecletismo do conhecimento (BACHELARD, 1981), ou seja, que possibilite uma diversidade de procedimentos e abordagens de pesquisa empírica, de acordo com as múltiplas dimensões que a realidade oferece.

Segundo Barbour (2009), a pesquisa qualitativa considera os(as) pesquisadores(as) como parte importante do processo de pesquisa, pela subjetividade que carregam e agregam ao que é pesquisado. Essa é uma perspectiva com a qual compactuamos no desenvolvimento desse estudo. Como afirma Rosário (2013),

[c]omo ignorar que o conhecimento científico, sobretudo nas ciências sociais e humanas, ao se dar pela percepção, carrega elementos de subjetividade e, assim, diferentes maneiras de apreensão? Mesmo tendo em conta o rigor da descrição, cada vez que o cientista discorre sobre um fato, ele está sendo atravessado pelo seu ponto de vista, pela sua sensibilidade aos fenômenos. (ROSÁRIO, 2013, online, s.p. Acesso em: 12 jan. 2015).

Em face da multiplicidade e da subjetividade da pesquisa proposta, a escolha do método a ser seguido foi de difícil decisão. Vale lembrar que “[o]rganizar e adotar um conjunto de procedimentos para desenvolver uma investigação é, sem dúvida, essencial, contudo não é verdadeiro o argumento de que o sucesso da ciência se deve a métodos e a metodologias uniformes e padronizadas”. (ROSÁRIO, 2013, s/p). Encontrar os caminhos para buscar a superação dos regramentos que pautam (ainda) o exercício da ciência, bem como a rigidez e um certo enquadramento que domina esse ambiente foi provocador e desacomodador, mas permitiu pensar de forma mais dinâmica essa pesquisa.

A experiência anterior com etnografia, extremamente gratificante, estava ainda latente e havia um desejo de repetir a utilização exitosa (e também prazerosa) da metodologia utilizada. No entanto, ao observar, ler e pesquisar o objeto – que aqui denominamos de objeto/processo em função de sua dinâmica e movimento – a necessidade de pensar em outras formas de pesquisa foi surgindo. Por fim, com muitas inquietações e muitas dúvidas, as questões apresentadas e a escolha da própria abordagem teórica, juntamente com as pesquisas exploratórias indicaram a perspectiva da cartografia como método, somando-se a ela algumas técnicas de pesquisa como a realização de grupos focais.

A cartografia [...] se desprende dos mitos da ciência em vários aspectos, entre os quais: não se declara neutra, pelo contrário, é parte do objeto; procura tensionamentos, subjetivações e afecções; não toma distanciamentos, mas se aproxima do que vai ser estudado, refletindo-se nele; não se constrói sobre modelos metodológicos prontos, mas sobre a trajetória do pesquisador; não propõe a busca da verdade, e sim um caminhar, um ponto de vista sobre o mundo, procurando conhecimentos, suas versões e sua expressividade. (ROSÁRIO, 2013, *online*, s/p. Acesso em: 12 jan. 2015).

Pensando na produção de conhecimento e nas dinâmicas sociais que se apresentam na contemporaneidade, acreditamos que é necessário provocar tensionamentos na realização da pesquisa, sem o distanciamento do rigor científico. E esse tensionamento compreende não apenas a relação com o objeto, mas com os métodos rígidos e os “caminhos prontos” que, muitas vezes, não permitem as articulações necessárias entre teoria e empiria, entre o(a) pesquisador(a) e o contexto. Nesse sentido, acreditamos na utilização da cartografia – entendida aqui como um método que permite o acompanhamento de processos, sem separá-lo de seu fluxo – como a alternativa para esse estudo, uma vez que os movimentos sociais são fluidos, as ações de ativismo fazem parte da processualidade de determinado momento e ocorrem em uma corrente não necessariamente linear de acontecimentos. Por meio da cartografia, é possível traçar mapas diversos, que se interrelacionam e se completam, teóricos,

metodológicos ou empíricos e seus entrelaçamentos e recortes, buscando dar conta da multiplicidade e da complexidade desse processo, construindo conhecimento.

Entendemos que a pesquisa acadêmica tem o papel de pensar e indagar a realidade e, a partir disso, buscar desenvolver o conhecimento em uma construção coletiva, tentando compreender as dinâmicas sociais, culturais, históricas e políticas, em um fazer científico que ultrapasse as limitações existentes. Muitos fatores podem ser percebidos como ensejadores de uma pesquisa, como instigadores em busca de entendimento para a construção de uma teoria, de um novo olhar ou uma nova perspectiva, gerando análises críticas e questionadoras sobre a sociedade e seus valores. É parte desse processo buscar referências de saberes já construídos de natureza epistemológica, teórica, metodológica e técnica. A partir disso, o(a) pesquisador(a) tem diante de si todo um universo de contribuições que são fundamentais para que ele possa agregar novos elementos, realizar novas propostas e, assim, fazer avançar o campo. Nesse sentido, considerar o aspecto histórico da ciência, como postula Kuhn (1975) também é importante.

Se a ciência é a reunião de fatos, teorias e métodos reunidos nos textos atuais, então os cientistas são homens que, com ou sem sucesso, empenharam-se em contribuir com um ou outro elemento para essa constelação científica. O desenvolvimento torna-se o processo gradativo através do qual esses itens foram adicionados, isoladamente ou em combinação, ao estoque sempre crescente que constitui o conhecimento e a técnica científicos. E a História da Ciência torna-se a disciplina que registra tanto esses aumentos sucessivos como os obstáculos que inibiram sua acumulação. (KUHN, 1975, p. 20).

Assim, o conhecimento prévio do campo, as escolhas do tema e da metodologia são instâncias intimamente ligadas. É nesse universo que o(a) pesquisador(a) encontra o desafio de questionar a “verdade” na ciência (JAPIASSU, 1981), tensionando teorias e construindo problemáticas a partir da concretude da realidade.

Peirce (1975), Norris (2007), Santos (1986) e Japiassu (1981) são alguns dos autores que salientam a não existência de uma verdade absoluta e que acreditam que o papel da ciência e dos processos de investigação é muito mais amplo do que proferir discursos dogmáticos. Morin (1986) também discute o estatuto da verdade, afirmando que “reconstruímos ou formulamos incessantemente a idéia de verdade nos nossos cálculos, nas nossas percepções, nas nossas observações sem nos sentirmos implicados nela” (MORIN, 1986, p. 124). O autor define, ainda, o sentimento de verdade como algo que suscita uma dupla posse: a posse da verdade (a verdade pertence-me) e a posse pela verdade (a verdade me pertence); “assim, ao mesmo tempo que se torna uma entidade transcendente que

adoramos, a verdade torna-se o nosso bem pessoal, incorporado a nossa identidade” (MORIN, 1986, p. 124).

Também nesse sentido, a escolha da cartografia é interessante. Segundo Rosário (2008, p. 207), a cartografia “busca desconstruir os *discursos de verdade* estabelecidos, tensionando linhas de força, capturando o novo, buscando a alteridade e o que é negado ou está escondido” (grifos da autora). Dessa forma, encontramos na cartografia um método “desacomodador”, uma alternativa à pesquisa que determina objetos, modela os métodos e direciona os sujeitos, conforme Rosário, e percebemos que a cartografia privilegia o movimento, algo muito presente nessa proposta de pesquisa, especialmente pela escolha do objeto, que é processo.

A cartografia é utilizada há bastante tempo em outras áreas como a geografia e a engenharia, onde é definida como a ciência que trata da concepção, produção, utilização e estudo de mapas propondo, dessa forma, a representação do espaço. Nas Ciências Sociais, o uso da cartografia é utilizado, principalmente, na área da psicologia.

A cartografia é um método formulado por G. Deleuze e F. Guattari (1995) que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. [...] De saída, a idéia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas a serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. (KASTRUP, 2014, p. 32).

O estudo da cartografia encontra destaque em Gilles Deleuze e Félix Guattari (que propõem o viés rizomático); em Jesus Martín-Barbero e Nestor Garcia Canclini, que pensam o método a partir do viés comunicacional e em Sueli Rolnik, que parte de uma perspectiva da psicanálise. No campo da comunicação, autores(as) como Rosário (2008) e Martín-Barbero (2004) apontam para a cartografia como uma perspectiva metodológica que permite apreender os processos comunicacionais.

[...] a cartografia pode ser entendida como um procedimento, como um método ou como uma metodologia, dependendo do âmbito que ela ocupa na pesquisa e das intenções do pesquisador com seu uso. Optar por ela pressupõe, antes de tudo, o desejo de realizar a investigação científica por um prisma diferenciado do sistema clássico-tradicional; implica assumir a presença da subjetividade na investigação, sem ignorar a cientificidade. (ROSÁRIO, 2008, p. 211)

Entendemos que a cartografia considera a importância da imersão do(a) cartógrafo(a) a múltiplas narrativas dos processos acompanhados. Kastrup e Barros (2014) afirmam que o campo apresenta processos em curso e que a cartografia “não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo” (p. 57). O movimento feminista e as ações de ativismo são intrinsecamente ligados a questões culturais, sociais e históricas, não

podendo ser separadas do contexto por onde circulam. Não obstante, é preciso atentar que a palavra processo tem dois sentidos distintos, como definem Kastrup e Barros (2014). O primeiro remete à ideia de processamento, que evoca a “concepção de conhecimento pautada na teoria da informação” (p. 58), com a pesquisa entendida e praticada por meio da coleta e análise de informações. Para entender e praticar cartografia, é preciso entender processo como processualidade, não como uma sucessão de etapas ou momentos de pesquisa, mas como um movimento contínuo de coletar dados, analisar dados e escrever texto. Para Aguiar (2010), o exercício da cartografia é perceber o método de pesquisa como uma paisagem que muda a cada momento e de forma alguma é estático.

A cartografia, pensada em sua aplicação nos processos comunicacionais, não se resume ao desenvolvimento de um mapa com rotas estabelecidas, caminhos possíveis, um lugar de chegada ou mesmo um lugar de partida. Mas, se refere a uma capacidade de desestabilizar o objeto e mudar o lugar do qual se formulam as perguntas. Acreditamos que ela supera o mapeamento físico, e deve ser vista como uma estratégia de análise crítica, que acompanha e descreve relações, trajetórias, rupturas e resistências. Dessa forma, encontramos na cartografia uma forma de apreensão dos movimentos sociais e de ações específicas de ativismo.

Rosario (2013) destaca, ao utilizar a cartografia como procedimento ou metodologia ou método em estudos de comunicação, que, é preciso lembrar que a dificuldade de aceitar outros procedimentos de pesquisa, como a cartografia, está ligada a formalidade dos métodos de investigação tradicionalmente apreciados pelo campo da comunicação social e aprovados no âmbito da pesquisa científica, que ainda têm como facilitador o modelo metodológico.

Rolnik define a cartografia como “um método com dupla função: detectar a paisagem, seus acidentes, suas mutações e, ao mesmo tempo, criar vias de passagem através deles.”. Ela complementa que diferentemente do “mapa [que] só cobre o visível, a cartografia acompanha a transformação da paisagem. É para isto aliás que ela serve. Senão não serve” (ROLNIK, 1987, p. 6).

Um dos obstáculos que se faz visível no cartografar, quando esse é trazido à comunicação, é o da composição do mapa, já que ele não é apenas uma cópia, um decalque ou uma reprodução. Além disso, não há um modelo a ser seguido e aplicado na sua construção, tampouco um roteiro com os passos a serem dados. Assim, a cartografia precisa contar com a invenção, já que ela impele o pesquisador a criar a sua própria forma de fazer pesquisa; conduz à elaboração de um roteiro particular que contemple as especificidades do objeto; arrasta o investigador por diversas perspectivas do objeto: amplitudes, intensidades, extensões, tensões, fluxos e proporções. A experiência e a sensibilidade do cartógrafo vão ajudar nas definições, contudo, tendo em vista justamente as imprevisibilidades do processo, alguns critérios e metas devem ser planejados e usados. De qualquer forma, esse é um processo particular que, no entanto, não perde a conexão com a cientificidade. (ROSÁRIO, s/d, *online*).

Entendemos, com isso, que a cartografia não traça uma técnica padrão que pode ser determinada previamente. Ela propõe um percurso metodológico que vai se formando na medida em que o objeto estudado vai sendo “processado”, valorizando a rede de forças ao qual ele está conectado, no que diz respeito às suas articulações históricas e conexões com o mundo, em um movimento dinâmico e permanente. Nesse percurso, o(a) cartógrafo(a) se permite operar conceitualmente de forma múltipla. “A cartografia encaminha-se sempre para a produção da diferença e para uma nova maneira de adquirir conhecimento”, afirma Rosário (2013).

Rolnik (2014, p.54) salienta que a prática do(a) cartógrafo(a) é um ato antropofágico: ele expropria, se apropria, devora e está sempre buscando elementos para compor a sua cartografia. Para a autora: “É muito simples o que o cartógrafo leva no bolso: um critério, um princípio, uma regra e um breve roteiro de preocupações - este, cada cartógrafo vai definindo e redefinindo para si, constantemente” (ROLNIK, 2014, p. 67). Segundo ela: “O critério é [...] o grau de intimidade que cada um se permite [...]. o critério do cartógrafo é o grau de abertura para a vida que cada um se permite a cada momento. Seu critério tem como pressuposto seu princípio.” (idem, p. 68) Já o princípio considera os objetivos, as causas da investigação. “O princípio do cartógrafo é *extramoral*: a expansão da vida é seu parâmetro básico e exclusivo, e nunca uma cartografia qualquer, tomada como mapa”. (idem, p. 68). A regra traça um limite de tolerância para a desorientação e dá elasticidade ao critério e ao princípio. É considerar, sempre, o limite e as estratégias que conduzirão o processo de investigação, considerando novos sentidos ou se libertando de impedimentos no processo. Por último, o roteiro de indagações, que inicia a pesquisa e, no decorrer dela, permanece em constante construção em função das dinâmicas do processo.

É importante destacar que a entrada do(a) aprendiz de cartógrafo(a) em campo faz surgir, primordialmente, a questão de onde pousar sua atenção (KASTRUP). Dessa forma, tomaremos como ponto de partida o que Kastrup define como quatro variedades de atenção

do(a) cartógrafo(a). A primeira delas é o rastreio, que é um gesto de varredura do campo. “Rastrear é também acompanhar mudanças de posição, de velocidade, de aceleração, de ritmo. [...] A atenção do cartógrafo e, em princípio, aberta e sem foco, e a concentração se explica por uma sintonia fina com o problema” (KASTRUP, 2014, p. 40). O toque, por sua vez, pode ser visto como algo que se destaca, que exige atenção. É o que ganha relevo no conjunto de elementos observados.

O toque pode levar tempo para acontecer e pode ter diferentes graus de intensidade. Sua importância no desenvolvimento de uma pesquisa de campo revela que esta possui múltiplas entradas e não segue um caminho unidirecional para chegar a um fim determinado. Através da atenção ao toque, a cartografia busca assegurar o rigor do método sem abrir mão da imprevisibilidade de processo de produção do conhecimento, que constitui uma exigência positiva do processo de investigação *ad hoc*. (KASTRUP, 2014, p. 43).

A terceira variedade apontada pela autora é o gesto de pouso, que indica que a atenção tem sua escala alterada e que a percepção provoca uma espécie de *zoom*. “Um novo território se forma, o campo de observação se reconfigura” (KASTRUP, 2014, p. 43). Por fim, o reconhecimento atento, inspirado em Bergson e que ocorre na forma de circuitos, acionados pela memória, que ampliam a percepção.

É importante também abordar, ainda, o viés rizomático da cartografia, proposto por Deleuze e Guattari, entendido como uma forma de buscar em diferentes territórios as especificidades necessárias para compor uma área dinâmica. Essa forma múltipla de perceber, acompanhar, entrar e sair de processos, caracteriza o rizoma, entendido como a quebra de linearidade do saber, da dualidade, das dicotomias. O rizoma de Deleuze e Guattari é um método aberto, é uma forma de ser, estar e perceber o mundo.

Subtrair o único da multiplicidade a ser construída. [...] Um tal sistema poderia ser chamado de rizoma. Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas. [...] O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 15).

Os autores apontam características ou princípios do rizoma:

- 1) De conexão: afirma que qualquer ponto pode conectar-se a outro ponto qualquer, ou seja, o rizoma é totalmente livre, conecta-se por contato e desenvolve-se por e para qualquer direção. Isso significa que o rizoma conecta lutas sociais, organizações de poder, cadeias semióticas etc.
- 2) De heterogeneidade: É a ausência de totalização. O rizoma é espaço tempo da diversidade, pluralidade, complexidade e mutação.

- 3) De multiplicidade: é por meio desse princípio que Deleuze e Guattari conseguem afirmar que todas as coisas (objeto, sujeito, etc.) são desde sempre e para sempre moventes. É o que remete à trama, tecitura.

[...] é somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo (...). Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mudem de natureza (as leis de combinação aumentam, pois, com a multiplicidade). (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 16)

- 4) De ruptura a-significante: afirma que um rizoma pode ser rompido ou quebrado em qualquer lugar, assim como pode ser retomado por uma ou outra linha. Sendo assim, as formas podem ser rompidas e são permanentemente móveis.

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. “Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras.” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 18).

- 5) Da cartografia: Segundo os autores, um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. Dessa forma, ele funciona como um mapa, transformacional e subjetivo. O mapa é aberto, suscetível a modificações, de construção livre e constituído de multiplicidades e conjuntos de intensidades.

[o] mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói [...]. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social [...]. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 22).

- 6) Da decalcomania: parte de modelo estrutural e gerativo. É uma estrutura profunda e reprodutível ao infinito. Enquanto o mapa é uma questão de performance, o decalque remete a uma presumida “competência”.

A partir disso, temos no rizoma um sistema não hierárquico e não significativo que, diferentemente das árvores ou raízes, é capaz de conectar um ponto a qualquer outro ponto e de qualquer natureza. Essa proposta é extremamente interessante para pensar movimentos sociais e ativismo ou mobilização social e, dessa forma, compõe a pesquisa.

O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre demontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 32 e 33).

Um rizoma é feito de platôs, que são regiões de multiplicidades e intensidades conectáveis pelo meio. Um platô está sempre no meio, nem início e nem fim. Dessa forma, é importante que o(a) cartógrafo(a) mostre todos os desdobramentos que foram realizados na pesquisa, todos os passos que foram dados, uma vez que na cartografia, o meio explica os caminhos escolhidos durante o processo de produção de conhecimento.

Sendo assim, encontramos na cartografia um método para buscar compor os olhares, os sentidos construídos sobre o uso do corpo nu da mulher em performances de ativismo feminista e acreditamos que é possível perceber as dinâmicas, os fluxos e as intensidades do objeto/processo. Podemos afirmar que cartografar se traduz como um conjunto de procedimentos de pesquisa que, aqui, buscam contemplar, conferir e delinear as diferentes percepções e sentidos encontrados nas performances feministas. Da mesma forma que a natureza do objeto pesquisado, a cartografia se mostra polifônica.

Como mencionado anteriormente, a presente pesquisa versa sobre as ações de mobilização social e ativismo feminista que têm a internet como o espaço onde as manifestações encontraram possibilidades de divulgação, de visibilidade e eco. Nesse sentido, é importante destacar as considerações de Rosário e Aguiar (2012). Segundo as autoras, a utilização da cartografia aplicada em estudos de internet e cibercultura⁴, ainda é incipiente. Para elas “a *web* trouxe, sem dúvida, ampla perspectiva para a construção de problemáticas teórico-metodológicas de relevância para a comunicação” e complementam, afirmando que “apesar da abrangência que as investigações conseguiram alcançar, as pesquisas nem sempre conseguem acompanhar o desenvolvimento da rede, seus usos e de suas tecnologias” (ROSÁRIO e AGUIAR, 2012, s/p). Dessa forma, consideramos fundamental pensar nas possibilidades cartográficas encontradas nesse meio, conforme abordaremos a seguir.

2.1 A Internet como um Espaço de Mobilização e as Possibilidades Cartográficas

A mobilização social, como aponta Mafra (2010), é um fenômeno cada vez mais presente na atualidade, apesar de sua existência perpassar a história da humanidade. “[...]”

⁴ Não afirmamos que a pesquisa é um estudo de cibercultura, mas consideramos o ambiente digital – a internet – como o meio onde as ações ganharam visibilidade e força. Dessa forma, entendemos que é necessário pensar a cartografia aplicada aos estudos de internet e cibercultura.

desde que o homem descobriu suas potencialidades de agir no mundo e foi capaz de se reconhecer numa coletividade, ele se mobiliza junto aos seus semelhantes e compartilha desejos, sentimentos e ações, na tentativa de construir uma vida que lhe dê liberdade e autonomia.” (MAFRA, 1010, p. 107). Toro e Werneck também apresentam o entendimento de mobilização social nessa mesma direção. Segundo os autores, a mobilização social ocorre quando um grupo de pessoas age com um objetivo comum, “sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (TORO e WERNECK, 2004, p. 13). A liberdade referida por Mafra é também parte constituinte do processo de mobilização, uma vez que a participação é uma escolha.

Machado define movimentos sociais como “formas de organização e articulação baseadas em conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social.” (MACHADO, 2007, p. 252). Essas formas de ação coletiva pressionam mudanças na ordem social existente e criam fontes de inovações. (TORO, MACHADO, GOHN).

Existe também um reconhecimento de que eles detêm um saber, decorrentes de suas práticas cotidianas, passíveis de serem apropriados e transformados em força produtiva. Os movimentos são elementos fundamentais na sociedade moderna, agentes construtores de uma nova ordem social e não agentes de perturbação da ordem, como prescrevem as análises conservadoras presentes nos manuais antigos, ou como ainda são tratados na atualidade por políticos tradicionais. (GOHN, 2010, p. 12).

Salientamos que, nessa pesquisa, a mobilização social é pensada como um processo político, de luta por um bem comum (especificamente relacionada ao feminismo e a igualdade de gênero). É como algo orientado para um projeto de futuro e recebe um olhar do ponto de vista da comunicação.

Consideraremos que a mobilização social, compreendida pelo ângulo da comunicação, está intrinsecamente envolvida com o estabelecimento de processos comunicativos entre os diversos atores sociais que compartilham determinada causa. E para deflagrar esses atos, que podem ser traduzidos como interações e trocas comunicacionais, os sujeitos utilizam os meios, linguagens e instrumentos com os quais convivem na sociedade, posicionados em lugares específicos, carregados de valores e materiais simbólicos que os constituem e constroem a realidade. (MAFRA, 2010, p. 107).

Dessa forma, temos nos movimentos sociais contemporâneos, entre eles o feminismo, um local de promoção da mobilização social, visando a democratização, o desenvolvimento social por meio de políticas de inclusão, o reconhecimento da legitimidade dos atores e das atrizes sociais. Não há como negar que, nesse sentido, o acesso e uso de diferentes formas de produção, distribuição e consumo da informação são elementos

relevantes para a efetividade da mobilização e que, no cenário atual, encontram na internet o espaço de práticas possíveis desse acesso e uso.

Recuero (2009) aponta que a possibilidade de expressão e socialização por meio das ferramentas de comunicação digitais é uma das mudanças fundamentais trazidas pelo advento da internet. Atualmente, experienciamos essa possibilidade de forma intensa, em uma gama de elementos e processos imbricados com o que acontece fora do ambiente digital. Isso se verifica nas palavras de Castells

Nos últimos anos, a comunicação em ampla escala tem passado por profunda transformação tecnológica e organizacional, com a emergência do que denominei autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e, mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte. (CASTELLS, 2013, p. 162).

Castells (2013) destaca que essas ferramentas de comunicação digitais transformaram também as práticas dos movimentos sociais na atualidade, que apresentam algumas características específicas como a conexão em rede de múltiplas plataformas. “As tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança de formato do movimento”. (CASTELLS, 2013, p. 164). O autor faz uma análise baseada em movimentos que se originaram na internet e, embora tenham início nas redes sociais digitais, efetivamente se tornam um amplo movimento a partir do momento em que ocupam o espaço urbano. Ou seja, há uma interação entre os espaços ocupados na internet e fora dela, que constituem um terceiro espaço denominado por Castells de espaço da autonomia, “[...] porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de organização; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para os cidadãos”. (CASTELLS, 2013, p. 165). Outros pontos importantes destacados pelo autor são: a presença local e global e a possibilidade de debates contínuos na internet, além da espontaneidade em suas origens e a capacidade viral dos movimentos, seguindo a lógica das redes da internet.

Nesse sentido, o estudo proposto vincula-se com esse pensamento, uma vez que os movimentos aqui pesquisados fortalecem ou fortaleceram suas práticas em um ambiente online, mas ocuparam espaços públicos, em um exercício de autonomia e liberdade que possibilita a transformação social. Sabemos, ainda, que os movimentos sociais, onde se inclui o feminismo, são beneficiados pela horizontalidade das redes e da liderança desses

movimentos. Já citamos exemplos de ações e de iniciativas feministas via internet, que promovem a discussão e disseminação do feminismo e atentam para a necessidade de existência do movimento. A Agência Brasil, em março de 2016, publicou uma matéria sob o título: *Com a internet, feminismo está em alta entre as jovens, diz especialista*. O conteúdo publicado afirmava que, “De janeiro de 2014 a outubro de 2015, o número de buscas pelo termo “feminismo” no Google aumentou 86,7% no Brasil – passando de 8.100 para 90.500 buscas” e que “O crescimento do interesse pelo tema revela também o aumento dos espaços ocupados pelas feministas, em especial, na internet”⁵.

Castells, ao referir a prática de movimentos sociais em rede, afirma,

[o] que esses movimentos sociais em rede estão propondo em sua prática é um nova utopia no cerne da cultura da sociedade em rede: a utopia da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade. [...] A internet, que, como todas as tecnologias, encarna a cultura material, é uma plataforma privilegiada para a construção social da autonomia. (CASTELLS, 2013, p. 170)

Luise Bello, gerente de conteúdo e comunidades do Think Olga⁶, afirmou, em entrevista para a Agência Brasil que a internet ajudou a disseminar o feminismo e angariar adeptas e adeptos ou simpatizantes.

[...] O movimento ganhou uma nova roupagem e se tornou mais palatável. É o mesmo feminismo que sempre existiu, mas a internet aproximou as causas feministas da realidade das mulheres, mostrou como ele pode ser útil e faz parte de coisas que as mulheres já vivem, mas não refletiam que eram problemas de igualdade de gênero. É muito poderoso o que tem acontecido nos últimos dois anos. O assunto tem se tornado cada vez mais comum e isso ajuda a tirar o estereótipo negativo da feminista. Ideias como “feminista parece homem”, “não têm nenhum tipo de vaidade”, ou são agressivas e violentas perderam o sentido. Hoje a gente consegue ter mulheres famosas que se declaram feministas e mulheres comuns que falam sobre isso com suas famílias e amigos. O feminismo é simplesmente uma luta por direitos iguais. Isso muda a visão dos que viam as feministas de maneira negativa e ajuda a tirar o movimento dos círculos mais elitizados e de ambientes acadêmicos. Tem esse lado positivo dessas grandes campanhas na internet, de todo esse momento de popularidade do tema que estamos vivendo, porque ele empodera a mulher ao mostrar que não há problema em ser feminista e lutar por direitos iguais e que toda reação negativa advinda disso deve ser combatida. (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/com-internet-feminismo-esta-em-alta-entre-jovens-diz-especialista>. Acesso em: 20 mar. 2016).

A configuração que a internet assume nos dias atuais pode ser conferida no panorama da internet na América Latina, onde há um impacto significativo e positivo do uso da internet em pontos como: fortalecimento do trabalho científico pela viabilização da exposição de resultados e do fomento à cultura de pesquisa; a visibilização de práticas políticas (como as

⁵ Matéria completa em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/com-internet-feminismo-esta-em-alta-entre-jovens-diz-especialista>. Acesso em: 20 mar. 2016.

⁶ Organização não governamental de ativismo feminista online.

práticas de mobilização e ou ativismo pensadas nesse estudo) e como alternativa de comunicação (Fragoso e Maldonado, 2009).

O Comitê Gestor da Internet (CGI) no Brasil realiza estudos e pesquisas sobre uso e acesso das tecnologias de informação e comunicação, a partir do entendimento de que o acesso e uso dessas tecnologias, em especial a internet, tem grande influência nas formas de socialização na atualidade, no modo como construímos conhecimento e no desenvolvimento da colaboração e da inovação. Em 2014, o Comitê apresentou a pesquisa Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) Organizações sem fins lucrativos, que reuniu alguns indicadores relativos ao uso da internet por organizações da sociedade civil, associações e fundações, entre outros, incluídas aí as organizações feministas ou de mulheres⁷. A pesquisa apontou que 62% das organizações utilizaram a internet para a divulgação de suas ações nos últimos 12 meses e 66% afirmam que usam a internet para o trabalho da organização. Outro dado interessante mostra que 60% das instituições estão presentes na internet por meio de alguma rede social, blog ou fórum. Quando questionadas sobre o grau de contribuição da presença da organização na internet por meio de rede social, blog ou fórum, 38% afirmam que contribui muito; 39% afirmam que contribui e 21% afirmam que contribui pouco. (TIC Organizações sem fins lucrativos. Disponível em: <http://cetic.br/pesquisa/osfil/>. Acesso em: 23 abr. 2016).

Uma das pesquisas realizada pelo Comitê⁸, relata a importância da interação gerada a partir do uso da tecnologia e a sociedade, causando ou reforçando fenômenos e processos de mudança sociais. A nona edição da pesquisa do CGI mostra que “a parcela dos brasileiros que está incluída digitalmente, sobretudo nos estratos mais jovens da população, adotou a internet como parte essencial de seu cotidiano”. Segundo a pesquisa, em 2013, quase a metade dos domicílios brasileiros (49%) possuía computador, enquanto 43% tinham acesso à Internet, correspondendo a 27,2 milhões em números absolutos. É importante destacar que

⁷ Importante ressaltar que os movimentos, não constituídos juridicamente, não fizeram parte da pesquisa, o que não invalida os dados apontados.

⁸ Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil - TIC Domicílios e Empresas 2013, disponível em: <http://cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-no-brasil-tic-domicilios-e-empresas-2013/>. A pesquisa não foi realizada após 2013.

[a]s desigualdades por classe social e área persistem: na classe A, a proporção de domicílios com acesso à Internet é de 98%; na classe B, 80%; na classe C, 39%; e nas classes D e E, 8%. Nas áreas urbanas, a proporção de domicílios com acesso à Internet é de 48%, enquanto nas áreas rurais é de 15%. [...]. A pesquisa TIC Domicílios também indica uma contínua ampliação na proporção de usuários de Internet, bem como a intensificação da frequência de uso pelos usuários brasileiros de Internet. Em 2013, a proporção de usuários de Internet ultrapassa, pela primeira vez, a metade da população, chegando a 51% – o que corresponde a 85,9 milhões de brasileiros. Contudo, há uma notável diferença etária quanto ao perfil dos usuários. Entre os indivíduos de 10 a 15 anos a proporção de usuários chega a 75%, atingindo 77% entre os de 16 a 24 anos. Entre as pessoas de 35 a 44 anos de idade, 47% são usuárias de Internet, enquanto apenas 33% das pessoas entre 45 e 49 anos e 11% daquelas com mais de 60 anos são usuárias da rede. [...]. A proporção dos que usam a Internet diariamente cresceu de 53% em 2008 para 71% em 2013. (TIC, 2013, p. 33)

Outro dado apontado pela pesquisa está relacionado à utilização dos telefones celulares, e mostra que estes estão cada vez mais presentes na vida dos(as) brasileiros(as), inclusive para acessar a internet. A pesquisa aponta que, em 2013, 85% das pessoas com 10 anos de idade ou mais usavam telefone celular, totalizando 143 milhões de brasileiros(as). Na classe DE esta proporção é de 69% e na área rural é de 73%.

O uso da Internet no celular destacou-se em 2013: 31% dos brasileiros com 10 anos ou mais acessaram a rede pelo aparelho, o que representa 52,5 milhões de pessoas em números absolutos. Em 2013, a pesquisa TIC Domicílios aprofundou o estudo das atividades realizadas no telefone celular e constatou que 30% dos usuários de telefone celular acessaram redes sociais; 26% compartilharam fotos, vídeos ou textos; 25% acessaram e-mails; e 23% baixaram aplicativos. (TIC, 2013, p. 33)

O uso da internet e das redes como plataformas de comunicação e geração (ou apropriação) de acontecimentos e de mobilização social certamente inclui as discussões em torno de questões de gênero. Pensar as relações de gênero e comunicação a partir da internet traz consigo um volume de informações que podem ser vistas por diferentes ângulos e que, ao mesmo tempo, parecem se interligar de forma simbiótica. Percebemos, nesse espaço, a presença de toda uma carga social e cultural já estabelecida e que tenta regular e normatizar as nossas ações e as nossas vivências. Também notamos que as questões de gênero, na internet, aparecem de forma muito evidente e acionam rapidamente a geração de valor, deixando claro que, nesse terreno, as tensões são muitas e podem apresentar-se até mesmo na forma de violência enunciativa.

Nesse sentido, acreditamos importante buscar uma aproximação das questões de gênero a partir da internet, especificamente em abordagens que relacionam o feminismo e o corpo feminino ou o corpo da mulher. Ao buscar essa interface, temos como premissa uma relação entre esses temas, na construção de muitos saberes. As significativas mudanças nas relações sociais ocorridas nos últimos anos, refletidas no acesso, no consumo, na produção e

na distribuição da informação, fomentadas pelos avanços tecnológicos, são refletidas nas práticas sociais e culturais da sociedade. A produção e a reprodução das relações sociais entre indivíduos, grupos e movimentos da sociedade, a discussão sobre como produzem sua cultura e atribuem sentidos às suas experiências e vivências encontram nas tecnologias da comunicação um terreno fértil para significativas mudanças. É, portanto, uma intervenção com potencial transformador e que produz um cenário comunicativo diferenciado para as mulheres, para o feminismo e para os movimentos de gênero, desvelando perspectivas de transformação nas relações sociais de gênero, na medida em que a internet pode contribuir para alterar a percepção de relações construídas e aceitas culturalmente, mantidas e repetidas por muito tempo.

É importante destacar que aqui consideramos a internet como um artefato cultural. Fragoso, Recuero e Amaral (2011) observam que considerar a internet como artefato cultural permite a observação da tecnologia na vida cotidiana. “Assim, favorece a percepção da rede como um elemento de cultura e não como uma entidade à parte”, diferenciando-se da internet como cultura, “entre outras coisas, pela integração dos âmbitos *online* e *offline*. A ideia de artefato cultural compreende que existem diferentes significados culturais em diferentes contextos de uso” (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2011, p. 42). Dentro dessa perspectiva, a internet também pode ser pensada como uma tecnologia midiática, geradora de práticas sociais. Essa é uma abordagem proposta pelo Coletivo Mediaciones⁹ que, conforme Fragoso, Recuero e Amaral têm ênfase marcada pela convergência de mídias. Nessa linha, a “construção dos objetos permitiria ‘seguir as práticas e os atores sociais’ em suas performances, levando em conta não apenas a dimensão simbólica, mas também a dimensão material no qual o campo é definido durante a pesquisa” (2011, p. 44).

Dessa forma, também nos alinhamos com o entendimento trazido por Cogo e Brignol (2011), que definem a internet como “um ambiente comunicacional múltiplo e complexo no qual diferem características como [...] a facilidade de acesso à esfera da produção, a convergência midiática, a interatividade e a hipertextualidade”, fatores que as autoras destacam coexistir com “a centralidade de acessos e usos unidirecionais ou pouco participativos” (COGO e BRIGNOL, 2011, p. 86 e 87). É nesse ambiente que se fundamentam muitas ações dos movimentos sociais contemporâneos, incluídos os movimentos feministas, de mulheres e de gênero. Entendemos que, como ambiente múltiplo,

⁹ Coletivo de pesquisadores da Universidade Aberta da Catalunha, dedicado ao estudo sociocultural da internet, das tecnologias digitais e dos novos meios, conforme o site <http://www.mediacions.net/>. Acesso em: 10 mai. 2015.

a internet tem um papel que ultrapassa a instrumentalidade. “[H]á uma conexão fundamental, mais profunda, entre internet e os movimentos sociais em rede: *eles comungam de uma cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz básica das sociedades contemporâneas.*” (CASTELLS, 2013, p. 171, grifo do autor).

Pensar as relações entre gênero e comunicação é parte de uma inconformidade com uma série de questões sociais que nos são postas nos dias atuais. Também é parte do entendimento de que gênero é uma questão política, é algo que ultrapassa o binarismo homens e mulheres e passa a ser um questionamento e uma reflexão sobre a própria identidade feminina. Sendo assim, diz respeito a todo movimento feminista ou a todo ativismo social relacionado com as questões “das mulheres”. E, atualmente, a internet é um espaço profícuo de ativismo, de mobilização, de (re)construção de sentidos e de articulação dos movimentos. Temos o entendimento de que os fenômenos de visibilidade proporcionados pela internet carregam em si uma importante dimensão política, junto aos processos de apropriação propiciados pelo uso desse espaço. Essa apropriação coloca o ciberespaço¹⁰ como um meio onde é possível estruturar e experimentar formas singulares de luta, de expressão e de organização.

Além disso, segundo Santos (2006), é preciso ter presente a ciência em termos de um vasto campo cultural, com diversas culturas científicas, onde as identidades passam a ser múltiplas e onde o cultural adquire relevância importante. Como afirma o autor, a atualidade convoca tempos sociais múltiplos e, dessa forma, a produção de sentido contemporânea está atravessada pelas tecnoculturas (JAPIASSU, 1991). Atualmente, os processos culturais, a produção de sentidos e a construção das identidades sociais estão cada vez mais dependentes do fluxo de materiais simbólicos constituído pela internet. Esses materiais contribuem para a criação de identificações, que são realizadas a partir de critérios de escolha consoantes com as preferências e gostos dos sujeitos, o que marca a sociabilidade contemporânea, uma forma de interação social. Como apontam Fuentes Navarro e Lopes (2001), mais importante que reformular as tecnologias e entendê-las em suas lógicas, devemos verificar as relações socioculturais entre os sujeitos e os sistemas.

A partir disso, percebemos que a discussão política e social sobre as mulheres (o feminismo), bem como a discussão sobre o caráter “próprio” de mulher (a feminilidade), têm recebido determinada atenção nos espaços digitais, marcadamente em função da utilização do

¹⁰ Ciberespaço é entendido aqui como um espaço de interação criado no fluxo de dados digitais em redes de computadores; virtual por não ser localizável no espaço, mas real em suas ações e efeitos. Ver: MARTINO, 2014, p. 11.

corpo da mulher como um instrumento de mobilização, de *performance* ativista, de caráter feminista. Sabemos que o contexto digital vincula-se às estruturas dos processos sociais e culturais e isso também acontece no que tange a construção da feminilidade e do “ser mulher” também nos espaços digitais. Com isso, há um disseminado controle sobre o corpo feminino, com uma vigilância generalizada contra qualquer desvio da normatização criada por essas práticas sociais que determinam o que é esse ser mulher. Nessa ótica, o feminismo contemporâneo busca estratégias de confronto, usando, muitas vezes, o corpo como uma das formas de mobilização, especialmente no que tange questões como abuso, violência sexual ou de gênero.

Não obstante, é importante ressaltar que a relação entre feminismo e tecnologia não é algo recente. Segundo Ferreira (2015), alguns autores e algumas autoras consideravam, já nos anos 70, a aliança entre “mulheres e o desenvolvimento das tecnologias como vetor para acabar com a discriminação entre homens e mulheres, já que essas tecnologias liberariam as mulheres da atividade reprodutiva, [considerada] a base da desigualdade”. (p. 201 e 202). A autora destaca que, na década de 80, houve uma cobrança pela maior participação de mulheres em espaços tecnológicos e, nos anos 90, com a popularização da internet,

há uma renovação prática e teórica no debate sobre feminismos e tecnologias (alguns chamam esse momento de “terceira onda feminista”) que se carregou de otimismo (às vezes exagerado) favorável à participação das mulheres nas tecnologias (em especial internet), informadas pelas possibilidades que essas ofereciam para as transformações de gênero, mas, na maioria das vezes, mantendo uma visão crítica da relação gênero e tecnologia. (FERREIRA, 2015, p. 202).

Ainda nos anos 90, surge a ideia de ciberfeminismo¹¹, que Ferreira define como “um conjunto de estratégias estético-políticas-comunicacionais orientadas à cultura eletrônica, sobretudo a internet e a tecnologia digital”, com influências, especialmente, de Donna Haraway, do ciberpunk e dos contextos ativistas e artísticos gerados pela e na internet. (p. 201). Essa noção é extrapolada a partir da articulação de interesses teóricos e de práticas políticas e, a partir dos anos 2000, “as análises incorporaram uma visão interseccional sobre o tema e passaram a abranger diversas temáticas” (FERREIRA, 2015, P. 205), superando a noção de ciberfeminismo, que foi muito importante em um período histórico para o movimento.

Percebemos que compreender a relação gênero e comunicação a partir da apropriação da internet como espaço público pode significar uma comunicação mais livre dos

¹¹ Sob esse guarda-chuva se aglutinaram diversos grupos e denominações: ciberativismo, tecnofeminismo, posfeminismo, transfeminismo, ciberpunk, pospornografia e ativismo *riot grrrl*. (FERREIRA, 2015, p. 201).

filtros sociais já delineados e das marcações sociais existentes com relação ao gênero, por um lado. Por outro, pode significar a reprodução de discursos marcados pela representação feminina que emerge dos discursos midiáticos. Bernal (2002) salienta que essa redefinição do espaço público possibilitada pela internet ocorre porque ela proporciona uma ação política descentralizada, a produção de identidade e a participação democrática. Bernal destaca, ainda, a justaposição desse espaço “simbólico” (a internet) ao espaço público “físico”, congregando uma série de possibilidades de atuação e mobilização para os cidadãos. Entendemos que o espaço público da internet não tem fronteiras geográficas, possibilitando a interação social, a ampliação dos sentidos e o confronto de ideias. A justaposição apontada por Bernal é perceptível nas ações que serão abordadas nesse estudo no decorrer do trabalho.

Dessa forma, compreendemos a internet como um espaço de mobilização fundamental para que os(as) atores(atrizes) da sociedade civil possam interagir, tematizar, publicizar e articular questões sociais. Como afirma Pereira (2011), a internet

[é] um dispositivo no qual as interações podem tomar diferentes formas [...], permitindo a contra-informação, tão cara aos movimentos sociais (em função de coberturas algumas vezes tendenciosas e outras vezes não reflexivas dos canais tradicionais da mídia) se desenvolva e alcance espaços e indivíduos [...]. (PEREIRA, 2011), p. 7).

Para o autor, e com o que concordamos, os movimentos sociais ressoam o que está nas esferas sociais e trazem para a esfera pública questões que são silenciadas ou que merecem mais atenção, tornando possível a inclusão, por meio do acesso à produção e distribuição de informações. É fundamental salientar que, como já explicitado, as ações de ativismo que compõem a pesquisa não foram exclusivamente geradas no ambiente digital, mas a partir dele ganharam força. Há uma relação *online* e *offline*, de fluxos e de sentidos, importantes para a construção efetiva da mobilização social. Em função desse imbricamento, percebemos, durante a pesquisa, após o mapeamento de ações de ativismo e da leitura de dados no ambiente *online*, a importância de verificar as justaposições, as contrariedades e similaridades existentes ou não, sobre os sentidos construídos no ambiente digital em uma ação fora desse espaço. Por isso, e entendendo que *online* e *offline* estão interrelacionados, houve a proposição da realização de grupos focais, como descrito a seguir.

2.2 Online a Offline: as Possibilidades Encontradas por Meio do Grupo Focal

A cartografia permitiu à pesquisa uma variedade de “vãos”, que possibilitaram concretizar o objeto/processo. Em um constante movimento de ir e vir, buscamos novas

percepções sobre a construção dos sentidos dados às práticas de ações de mobilização com o uso do corpo nu da mulher, em performances feministas, cartografadas no ambiente *online*, discutidas e debatidas também no ambiente *offline*, superando a exploração apenas do ambiente digital. Essas construções e fluxos, como propõe a cartografia, são múltiplos que se derivam, como no rizoma e que contribuem na construção dos traços da pesquisa.

Buscamos, na realização de grupos focais, a possibilidade de ampliar as percepções construídas, partindo do entendimento de que os movimentos se articulam com força no espaço digital, porém, não estão resumidos a este âmbito. “No espaço relacional entre on e off-line no qual operam criam-se presenças e vem se consolidando uma rede estável de ativismo”. (FERREIRA, 2015, p. 218).

O grupo focal possibilita a percepção de aspectos valorativos e normativos de um grupo específico. Sua origem é atribuída a Paul Lazarsfeld e Robert Merton e, conforme Costa (2009, p. 182), é recomendável quando se quer explorar temas de interesse em que a troca de impressões é enriquecedora para a pesquisa.

A coleta de dados através do grupo focal tem como uma de suas maiores riquezas basear-se na tendência humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos. Ele contrasta, nesse sentido, com dados colhidos em questionários fechados ou entrevistas individuais, onde o indivíduo é convocado a emitir opiniões sobre assuntos que talvez nunca tenha pensado anteriormente. (IERVOLINO, SA.; PELICIONI, MCF., 2001, p. 116).

Entendemos que o grupo focal possibilita entendimentos variados acerca de um determinado fato ou objeto. Os dados fundamentais adquiridos por meio do grupo focal são transcritos a partir das discussões e recebem as reflexões do(a) pesquisador(a) tornando possível verificar diferentes percepções e atitudes por meio da interação entre os(as) participantes sobre aquilo que o(a) pesquisador(a) traça como tópico a ser discutido.

Os grupos focais utilizam a interação grupal para produzir dados e insights que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. Os dados obtidos, então, levam em conta o processo do grupo, tomados como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo. A despeito disso, o grupo focal conserva o caráter de técnica de coleta de dados, adequado, a priori, para investigações qualitativas. (KIND, 2004, p. 125).

Costa (2009) destaca que os grupos focais podem compor uma pesquisa qualitativa e “[s]ão na verdade uma entrevista coletiva que busca identificar tendências.” (p. 181). Para a autora, a interação entre os(as) participantes possibilita o enriquecimento das respostas e essa é uma das vantagens do grupo focal, assim como a profundidade e a qualidade das verbalizações e expressões. Sendo assim, compreendemos que o grupo focal contribui na construção de pistas para entender a complexidade do objeto desse estudo, bem como permite

inferir sobre a influência social das ações feministas a partir do uso do corpo e a construção de sentidos que essa ação desencadeia. Essa escolha reflete a opção pela pesquisa qualitativa, por uma pesquisa “não conclusiva”, mas que construa resultados e contribua para a compreensão da realidade social, de um movimento, de uma ação, de uma cultura.

Segundo Barbour (2009), qualquer discussão de grupo pode ser chamada de grupo focal, desde que o(a) pesquisador(a) esteja atento e seja estimulador(a) do grupo. “O estímulo ativo à interação do grupo está relacionado, obviamente, a conduzir a discussão do grupo focal e garantir que os participantes conversem entre si em vez de interagir somente com o pesquisador ou moderador”. (BARBOUR, 2009, p. 22). A autora destaca, ainda, que não há jeito certo ou errado de se fazer pesquisa com grupos focais: “o pesquisador é livre para adaptar, tomar emprestado e combinar quaisquer abordagens que deseje [...]” (p. 31)

É importante atentar para o que salienta Barbour a respeito da utilização de grupos focais em pesquisas “comunitárias” ou que carreguem a ideia de que a simples realização do grupo possa engendrar situações mais igualitárias em questões sociais.

A ideia [...] tem levado alguns pesquisadores a afirmar que são um método feminista. [...] apesar de os grupos focais serem adequados para tratar os tópicos da pesquisa feminista, seu uso não necessariamente constitui “pesquisa feminista”. Grupos focais com mulheres podem certamente prover um excelente fórum para discutir e questionar aspectos de suas experiências associadas a gêneros e podem transformar “problemas pessoais” em “questões públicas”, como fez o trabalho de Pini (2002) com “mulheres fazendeiras” envolvidas com a indústria australiana de açúcar. Isso ecoa as afirmações feitas a respeito da “tomada de consciência” que caracterizou o movimento feminista inicia, tanto no Reino Unido quanto nos Estados Unidos. Entretanto, assim como apontam Bloor e colaboradores (2001, p. 15), grupos focais não são a “autêntica voz do povo” e se realmente fortalecem ou não um indivíduo depende do que acontece depois da discussão geral. (BARBOUR, 2009, p. 32, grifos da autora).

Entendemos que a escolha pela realização de grupos focais contribuiu para a construção dos mapas, que não se pretendem definitivos, sobre o uso do corpo nu da mulher em ações de mobilização social feministas. É mais uma das possibilidades de entrada e saída nesse objeto/processo, que resultará na mistura da trama e na tessitura dos caminhos. Os grupos focais, nesse estudo, possibilitaram complementar as percepções adquiridas no exercício cartográfico, em um movimento de interligação entre o *online* e o *offline*.

A partir de participações em sala de aula, eventos, trocas e discussões sobre o tema com outras pessoas, começaram a surgir questionamentos sobre essas ações e múltiplos sentidos e entendimentos foram sendo apontados: “essa forma de ativismo é uma violência contra si própria”; “É necessário que a mulher utilize o corpo para ser ouvida? Eu acho que temos que nos fazer ouvir vestidas!”; “O corpo é dela e ela faz o que quiser”; “O corpo é um

dos primeiros territórios onde fica explicitamente demarcada a diferença do que homens e mulheres podem ou não fazer”.¹²

Diante da multiplicidade do processo, percebemos a necessidade de agregar algumas técnicas de pesquisa, para dar conta da complexidade dos sujeitos e das questões pesquisadas e, dessa forma, optamos pela realização de grupos focais. Os grupos aconteceram em uma tentativa de articular estas percepções encontradas no ambiente *online* com discussões mais aprofundadas no ambiente *offline*. A técnica permitiu questionar alguns caminhos, rever conceitos e buscar os entrelaçamentos dos ambientes e aprofundamento das vertentes encontradas.

A utilização do grupo focal como instrumento de pesquisa partiu, especialmente, de uma situação vivenciada em sala de aula onde um aluno, após a discussão sobre o movimento feminista e a apresentação de algumas imagens da Marcha das Vadias, do #EuNaoMerecoSerEstuprada e da Festa Xereca Satanik, manifestou desconforto com o uso do corpo nu da mulher como forma de mobilização e ativismo e questionou se esse tipo de ação, por si só, não é uma violência contra a mulher. Partindo desse questionamento e das percepções colhidas na internet, o grupo focal discutiu as performances e possibilitou inferir sobre essas ações.

Para a realização do grupo focal, seguimos um planejamento básico, que previa o roteiro do encontro, com questões abrangentes. O público-alvo foi definido de acordo com a necessidade da pesquisadora, como aponta Costa (2009). Procuramos atentar para algumas questões indicadas por Costa, como a não existência de grandes disparidades socioeconômicas, por exemplo, para evitar constrangimentos, inibições ou exposições desnecessárias. No entanto, buscamos perfis diferentes como: identificação/não identificação com o feminismo; estar/não estar no meio acadêmico; diferenças geracionais, etc.

A escolha dos(as) participantes que integraram o grupo focal foi feita conforme os propósitos sobre os quais operam a pesquisa. O primeiro grupo, denominado *Grupo Piloto*, contou com a participação de sete pessoas, sendo cinco mulheres e dois homens, com idades entre 24 e 51 anos. Os(As) integrantes foram pré selecionados a partir de um questionário e do envolvimento e conhecimento com a temática discutida, uma vez que eram participantes de um evento internacional sobre gênero, sendo acadêmicos(as), professores(as), estudiosos(as) do tema ou apenas interessados(as) na temática. Entendemos, como afirmam Oliveira, Leite Filho e Rodrigues, que em um grupo focal, “as entrevistas não precisam reunir um grupo de

¹² Falas extraídos do grupo focal piloto, realizado em setembro de 2015; de debates em GTs em eventos.

peças que sejam estatisticamente representativas da população. Contudo, os entrevistados devem ser escolhidos da forma que possam fornecer informações úteis.” (OLIVEIRA, LEITE FILHO e RODRIGUES, 2007, p. 9).

No Grupo Piloto, a discussão baseou-se na prévia explicação sobre os objetivos da pesquisa. Após uma breve explanação sobre o estudo, duas perguntas foram direcionadas ao grupo: 1) O que você acha do uso do corpo nu da mulher em ações de ativismo? 2) O que você percebe/sente a partir das imagens das performances com o uso do corpo nu da mulher? Para encaminhar a discussão do segundo ponto, imagens das performances, especialmente #EuNaoMereçoSerEstuprada e Festa Xereca Satanik¹³ foram projetadas para os e as participantes. O Grupo Piloto aconteceu durante a realização de um evento latino-americano cujo tema principal era gênero e religião, ocorrido em uma faculdade gaúcha. O evento reuniu centenas de participantes de diversas partes do mundo. Ressaltamos que imagens das performances foram projetadas para os e as participantes. O grupo focal foi realizado em uma sala durante a realização do evento e as discussões foram gravadas com um gravador. A moderação do grupo foi feita pela pesquisadora. Salientamos que a maioria dos(as) participantes optou pela participação anônima e, por isso, serão utilizadas apenas as iniciais dos nomes dos(as) integrantes.

O grupo Piloto foi composto por:

- 1) V.S, educadora social, articuladora de uma rede de mulheres em Alagoas, mestre em Educação, 32 anos.
- 2) A.M, professora universitária em São Paulo, mediadora de conflitos, doutora em Direito, 43 anos.
- 3) P.G, doutor em desenvolvimento regional, professor na UNISC, 51 anos.
- 4) A.G, militante do movimento feminista no Rio Grande do Sul, mestranda em Teologia, 29 anos.
- 5) L.P, mestrando do curso de ciências sociais em Minas Gerais, 33 anos.
- 6) M.C, acadêmica do curso de psicologia e militante dos movimentos feminista e quilombola, 24 anos.
- 7) N.M, aluna do Instituto Federal, do curso técnico em gestão cultural, 30 anos.

Já o Grupo 2 O Grupo 2 contou com a participação de 8 pessoas, sendo 6 mulheres e dois homens, com idades entre 25 e 42 anos. Os(As) integrantes foram selecionados(as) a

¹³ Conforme explicitado anteriormente, essas foram as duas performances escolhidas para o aprofundamento da pesquisa.

partir da aplicação de um questionário e da manifestação de interesse em participar do grupo. O grupo aconteceu em uma sala de aula de uma escola do município de Novo Hamburgo (RS), foi novamente moderada pela pesquisadora e gravada digitalmente. Os e as participantes que compuseram o grupo foram escolhidos(as) a partir do retorno da aplicação de um questionário, considerando a questão geográfica e também geracional.

O questionário inicial foi assim apresentado:

Olá! Sou Márcia Bernardes, jornalista, doutoranda em Ciências da Comunicação. Atualmente pesquiso o uso do corpo nu da mulher em performances de ativismo ou mobilização social, buscando compreender os sentidos construídos a partir de tal prática. Suas percepções sobre isso são importantes. Se você tiver interesse em participar, te convido a responder algumas perguntas:

Você é:

- Homem
- Mulher

Idade:

- entre 25 e 30 anos
- entre 31 e 35 anos
- entre 36 e 40 anos
- acima de 41 anos

Você se considera feminista?

- Sim
- Não

Você faz parte de algum movimento/coletivo/grupo feminista?

- Sim
- Não

Você conhece ações feministas como a Marcha das Vadias?

- Sim
- Não

Concorda com o uso do corpo da mulher nessas ações?

- Sim
- Não

Você participaria de uma ação feminista com o uso do corpo (despido, pintado...)

- Sim
- Não

O que você acha de ações feministas com mulheres despidas?

- Concorda
- Não concorda
- sente incômodo

- Acha interessante
- Apóia totalmente

O que você sente ao ver essas ações?

- Gosto
- Não gosto
- Sente incômodo
- É indiferente
- Fica chocada
- Fica orgulhosa
- Outro: _____

Você acha que isso é uma performance?

- Sim
- Não. Por que? _____

Você tem interesse em participar de uma segunda parte da pesquisa, integrando um pequeno grupo que discutirá de forma mais aprofundada a temática proposta?

- Sim
- Não

Para o envio do questionário, foram selecionados participantes de alguns grupos de discussão sobre gênero e feminismo, considerando a localização geográfica desses membros (para possibilitar a futura participação em um grupo focal presencial). O questionário também foi enviado para os contatos da pesquisadora, obedecendo o critério de localização geográfica. Além disso, algumas pessoas que tinham conhecimento sobre a pesquisa ou receberam o questionário, encaminharam o material para contatos que julgavam que teriam interessantes contribuições para o estudo. Dessa forma, 54 pessoas receberam o questionário. Considerando a percepção de *spam*, que pode ter ocorrido, o percentual de retorno foi de 27,7% (15 respondentes), o que é apontado como razoável por autores como Marconi e Lakatos (2005) e Gonçalves (2008). Dos 15 questionários respondidos, 12 apontaram interesse em participar do grupo focal e oito conseguiram efetivamente participar da atividade, conciliando as agendas de data e horário com a proposta pela pesquisadora, que mediu o grupo.

O encontro do grupo focal aconteceu no dia 16 de setembro de 2016, em uma sala de aula de uma escola do município de Novo Hamburgo. Para o desenvolvimento da atividade, foi realizada uma breve apresentação dos(as) participantes e foi acordado que os(as) integrantes do grupo serão identificados no trabalho apenas pelas iniciais dos nomes. Foi dada a informação de que o grupo focal estava sendo realizado como parte de uma pesquisa de doutorado em ciências da comunicação, com uma breve explicação dos objetivos da pesquisa. A exemplo do grupo piloto, foram utilizadas algumas questões condutoras da discussão: 1) O

que você acha do uso do corpo nu da mulher em ações de ativismo (é performance ou não)?
2) O que você percebe/sente a partir das imagens das performances com o uso do corpo nu da mulher? Novamente, as imagens das performances foram projetadas para os e as participantes. 3) Como você percebe que a mídia apresenta isso e/ou que tipo de abordagens você percebe na mídia?

O Grupo 2 respondeu um pequeno cadastro com nome completo, idade e profissão ou atuação profissional e foi constituído:

- 1) D. K, teóloga e pastora evangélica de confissão luterana, 37 anos.
- 2) L. F, educadora física, mestranda, professora, 26 anos.
- 3) J. S, educador social, 46 anos.
- 4) J. G, advogada, militante do movimento feminista, 32 anos.
- 5) H. M, publicitário, especialista em análise de mercado, 29 anos.
- 6) S. M, arquiteta, professora universitária, 33 anos.
- 7) C. S, jornalista, repórter de veículos digitais, 30 anos.
- 8) J. M, militante do movimento feminista, educadora, 30 anos.

As percepções e sentidos apresentados pelos (as) participantes são apresentadas no capítulo 5, como parte da construção dos mapas e vertentes destacadas.

3. MAPEANDO O SER E ESTAR MULHER

Acreditamos que a contextualização é importante para entender o processo de construção de sentidos, uma vez que a própria narrativa da pesquisa se constrói sobre elementos da cultura.

Vivemos em uma sociedade “vestida”, onde “toda nudez será castigada”. Não a nudez do cinema, a nudez erótica dos videoclipes ou a nudez em outdoors. Essa nudez – autorizada – não é uma nudez fora de contexto. Mas a nudez que está além do corpo que se mostra, em um corpo despido e marcado pelo seu uso político, é uma nudez que confronta, que choca, que provoca. O uso político do corpo – especialmente feminino – e da nudez como forma de mobilização social, protesto e/ou ativismo tem se evidenciado nos últimos tempos. Movimentos feministas têm utilizado o corpo nu como estratégia de confronto e de questionamento de um cenário marcado pela diferenciação entre homens e mulheres e por uma cultura machista, patriarcal e heteronormativa dominante.

Em tempos recentes, acompanhamos um deputado federal em um caso de desrespeito a uma mulher, também deputada federal, incitando a violência e fomentando a cultura do estupro, em uma atitude claramente criminoso e inaceitável, ao proferir que não a estupraria porque ela “não merecia”¹⁴. No Rio Grande do Sul, o governador eleito em 2014, apesar de diversos estudos estatísticos demonstrarem a – ainda – longa distância que as mulheres precisam percorrer para alcançar um patamar de igualdade com os homens com relação a uma série de questões, considerou a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres como dispensável, a ponto de extingui-la¹⁵. Outra situação recente foram denúncias de alunas de universidades de diversas partes do país, que relataram casos de abuso e violência sexual ocorridos, por exemplo, durante trotes de calouros do curso de Medicina, ou assédio de

¹⁴ Em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/12/jair-bolsonaro-repete-que-nao-estupra-maria-do-rosario-porque-ela-nao-merece-4659789.html> e <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1559815-para-rebater-deputada-bolsonaro-diz-que-nao-a-estupraria.shtml>, veiculadas em 9 de dezembro de 2014.

¹⁵ <http://www.sul21.com.br/jornal/aliados-de-sartori-aprovam-extincao-da-secretaria-de-politicas-para-mulheres/>, em 22/12/2014 e <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/12/assembleia-aprova-reducao-do-numero-de-secretarias-4668388.html>, também de 22 de dezembro de 2014.

professores de programas de pós-graduação, incluindo ameaças e boicotes em função de não ter tido êxito na “conquista”¹⁶.

Essas situações e relatos, que são apenas alguns, dentre muitos outros similares, poderiam muito bem estar deslocados no tempo, como algo de uma época que não é o agora. Mas são atuais e reais e revelam uma noção de que as mulheres “não se pertencem”, e reforçam a cultura machista e preconceituosa que ainda persiste na atualidade. São questões como essas, combatidas historicamente pelos movimentos feministas e de mulheres, que levam os coletivos a buscarem formas de combater e chamar atenção para esse cenário. E uma das estratégias de confronto empregada pelos movimentos é o uso do corpo como meio de mobilização.

Segundo Dal Re (2009, p. 20), “[o] reconhecimento do direito de dispor do seu corpo foi um grande acontecimento para as mulheres do século XX”. Ela complementa, afirmando

Quem possui o poder de controle sobre o corpo feminino: o Estado, as autoridades religiosas, as corporações médicas, o chefe da família (marido ou pai) ou as próprias interessadas? É um ponto decisivo, pois se trata da autonomia das mulheres. [...] o movimento feminista conferiu uma dimensão política a esta questão [...].(DAL RE, 2009, p. 20).

Essa dimensão política concedida ao corpo vem ganhando força. Os questionamentos sobre o comportamento feminino “desejável”, sobre a excessiva preocupação com a aparência para alcançar um modelo corporal quase inatingível, sobre o controle dos corpos e autonomia da mulher são cada vez mais frequentes. E essas questões encontram, na utilização das tecnologias da comunicação – em especial a internet – uma nova dimensão e múltiplas possibilidades de alcance. Entendemos que a apropriação desses espaços, por meio de práticas comunicacionais, forma redes sociocomunicativas, que se refletem nas práticas culturais. Podemos citar, como exemplo, o protesto #EuNaoMereçoSerEstuprada, promovido pela jornalista Nana Queiroz, em março de 2014, após a divulgação de uma pesquisa¹⁷ do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA), que afirmava que 26% dos entrevistados

¹⁶ Ver: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/11/alunas-da-faculdade-de-medicina-da-usp-protestam-contrabuso-sexual.html>; <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1546868-alunas-denunciam-estupros-em-festas-da-faculdade-de-medicina-da-usp.shtml>, de novembro de 2014 e <http://noticias.r7.com/sao-paulo/apos-denuncia-ex-aluna-da-ufscar-detalha-abuso-meu-professor-me-beijou-a-forca-e-nao-fizeram-nada-06032015> e <http://spressosp.com.br/2014/12/12/aluna-da-ufscar-denuncia-abuso-sexual-de-professor/>, de dezembro de 2014.

¹⁷ Inicialmente, o IPEA divulgou que 58% dos(as) pesquisados(as) concordavam com a afirmação “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas. Em 4 de abril, o Instituto publicou uma errata, informando que o dado correto era 26%. De qualquer forma, continua sendo um número bastante significativo. A errata pode ser conferida em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971. Acesso em: 18 de out. 2016.

concordavam com a afirmação “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. A jornalista postou uma foto de *topless*, em frente ao Congresso Nacional com a frase *Eu não mereço ser estuprada* escrita nos braços. A iniciativa ecoou pelas redes sociais digitais, resultando na adesão de mais de 200 mil participantes.

Figura 1: A jornalista Nana Queiroz em frente ao Congresso



Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/04/04/ipea-erro-nao-muda-necessidade-de-debate-sobre-violencia-contra-a-mulher.htm?mobile>. Acesso em: 20 jan. 2015

Figura 2: Mulheres aderem ao protesto



Fonte: <https://palmasaqui.wordpress.com/2014/03/30/brasileiras-postam-fotos-contra-estupro-criadora-e-ameacada-utilizando-a-hashtag-eunaomerecoserestuprada-internautas-postaram-fotos-seminuas-dizendo-que-as-vestimentas-nao-sao-motivo-para-nenhum-c/>. Acesso em: 20 jan. 2015

Figura 3: Mulheres aderem ao protesto



Fonte: <https://palmasaqui.wordpress.com/2014/03/30/brasileiras-postam-fotos-contra-estupro-criadora-e-ameacada-utilizando-a-hashtag-eunaomerecoserestuprada-internautas-postaram-fotos-seminuas-dizendo-que-as-vestimentas-nao-sao-motivo-para-nenhum-c/> . Acesso em: 20 jan. 2015

Percebemos, durante o desenvolvimento da pesquisa, a multiplicação de abordagens relacionadas ao corpo feminino, seja por um viés ativista dos movimentos – como ações de mobilização; seja como um reforço da cultura social existente. Ao pensar no uso do corpo pelos movimentos feministas, uma das primeiras referências foi a Marcha das Vadias, apontada como uma das principais iniciativas nesse sentido. A Marcha é um movimento iniciado no Canadá, que luta contra a cultura do estupro e a culpabilização da mulher pela violência sexual sofrida.

A Marcha das Vadias é um movimento que surgiu a partir de um protesto realizado no dia 3 de Abril de 2011, em Toronto, no Canadá, quando, após uma série de estupros no campus da universidade local, o policial Michael Sanguinetti “pediu” que as mulheres evitassem vestir-se como “vadias” para não serem estupradas. Desde então o ato se internacionalizou, sendo realizado em diversas partes do mundo. (MARCHA DAS VADIAS, *online*. <https://www.facebook.com/events/532655696847499>. Acesso em: 10 dez. 2014).

O movimento, contando com as possibilidades da internet, se popularizou pelo mundo, gerando movimentos locais (Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, já contou quatro

edições). O principal objetivo é questionar a opressão de gênero, o machismo e a violência contra a mulher. A mobilização acontece em espaços públicos e tem na internet um importante suporte para a divulgação e a sensibilização para suas atividades. A proposta do movimento contempla uma representação feminina não marcada pelo corpóreo apropriado e desejável esteticamente, mas pelo corpo livre, o que pode ser percebido pela frase de ordem: Meu corpo, minhas regras!

Figura 4: Marcha das Vadias de Belo Horizonte, em 2012.



Fonte: <https://terrorismobranco.wordpress.com/category/politica/page/2/>. Acesso em: 24 fev. 2016.

Da mesma forma, proliferam na internet uma diversidade de sites, blogs, tumblrs e outras iniciativas que buscam discutir a feminilidade e as questões de gênero e das mulheres para além do corpóreo. O Cem Homens (cemhomens.com), que começou como um blog onde a autora falava de sua vida sexual e da proposta de transar com cem homens em um ano, ultrapassa a questão da liberdade sexual para discutir direitos sobre o corpo e preconceito de gênero. O Escreva Lola Escreva (escrevalolaescreva.blogspot.com) é um dos blogs feministas de maior visibilidade no país, da professora de literatura e língua inglesa da Universidade Federal do Ceará (UFC), Lola Aronovich. Alguns dos *posts* mais populares são: “Meninas adolescentes estupradas? Culpa do fogo delas” e “A evolução das princesas da Disney”. Há também o ativismodesofa.com.br, o machismochatodecadadia.tumblr.com, a Agência Patrícia Galvão (patriciagalvao.org.br), o blogueirasfeministas.com, a Universidade Livre Feminista (feminismo.org.br), os sites de organizações não governamentais, como o Sempre Viva

Organização Feminista (sof.org.br) e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA (cfemea.org.br), o Geledés – Instituto da Mulher Negra (geledes.org), o escritosfeministas.wordpress.com. Mais recentemente, tivemos uma série de eventos ou mobilizações via internet como o movimento #VamosJuntas, a campanha #PrimeiroAssedio, a criação da revista AzMina, entre tantos outros.

3.1 O Cenário

Para pensar o estudo proposto, consideramos necessária uma breve abordagem do cenário social, político, econômico e cultural, que demonstra claramente a situação da mulher e, de certa forma, embasa esse contexto de discussão dos movimentos e das iniciativas feministas. A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) 2011, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que o Brasil tem mais mulheres do que homens. De uma população de 195,2 milhões de habitantes, 100,5 milhões (51,5%) são mulheres e 94,7 milhões são homens (48,5% do total). Em comparação com dados de 2000, a população feminina cresceu 14% e, em relação a 2009, o aumento foi de 2%. De acordo com o levantamento, os homens são mais numerosos até os 19 anos, mas a partir dos 20 anos a relação se inverte. Em 2011, eles contabilizavam 31,8 milhões de residentes até os 19 anos, ao passo que elas eram 30,6 milhões nesta mesma faixa etária. Acima dos 40 anos, havia 37,7 milhões de mulheres para 32,5 milhões de homens.

Segundo o IBGE, a partir do recorte das estatísticas de gênero¹⁸, as mulheres brasileiras possuem formação em áreas que apresentam menores rendimentos, apesar de constarem como o maior contingente entre os universitários de 18 a 24 anos de idade (57,1% do total) em 2010. O percentual de nível superior completo é de 12,5% de mulheres e 9,9% dos homens. Com isso, podemos considerar o nível educacional das mulheres é maior do que o dos homens e isso poderia ser um fator de credenciamento para vagas com melhor remuneração no mercado de trabalho. No entanto, as áreas gerais de formação das mulheres são justamente aquelas que apresentam o menor rendimento mensal médio entre as pessoas ocupadas: educação (83,0%) e humanidades e artes (74,2%), segundo o Instituto. E, mesmo quando a proporção de mulheres se torna equivalente à dos homens, como na área de Ciências Sociais, negócios e direito, as mulheres recebem 66,3% do rendimento dos homens.

¹⁸ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>. Acesso em: 23 fev. 2015.

A desigualdade entre mulheres e homens, considerando o rendimento médio de todos os trabalhos foi maior (74,0%) do que quando se observou o rendimento total (67,7%). O efeito combinado das disparidades de sexo e cor ou raça no mercado de trabalho, mensurado por meio da razão entre o rendimento médio das mulheres pretas ou pardas e o rendimento médio dos homens brancos, foi de 41,0%. Na região Sudeste, a dupla desigualdade é ainda maior (38,0%).

O rendimento médio da população ocupada aumenta com a idade para ambos os sexos, assim como a desigualdade de rendimento por sexo. Em média, as jovens de 18 a 24 anos de idade recebiam 88,0% do rendimento dos homens, enquanto as mulheres de 60 anos ou mais de idade apresentavam um rendimento equivalente a 64,0% do rendimento dos homens nesta faixa etária. O elevado percentual de mulheres como empregadas domésticas (15%) e uma taxa de formalização mais baixa no mercado de trabalho explicam, em parte, a característica de menor rendimento do trabalho das mulheres, apesar de elas apresentarem um nível de instrução mais elevado. (IBGE, 2014, *online*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>. Acesso em: 21 fev. 2015).

Essa diferenciação deixa evidente que ainda há discriminação com relação à mulher no mercado de trabalho (como em outras questões), sem qualquer justificativa. A questão cultural e histórica das diferenças marcadas pelo fato biológico (nascer com pênis ou com vagina) ainda persistem.

É fato que a mulher brasileira alcançou, após séculos de luta, relativo poder e participação na sociedade. No sentido legislativo, mais de duas décadas de lutas feministas registram avanços como:

- 1) supressão do ‘Código da Mulher’, que constava no Código Civil e que considerava a mulher relativamente incapaz, como as crianças e adolescentes com menos de 18 anos;
- 2) aprovação da Lei do Divórcio, em 1977;
- 3) garantia da igualdade de direitos e deveres para homens e mulheres na Constituição de 1988;
- 4) impossibilidade de solicitação de anulação do casamento pelos homens, se a mulher não fosse mais virgem, garantida pelo Código Civil de 2002;
- 5) supressão, do Código Penal em 2004, do termo “mulher honesta”, que indicava a conduta moral e social da mulher que poderia ser considerada vítima de estupro;
- 6) a Lei Maria da Penha, em 2006, com aumento do rigor com relação a casos de violência contra a mulher e a garantia constitucional do aborto de fetos anencéfalos pelo Supremo Tribunal Federal em 2012.
- 7) Mais recentemente, em março de 2015, foi sancionada a Lei 13.104/2015, a Lei do Femicídio. Segundo o Mapa da Violência 2015, essa lei classifica o homicídio contra mulheres.

[c]omo crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos, etc.). [...] Entende a lei que existe feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino. Devido às limitações dos dados atualmente disponíveis, entenderemos por feminicídio as agressões cometidas contra uma pessoa do sexo feminino no âmbito familiar da vítima que, de forma intencional, causam lesões ou agravos à saúde que levam a sua morte. (MAPA DA VIOLENCIA 2015, p. 7 e 8).

No que se refere ao trabalho, houve a criação de leis que punem as empresas que fazem distinção salarial entre homens e mulheres para as mesmas funções. Outras temáticas ligadas às mulheres, como a ampliação da licença maternidade, também entraram em pauta. Percebemos, ainda, que os programas sociais de transferência de renda, realizados nos últimos anos no país, têm conferido melhorias na autonomia financeira das mulheres. O Bolsa Família¹⁹ tem 90% dos cartões com mulheres como titulares²⁰.

Interessa aqui, em função da relação mais direta com a pesquisa proposta, abordar a temática da violência contra a mulher. No que concerne à luta pelo fim da violência contra a mulher, pauta historicamente presente nos movimentos feministas, a promulgação da Lei Maria da Penha²¹, em 2006 representou uma grande conquista, assim como a Lei do Feminicídio.

A Organização das Nações Unidas Mulheres (ONU Mulheres) destaca que a violência contra mulheres e meninas é uma grave violação dos direitos humanos.

19 Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Social, o “Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade”. Acesso em: 27 set. 2014.

20 <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/bolsa-familia-contribui-para-reducao-da-pobreza-entre-mulheres-diz-oit>

21 Lei 11.340/2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dispõe sobre a criação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 18 set. 2014.

Seu impacto varia entre consequências físicas, sexuais e mentais para mulheres e meninas, incluindo a morte. Ela afeta negativamente o bem-estar geral das mulheres e as impede de participar plenamente na sociedade. A violência não tem consequências negativas para as mulheres, mas também para suas famílias, para a comunidade e para o país em geral. A violência tem ainda enormes custos, desde gastos com saúde e despesas legais a perdas de produtividade, impactando os orçamentos nacionais e o desenvolvimento global. Décadas de mobilização da sociedade civil e dos movimentos de mulheres têm colocado o fim da violência de gênero no topo das agendas nacionais e internacionais. Um número sem precedentes de países têm leis contra a violência doméstica, agressão sexual e outras formas de violência. No entanto, os desafios persistem na implementação dessas leis, limitando o acesso de mulheres e meninas à segurança e justiça. Em geral, não há iniciativas eficazes de prevenção da violência contra a mulher e, quando esta ocorre, muitas vezes os culpados permanecem impunes ou são condenados a penas brandas. (ONU Mulheres. *Online*. <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 6 abr. 2015.)

No entanto, e apesar dos avanços, o caminho para uma igualdade de direitos é longo, em função de toda uma carga cultural e histórica, que coloca a mulher em um patamar de desigualdade, tornando necessária a existência de movimentos afirmativos e defensores dos direitos da mulher e de uma série de iniciativas que sublinhem a questão da propriedade do corpo feminino.

O Sistema de Indicadores de Percepção Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgada em abril de 2014, apresenta uma série de afirmações que demonstram o abismo ainda existente nas relações entre homens e mulheres. A publicação destaca que, muitas das opiniões trazidas pelo estudo, reforçam o ordenamento patriarcal e heteronormativo da sociedade.

Por ordenamento patriarcal e heteronormativo da sociedade entende-se uma organização social baseada no poder masculino e na qual a norma é a heterossexualidade. A sociedade se organiza com base na dominação de homens sobre mulheres, que se sujeitam à sua autoridade, vontades e poder. Os homens detêm o poder público e o mando sobre o espaço doméstico, têm controle sobre as mulheres e seus corpos. Por maiores que tenham sido as transformações sociais nas últimas décadas, com as mulheres ocupando os espaços públicos, o ordenamento patriarcal permanece muito presente em nossa cultura e é cotidianamente reforçado, na desvalorização de todas as características ligadas ao feminino, na violência doméstica, na aceitação da violência sexual. A família patriarcal organiza-se em torno da autoridade masculina; para manter esta autoridade e reafirmá-la, o recurso à violência – física ou psicológica – está sempre presente, seja de maneira efetiva, seja de maneira subliminar. (IPEA, 2014, p. 4).

Duas afirmações trazidas pela pesquisa relacionam diretamente o comportamento feminino a atos de violência. Quando afirmado que “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, 26% dos entrevistados concordam totalmente ou parcialmente com a afirmação. Na assertiva “Se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros, o percentual de quem concorda totalmente ou parcialmente é de 58,5%. Nesse sentido, percebemos aqui mais um mecanismo de controle do comportamento e do corpo das

mulheres, reforçando uma cultura de violência e abuso, culpabilizando a vítima pelo ocorrido. É importante destacar que foi a publicação dessa pesquisa que fez com que a jornalista Nana Queiroz iniciasse o #EuNaoMereçoSerEstuprada, como uma forma de protesto aos dados divulgados.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular²², em 2014, com 2.046 jovens entre 16 a 24 anos, das cinco regiões do país, fica evidente a naturalização da violência contra as mulheres. Apenas 8% das mulheres admitiram espontaneamente já terem sofrido violência do parceiro e só 4% dos rapazes reconheceram que já tiveram atitudes violentas contra parceiras. No entanto, em face de apresentação de exemplos de atos agressivos 55% dos homens declararam ter realizado tais práticas e 66% das mulheres afirmaram ter sido alvo de alguma das ações citadas no questionário por parte do parceiro. Isso demonstra claramente a percepção equivocada da violência, já naturalizada na reprodução das práticas.

Outro dado relevante apresentado pela pesquisa se relaciona com o espaço público: 78% das entrevistadas já sofreram algum tipo de assédio nas ruas das cidades, em festas ou no transporte coletivo. Em 68% dos casos, as jovens declararam já ter recebido uma cantada que consideraram ofensiva, violenta ou desrespeitosa e 44% foram assediadas ou tiveram o corpo tocado em uma festa ou balada. A pesquisa apontou, ainda, que são considerados incorretos os seguintes comportamentos da mulher: sair com amigas sem a companhia do namorado ou marido (48%); ter relações sexuais com um homem no primeiro encontro (68%); ficar bêbada em bares, festas ou baladas (80%). Por seu lado, 24% dos homens admitem já terem feito cantadas que podem ser consideradas ofensivas, assediado mulheres em festas ou no transporte público, terem se aproveitado do fato de uma mulher estar alcoolizada para abordá-la ou tentar fazer fotos ou vídeos sem autorização. Esses dados, especialmente por referirem o entendimento e a visão de jovens, demonstram com clareza a reprodução da cultura machista existente na sociedade.

Em setembro de 2016, uma pesquisa realizada pelo Datafolha, encomendada Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontou que as mulheres ainda são vistas como responsáveis por atos de violência sexual contra elas próprias. Segundo a pesquisa, mais de um terço da população brasileira considera que a vítima é culpada pelo estupro, ao concordar com a afirmação: "A mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for

²² Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf. Acesso em: 16 jan. 2015.

estuprada". O percentual foi o mesmo entre homens e mulheres. Da mesma forma, 37% dos(as) entrevistados(as) concordam que mulheres que se dão ao respeito não são estupradas²³.

Os dados apresentados nessa recente pesquisa indicam que a evolução foi mínima (ou inexistente) desde a pesquisa realizada pelo IPEA, em 2014, apesar das constantes mobilizações, do aumento da capacidade de comunicação e informação e da ocupação de espaços públicos pelo movimento feminista. Apesar de avanços na sociedade brasileira, a questão de gênero permanece praticamente estagnada e a sociedade segue machista e sexista.

O Mapa da Violência 2015, estudo publicado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, também traz importantes dados para reflexão:

Entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários. Levando em consideração o crescimento da população feminina, que nesse período passou de 89,8 para 99,8 milhões (crescimento de 11,1%), vemos que a taxa nacional de homicídio, que em 2003 era de 4,4 por 100 mil mulheres, passa para 4,8 em 2013, crescimento de 8,8% na década. (MAPA DA VIOLÊNCIA 2015, p. 13).

Com sua taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, o Brasil, num grupo de 83 países com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, ocupa uma pouco recomendável 5ª posição, evidenciando que os índices locais excedem, em muito, os encontrados na maior parte dos países do mundo. Efetivamente, só El Salvador, Colômbia, Guatemala (três países latino-americanos) e a Federação Russa evidenciam taxas superiores às do Brasil. Mas as taxas do Brasil são muito superiores às de vários países tidos como *civilizados*: • 48 vezes mais homicídios femininos que o Reino Unido; • 24 vezes mais homicídios femininos que Irlanda ou Dinamarca; • 16 vezes mais homicídios femininos que Japão ou Escócia. (MAPA DA VIOLÊNCIA 2015, p. 27, grifo do autor).

Sabemos que o gênero influencia de maneira decisiva nas ocorrências de violência e abusos – físicos, sexuais e psicológicos – contra mulheres. Strey (2001) afirma que a discussão de um conceito de ‘violência de gênero’ é uma tarefa muito difícil, “na medida em que o conceito de gênero já pressupõe, por princípio, uma certa quantidade de pressão sobre os indivíduos para conformarem-se aos padrões culturais sobre o que seja ser homem ou mulher (STREY, 2001, p. 59).

Strey salienta que a presença da violência de gênero nos meios de comunicação, na política, no espaço doméstico, nas relações sociais é facilmente percebida e é paralela a outras formas de abuso. Araújo e Mattioli, ao abordarem estudos sobre violência no Brasil, lembram

²³ Informações sobre a pesquisa podem ser acessadas em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/09/21/um-em-cada-3-brasileiros-concorda-que-mulher-tem-culpa-por-estupro-diz-pesquisa.htm>. Também em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/09/um-em-cada-tres-pessoas-diz-que-estupro-e-culpa-da-vitima-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 25. set. 2016.

que os principais recortes são manifestações contra a mulher que assumem múltiplas formas: ameaças, uso de força física, coação, sofrimento físico, abuso ou exploração sexual, sofrimento psicológico ou qualquer outra ação de intimidação contra mulheres. Da mesma forma, usar esses instrumentos como punição ou forma de humilhação é considerado violência de gênero. As autoras apontam para a presença de fatores conjunturais na produção ou no agravamento da violência, entre eles a pobreza e a desigualdade social (ARAÚJO e MATTIOLI, 2004, p. 9).

Dentro da perspectiva de que o ambiente digital assume importância com relação à discussão e disseminação de temáticas relacionadas a gênero, feminismo e mulheres, a questão da violência contra a mulher transparece no relato recente de uma universitária de Porto Alegre (RS), publicado no Facebook, na página 'Se essa rua fosse nossa'. Ela faz um detalhado depoimento, não apenas da violência sofrida, mas de tudo que ocorreu após o fato, incluindo o [não] acolhimento prestado pela rede de atendimento do serviço público, que deveria, em princípio, protegê-la.

Pelas minhas costas, dois homens me agarraram e me arrastaram pra dentro do Parque da Redenção. Eles me taparam a boca e meus gritos eram abafados pelos dedos dos meus agressores e o tráfego de carros da rua. (...) A esta hora, eu já gritava muito e meus gritos se ouviam de longe, porém todos que passavam, e também outros que estavam ali, pareciam ver uma cena cotidiana. Ninguém se solidarizou ou nem sequer parecia ver aquilo com espanto. [...] Chegando na Delegacia da Mulher (no Palácio da Polícia, perto da João Pessoa), imediatamente fui atendida por um policial homem (acho que não preciso explicar aqui os motivos do porquê isso me agride). Após relatar brevemente meu caso, fui orientada a preencher uma ficha de cadastro e aguardar o atendimento. Logo após, uma policial chamou-me ao balcão. Ali, na recepção da delegacia, na frente de todos, tive que relatar sem pudores o que me aconteceu e recebi uma resposta direta e objetiva: "Tu sabe que vai fazer a ocorrência porque tu quer, né? Não podemos fazer nada pra te ajudar". E me vi ali, tendo que convencê-la da importância do meu relato, nem que seja pra "virar estatística". (Facebook. Se essa rua fosse nossa. <https://www.facebook.com/seessaruafossenossa/posts/1556677794583652:0>. Acesso em: 20 mar. 2015.)

Entendemos que confrontar essas questões da atualidade é papel do(a) pesquisador(a), que tem a função social de pensar determinada realidade a partir de pontos de vista ou apropriações. Barros e Junqueira afirmam que o ato de observar o mundo é fruto de uma operação muito complexa, onde entram em relação o(a) observador(a), seus esquemas interpretativos, o(a) observado(a) e o contexto onde se inserem esses e outros elementos. Os autores ainda chamam atenção para outro ponto crucial, que é a natureza fluída e auto-reflexiva dos objetos de estudo das ciências sociais, onde a comunicação inclui-se. Trata-se de objetos que podem interagir com o observador e as leituras que este fez a respeito das

características e modos de ser deles. (BARROS e JUNQUEIRA, 2006, p. 34). É o que esperamos alcançar nessa pesquisa.

Nesse sentido, a academia deve dialogar e caminhar junto com a sociedade e com aquilo que ela vivencia, pois faz parte dela e nutre-se de suas contribuições. Para pensar tal processo, direcionando o foco investigativo para a realidade, encontramos em Bachelard (1981) a lembrança de que o “fato científico” é conquistado, construído e constatado. Faz parte do processo de escolha do objeto a apreensão do mundo, algo que não é feito imediatamente, pois os sentidos não estão dados *a priori*. Para que isso ocorra é necessário que o ser humano se ampare em “lentes” pelas quais vai perceber, interpretar e avaliar a realidade; lentes essas que sempre partem de um determinado “lugar de onde esse sujeito fala”. Entendemos aqui, que falamos não apenas a partir da academia, lugar privilegiado de questionamentos, construção de crítica e acesso à informação. Falamos, também, como mulher, como feminista e como pessoa afetada sistematicamente por todas essas questões.

Assim como o diálogo é fundamental para o(a) pesquisador(a), conhecer o estado da arte também é, pois faz parte da construção do conhecimento científico. Em 2006, Escosteguy e Messa, realizaram um levantamento da produção científica no Brasil, produzindo um inventário das teses e dissertações no campo acadêmico da comunicação, elaboradas entre 1992 e 2002 e que abordaram a relação gênero e comunicação. Segundo as autoras, a presença da temática de gênero, ainda que tímida, vem ganhando força nos estudos no campo da comunicação e, historicamente, focavam três linhas de pesquisa diferenciadas: a mensagem (1992 a 1996); a recepção (1997 a 1999) e as representações femininas (2000 a 2002). No entanto, o tema permite uma gama de possibilidades, em função das interações desses(as) atores(atrizes) entre si, com os meios e com a sua cultura, o que constitui uma diversidade de processos e possibilita a tentativa de avançar no estudo da temática. Propomos pensar essa temática a partir de tensões que as questões de gênero apresentam na internet, especialmente relacionadas à violência contra mulher, buscando as construções de sentido sobre o uso do corpo nu em ações de mobilização social e ativismo.

Nesse sentido, notamos que no campo acadêmico, os trabalhos sobre gênero e comunicação (ou, ainda, mídia) têm abordagens diversas. Percebemos, em levantamento não definitivo sobre o tema, cerca de 65 estudos que relacionam gênero e televisão, mulheres e televisão ou feminismo e televisão²⁴. Também encontramos cerca de 50 pesquisas que

24 Alguns dos trabalhos mais recentes são: ALMEIDA, Katiane de Sousa. Personagens emolduradas: os discursos de gênero e sexualidade no Big Brother Brasil 10. 2011. Mestrado Acadêmico em Antropologia Social. Universidade Federal de Goiás. 2011.

abordam a representação feminina, em grande parte na literatura, mas também na publicidade, na mídia impressa e na televisão²⁵. Os estudos sobre gênero e jornalismo e mulheres e jornalismo somam 48 trabalhos²⁶. Por último, percebemos que estudos que abordam feminismo, mulheres, corpo e internet estão presentes em diversas áreas do conhecimento: saúde, comunicação, psicologia e ciências sociais, por exemplo. Em análise mais acurada, encontramos estudos que relacionam o feminismo e as tecnologias da informação e da comunicação e também pesquisas sobre gênero e internet e que conversam com a proposta de pesquisa que aqui apresentamos.

Salientamos o trabalho de Schilindwein (2012), intitulado *Dos periódicos oitocentistas ao cyberfeminismo: a circulação das reivindicações feministas no Brasil*, que observou como os coletivos feministas no Brasil se apropriam ou não das tecnologias da informação e da comunicação e como as questões de gênero estão circulando nesses meios. Para isso, analisa o material produzido pelo Grupo de Ação Feminista (GAFe), de Florianópolis (SC), em formato de e-zine. Também a pesquisa desenvolvida por Milette (2011), sobre uma rede especial de círculos de homens e mulheres e suas representações de gênero na internet, por meio de discursos e rituais em relação ao gênero. Milette propôs uma etnografia das práticas dos discursos em relação a gênero e ciberespaço.

MARQUES, Maria de Fatima Jeronimo. Mídia e gênero: análise crítica da violência contra a mulher no telejornalismo. 2011. Mestrado acadêmico em Serviço Social. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

ANDRADE, Elizabeth Russo Nogueira de. A questão de gênero, meta do milênio da ONU, e sua invisibilidade na televisão brasileira contemporânea: análises de programas telejornalísticos, com ênfase na Rede Globo (2011). Mestrado acadêmico em comunicação. Universidade Anhembi Morumbi.

SA, Cristiane Ferreira de. A mulher na ordem do dia: estudo de temas em *Malu Mulher* (1979/80) e *Mulher* (1998/1999). (2011). Mestrado acadêmico em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo. FFCH/UFBA.

SANTOS, Ana Paula Rufino dos. Trabalho e maternidade: regularidades enunciativas do discurso da feminilidade no currículo da EJA e no currículo cultural da telenovela. (2011) Mestrado acadêmico em educação. Universidade Federal de Pernambuco.

25 Podemos citar, entre os mais recentes: MAIA, Geuvana Vieira de Oliveira. A representação feminina nos romances de Cyro dos Anjos. (2011) Mestrado acadêmico em Estudos Literários. Universidade Federal de Minas Gerais.

MENEZES, Tayana Dias de. As mídias e a representação feminina: um estudo sobre a identidade social da mulher. (2011) Mestrado acadêmico em Letras. Universidade Federal de Pernambuco.

RIBEIRO, Marislei da. Beleza feminina e publicidade: um estudo sobre as campanhas da marca Dove. (2011) Doutorado em Comunicação Social. PUCRS.

²⁶ Como, por exemplo: SOUSA, Evandro Alberto de. (Des)Construção da democracia de gênero no discurso jornalístico sobre violência contra a mulher nos jornais impressos piauienses *Meio Norte* e *O Dia* (2011) Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco.

MIZUMURA, Cristina Miyuki Sato. Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro. Discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas. (2011) Doutorado em Ciências da Comunicação. ECA/USP.

FERNANDES, Isis Cleide da Cunha. Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde: uma análise de conteúdo de *A Semana*, *A Nação* e *Expresso das Ilhas* (2012) Mestrado acadêmico em Comunicação e Informação. FABICO/UFRGS.

Com relação a estratégias de ativismo e aos movimentos feministas, o estudo de Silva (2011), intitulado *Estratégias de comunicação e ativismo feminino na esfera pública midiática: estudo sobre os sites Hip Hop Mulher*, pesquisou experiências vividas por mulheres negras que participam do movimento hip-hop, buscando compreender a experiência interativa das mulheres nas redes sociais e suas implicações no combate às desigualdades de gênero e ao racismo. Destacamos, ainda, o estudo *Comunicação e feminismo: as possibilidades da era digital*, de Vera Vieira (2012), que buscou comprovar que a tecnologia, que tem na internet a sua maior expressão, é um importante instrumento para a transformação social. A pesquisa apresenta a importância do uso das redes sociais para o avanço contra a violência às mulheres no âmbito doméstico.

Há, também, a tese de doutorado de uma das idealizadoras do Fundo Social Elas²⁷, Amalia Eugenia Fischer Pfaeffle (2001), intitulada *Mídia e cartografias feministas: estratégias comunicativas e micropolíticas*, que propôs pensar o feminismo no contexto da globalização e a utilização da tecnologia, com ênfase no ciberfeminismo²⁸. E o trabalho de Mestrado em Ciências Sociais de uma reconhecida feminista do Rio Grande do Sul, Télia Negrão, datada de 2006, com o título *Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social*²⁹. Télia é jornalista, conselheira diretiva da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e coordenadora do Coletivo Feminino Plural.

Encontramos, também, um trabalho que aborda o protesto #EuNaoMereçoSerEstuprada, porém, por um viés diferente daquele proposto pela presente pesquisa. O trabalho de Ludmylla Lopes Rocha, segundo a autora, “pretende discutir as transformações da sociedade num contexto de mudança das relações sociais por meio da influência da internet, com base na documentação feita pelas mídias de massa, em específico, do programa Fantástico exibido pela TV Globo”³⁰. Rocha utilizou uma abordagem sobre os critérios de noticiabilidade responsáveis por tornar um assunto notícia não só nos meios

²⁷ O Fundo Social Elas é o único fundo brasileiro de investimento social voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo de meninas, jovens e mulheres. Segundo o site www.fundoelas.org, “entendemos que investir nelas é o caminho mais rápido para o desenvolvimento de um país. Quando se investe nas mulheres, a vida de seus filhos e das pessoas a sua volta se transforma, gerando resultados diretamente em comunidades, cidades, estados e, por fim, em todo o Brasil”. Acesso em: 21 set. 2016.

²⁸ PFAEFFLE, Amalia Eugenia Fischer. *Mídia e Cartografias Feministas: estratégias comunicativas e micropolíticas*. Porto Alegre: UFRGS. Ver: http://www.ufrgs.br/infotec/teses00-02/resumo_696.html.

²⁹ Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2/browse?value=Negrão%2C+Telía&type=author>. Acesso em: 27 jul. 2016.

³⁰ ROCHA, Ludmylla Lopes. *Eu não mereço ser estuprada: a repercussão da manifestação virtual no Fantástico*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/132472>>. Acesso em: 27 set. 2016.

virtuais, mas também nos tradicionais; em específico, o caso do evento Eu Não Mereço Ser Estuprada.

Por último, os estudos que abordam o corpo feminino versam, em sua maioria, sobre a construção dos corpos femininos, sobre as representações da mulher brasileira, sobre a imagem dos corpos e a sexualidade, sobre consumo do corpo e sobre o corpo e a moda. Na área de saúde, muitos estudos abordam a questão do aborto. Também percebemos a existência de vários estudos sobre blogs voltados para questões consideradas femininas, como maternidade, anorexia e bulimia. Durante a realização da pesquisa, encontramos poucos estudos que relacionam o uso político do corpo como estratégia de confronto ou de mobilização dos movimentos feministas – especialmente em questões relacionadas com violência de gênero – e suas implicações e relações com o espaço digital. Dentre os estudos encontrados, citamos a dissertação de mestrado de Beatriz Beraldo Batista (2014), da ESPM – SP, intitulado *Por saias e causas justas: Feminismo, comunicação e consumo na Marcha das Vadias*. A pesquisa, de caráter etnográfico e iconográfico, propõe refletir sobre as concepções e representações da mulher e do feminismo mobilizados pela Marcha das Vadias em São Paulo³¹. Também, com data de 2016, a dissertação que abordou o mesmo movimento social, de autoria de Camila Carolina Hildebrand Galetti, chamada *Corpo e feminismo: a Marcha das Vadias de Campinas/SP*, em Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UNB).³²

Acreditamos, assim, que o estudo proposto tem relevância também pelo enquadramento pretendido, que busca ampliar o espectro dos estudos apresentados.

3.2 Um breve mapa da história, dos movimentos e das construções das mulheres

Pensar sobre o uso do corpo feminino em ações de mobilização provoca a necessidade de conhecermos os movimentos relacionados às lutas das mulheres e lutas femininas. O feminismo é marcado historicamente como um movimento de lutas, articulações e ativismos, caracterizando-se por ter múltiplas identidades. Entendemos, entretanto, que o que propulsionou o movimento feminista, independente da abordagem histórica, política ou social, foi a busca pelo exercício da cidadania das mulheres.

³¹

Disponível

em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?poPup=true&id_trabalho=523506. Acesso em: 23 ago. 2016.

³² Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21011/1/2016_CamilaCarolinaHildebrandGaletti.pdf. Acesso em: 13 nov. 2016.

Buscar uma definição de feminismo não é tarefa fácil. As múltiplas faces do movimento requerem, primeiramente, um resgate de sua história. Depois, a possibilidade de uma discussão mais complexa, considerando as construções sociais do feminismo e da categoria gênero. Nesse sentido, vale destacar a afirmação de Céli Pinto “o movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. (PINTO, 2010, p. 10). Teles traz o entendimento de que feminismo é “um movimento político, que questiona as relações de poder e a exploração de grupos de pessoas sobre outras, particularmente da dominação sobre a população feminina” (TELES, 2003, p. 51). Dessa forma, vale considerar que o feminismo aqui posto, e ao qual o trabalho se filia, busca uma sociedade sem preconceitos e com respeito à diversidade e às diferenças.

O feminismo pode ser olhado por vários prismas, de acordo com pontos de partida teóricos e políticos: a) feminismo conservadorista, preocupado com a desigualdade mas não com a raiz das diferenças; b) o liberal, que busca o aperfeiçoamento progressivo dos dispositivos legais como forma de implantar a igualdade de direitos; c) dogmático marxista; d) radical, que trabalha com a ideia de patriarcado, de um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres; e) socialista, que busca a formulação de novos conceitos que dêem conta das interrelações de classes sociais e categorias de gênero (SAFFIOTI); f) feminismo existencialista, pautado nas ideias de Simone de Beauvoir (IRIGARAY); g) ciberfeminismo (ou cyberfeminismo), que tem entre suas referências Rosi Braidotti, Mary Flanagan, Donna Haraway. Em função dessa diversidade de posicionamentos, muitos estudos e autores(as) apontam para o uso da palavra feminismo no plural: feminismos (COSTA e SARDENBERG, 1994; ALVAREZ; CASTRO, 2000; RAGO, 2006, entre outras), na tentativa de reconhecer que essa diversidade representa uma grande riqueza para o movimento. Na presente pesquisa, optamos pelo uso de feminismo, entendido como um movimento plural, mas definido no singular.

O feminismo tem uma longa história. Alguns autores e algumas autoras diferem “fases” ou “ondas” do movimento feminista que apresentam as principais características do feminismo em determinados momentos históricos. Narvaz e Koller salientam que o feminismo pode ser entendido a partir desse viés histórico conforme as necessidades políticas e o contexto social de cada tempo. Além disso, pode ser visto como campo político, onde as

intersecções do feminismo com os movimentos de luta de classes configuram diferentes movimentos feministas, entre eles: o radical [...], o liberal, o socialista, o marxista e o anarquista (Chrisler & Smith, 2004; Toledo, 2003). No campo teórico-epistemológico encontramos o empirismo feminista, o ponto de vista feminista e o pós-modernismo ou pós-estruturalismo feminista, corrente contemporânea do feminismo na qual se inscrevem os estudos de gênero (Butler, 2003; Harding, 1987; Louro, 1999). Houve, também, várias gerações ou várias fases no feminismo, conhecidas como “ondas do feminismo” (Costa, 2002; Nogueira, 2001). (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 649).

Com isso, as autoras reafirmam a ideia, com a qual pactuamos, de que na atualidade não existe um feminismo totalizante e único.

Historicamente, a partir das últimas décadas do século XIX, as mulheres passaram a se organizar na busca de seus direitos. Essa seria, para determinados autores e autoras, a primeira onda do feminismo³³. Na Inglaterra, a luta pelo direito ao voto promoveu a realização de manifestações e greves de fome, por exemplo. No Brasil, o período ficou marcado pela luta pelo direito ao voto. Bertha Lutz fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e as operárias lançaram um manifesto chamando atenção para as condições de trabalho das mulheres nas fábricas (PINTO, 2010). Essa foi uma etapa de contestação, em uma tentativa de garantir a igualdade de direitos e de provar que as mulheres não eram inferiores aos homens. Incluía-se aí a luta pelo direito da mulher ao trabalho sem a necessidade de autorização de um homem (pai ou marido).

Em 1949, o livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir é lançado, e torna-se uma obra fundamental para o feminismo. Sua célebre frase: *ninguém nasce mulher, torna-se mulher* virou uma das máximas do movimento feminista. Anos mais tarde, em 1963, Betty Friedan lança *A mística feminina* que contribui para um enfoque mais libertário, partindo para a busca da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no trabalho, nas relações sociais, na educação, entre outros aspectos. Essas obras seriam marcas da “segunda onda” do movimento feminista. Além disso, começam a aparecer as discussões sobre as relações de poder e sobre a liberdade e a autonomia das mulheres com relação ao próprio corpo. Pinto afirma que

[...] enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil, o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política [...] Foi no ambiente [...] muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970 (PINTO, 2010, p. 10).

³³ A “primeira onda” compreende o período de 1860 até 1920 e, segundo algumas autoras feministas (como Louro, por exemplo), esse momento do feminismo foi marcado por lutas de mulheres brancas de classe média, que em geral constituíam o movimento.

O movimento feminista toma impulso a partir de 1970, quando a expressão “relações sociais de gênero” começa a fazer parte da luta pela igualdade entre homens e mulheres. Nessa mesma época, as feministas brasileiras, conforme Vieira (2012), embasadas pela produção de Paulo Freire, passam a refletir e discutir a opressão sofrida “por ser mulher”. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 1975 como o Ano Internacional da Mulher e o período de 1976 a 1985 como a Década da Mulher. Esse momento do feminismo tem características que o configuram como um movimento social transformador, uma vez que é desafiador, esclarece a diversidade das lutas femininas e seu multiculturalismo (CASTELLS, 1999, p. 210). Sarti (2004), afirma que

Uma confluência de fatores contribuiu para a eclosão do feminismo brasileiro na década de 1970. Em 1975, a ONU declara o Ano Internacional da Mulher, pelo impacto que já se fazia sentir do feminismo europeu e norte-americano, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional. Essas circunstâncias se somavam às mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, propiciadas pela modernização por que vinha passando o país [...], pondo em questão a tradicional hierarquia de gênero. (SARTI, 2004, p. 37).

Vale lembrar que esse processo acontecia no contexto das ditaduras latinoamericanas e das lutas pela redemocratização dos países. Sendo assim, os grupos feministas no Brasil, criados na década de 1970, não apenas tinham a luta pela igualdade das mulheres como foco, mas também todas as questões relacionadas ao regime político vigente. Dessa forma, o feminismo militante surgia, também, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, na contestação das estruturas de poder, articulando as relações de gênero às estruturas de classes (SARTI, 2004). Esses grupos eram de reflexão e pressão, buscando a mobilização das mulheres, com atuação junto aos movimentos de mulheres em bairros e comunidades das periferias urbanas, da Igreja Católica e em clubes de mães, onde as mulheres se reuniam.

Sobre isso, encontramos em Vieira (2012) uma referência de que os movimentos de mulheres antecedem o feminismo e podem ser diferentes dele. São movimentos sociais que exibem heterogeneidade de objetivos e de formas de associação ou de organização. Os movimentos de mulheres, como outros movimentos sociais, acontecem nas esferas públicas de participação e organização comunitárias. Uma das principais contribuições do movimento de mulheres tem sido evidenciar a complexidade da dinâmica social e da ação dos sujeitos sociais, revelando o caráter multidimensional e hierárquico das relações sociais e a existência de uma grande heterogeneidade de campos de conflito.

No Brasil, a efervescência do movimento feminista aconteceu com a redemocratização, nos anos 80, momento em que inúmeros grupos e coletivos em todas as

regiões tratavam de uma gama muito ampla de temas. E esses grupos, em alguns momentos, atuam próximos aos movimentos de mulheres, influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com origem na Igreja Católica, e que lutavam por educação, moradia, saneamento básico e saúde. Assim, o movimento feminista brasileiro, que em sua origem tinha mulheres de classe média, em sua maioria com ensino superior ou intelectualizadas, encontrou uma convergência nas comunidades de base nas classes populares (PINTO, 2010). Cabe destacar o que Rosiska Darcy de Oliveira afirma

Como qualquer movimento de libertação, o movimento feminista revestiu-se de dupla característica de ser, ao mesmo tempo, um fato cultural e um fator de cultura. Fato cultural na medida em que se originou no mal-estar e na crise vividos por essa camada minoritária de mulheres privilegiadas [...]. Essa *intelligentsia* feminina recusou a integração e foi levada a olhar para as mulheres em seu conjunto, para a existência feminina em sua totalidade. É do encontro dessas mulheres com as outras [...] que vai emergir um desvio coletivo, portador de um contradiscurso sobre a condição feminina. O movimento de mulheres será, também, fator de cultura, na medida em que é dessa interação [...] que vai nascer a reivindicação de uma identidade original, a ser construída (OLIVEIRA, 1991, p. 58 e 59, grifo da autora).

Dessa forma, dois movimentos concomitantes foram fundamentais para o fortalecimento e a articulação das demandas das mulheres: o movimento de mulheres e o movimento feminista. “A participação das mulheres nos movimentos de bairro, que as retirava do confinamento doméstico, propiciou a emergência de um novo sujeito político”, e as militantes “nas camadas médias e intelectualizadas, em sua perspectiva de transformação, atuaram articuladas às demandas femininas das organizações de bairro, considerando os questionamentos sobre a condição da mulher e a identidade de gênero”(SARTI, 2004, p. 40). A circulação de feministas entre o Movimento de Mulheres se revelou uma via de mão dupla: questões mais gerais influenciando o pensamento feminista e questões feministas influenciando a visão de mundo das mulheres de camadas populares.

Nos anos 80, o feminismo no Brasil já expressava força política e social. Um discurso feminista questionador das relações de gênero foi explicitado e os grupos feministas multiplicaram-se. Muitos grupos, seguindo uma tendência geral, passaram por um processo de “institucionalização”, iniciando uma atuação por meio de Organizações Não-Governamentais (ONGs), formalmente constituídas, com temáticas relacionadas às mulheres (violência contra a mulher, aborto, participação política etc)³⁴. A institucionalização do movimento implicou,

³⁴ Na década de 1990, as organizações começam um processo de profissionalização, conforme Ramos (2003). As ONGs assumem funções de assessoria técnica e educacional, abrangendo campos como gênero, etnia, direitos humanos, saúde, crianças e adolescentes, cultura etc. Gohn destaca que os anos 90 foram marcados pela ascensão de lutas “que afetam o conjunto da população como a violência, a degradação do meio ambiente, ou ações que afetam grandes conjuntos da população, de perfil socioeconômico homogêneo, como os menores

dessa forma, o seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras. Foi o caso daquelas relacionadas à saúde da mulher, que causaram impacto na área médica, entre as quais emergiu o campo dos “direitos reprodutivos”, que questionou, de um ponto de vista feminino, a concepção e os usos do corpo feminino [...]. (SARTI, 2004, p. 42).

Scherrer-Warren (1999) busca relacionar os movimentos sociais, nascidos em um contexto de lutas democráticas e humanitárias e o surgimento das organizações sociais não governamentais, no bojo desses movimentos. A autora aponta os movimentos sociais como sujeitos que constroem as representações sociais contemporâneas e confere às organizações não-governamentais (ONGs) a posição de agentes fundamentais de desenvolvimento da cidadania. No entanto, destaca que essas ONGs e que os movimentos sociais estão inseridos em um contexto globalizado, delimitado e atravessado por um contexto histórico, permeado por linhas de força.

No Brasil, mesmo com a existência de um contexto desfavorável durante o Regime Militar, as temáticas relacionadas às mulheres sempre estiveram presentes: contracepção, violência, direitos do trabalho, entre outros. Com o fortalecimento dos movimentos sociais, as mulheres encontraram novos canais de participação, muitas vezes em formas alternativas de atuação, constituindo-se como sujeitos coletivos e políticos. Segundo Scherrer-Warren, “[a]nte a multiplicidade e complexidade de cenários nos quais os movimentos se organizam, torna-se cada vez mais relevante a dialeticidade entre práticas políticas e práticas cognitivas” (SCHERRER-WARREN, 1999, p. 16). Para ela, o fortalecimento de dimensões como cultura e ética, conhecimento reflexivo da ciência, compromisso com o coletivo e construção de uma esfera pública democrática são fundamentais e realizam a conexão entre os pontos fortes das práticas sociais e os movimentos.

Entendemos, assim, que o feminismo brasileiro, no final dos anos 70 e na década de 80 foi pautado pela militância, especialmente de rua, pelas causas nacionais daquele momento e pela visibilidade das questões relacionadas à mulher. O final dos anos 80 marca o crescimento dos estudos de gênero no país, buscando a conceituação dessa construção ou representação social da mulher.

abandonados nas ruas ou a fome” (GOHN, 1995, p. 205). Enquanto nos anos 80 as lutas e os movimentos sociais foram organizados por entidades político-partidárias, sindicais, religiosas, e outras, nos anos 90, são pluriclassistas, com apoio e participação das camadas médias da população. Nos anos 70-80, estas camadas atuavam por meio de alguns de seus membros, em trabalhos de assessoria aos movimentos populares. Estas alterações, nos anos 90, mudam também o perfil das lutas, agora menos populares e mais pluriclassistas, mais difusas do ponto de vista sociopolítico (GOHN, 1995, p. 205).

Na década de 1990, parece haver um significativo crescimento do feminismo no Brasil (Cf. Grossi, 1998b, p. 28), abarcando mulheres de diferentes camadas sociais e gerações, tanto no meio rural como urbano. Estas militantes (p. 19) se encontram majoritariamente em quatro espaços: movimentos sociais rurais, administrações públicas de partidos de esquerda, funcionárias de ONGs e em grupos de “dupla identidade” (particularmente de lésbicas e negras). As feministas brasileiras chegaram ao final do milênio defendendo uma série de posições políticas distintas e conscientes da diversidade dentro do movimento. Este fato é avaliado como de grande riqueza do e para o feminismo. Apesar das dificuldades que este tipo de realidade suscita (para a tomada de decisões e ação conjunta), têm-se discutido algumas agendas em comum, montadas a partir dos mais diversos grupos. Algumas das movimentações ocorridas no início do século XXI, apontam para o fortalecimento do feminismo militante de rua, acompanhado de novos posicionamentos e reflexões políticas. Um exemplo deste fenômeno é a ação das feministas da Marcha Mundial de Mulheres. No Brasil, a Marcha “juntou setores como o movimento autônomo de mulheres, movimento popular e sindical, rural e urbano” e ampliou o debate sobre as questões econômicas, políticas e sociais entre vários destes grupos. (ZIRBEL, 2007, p. 21)

Dessa forma, percebemos a multiplicação do feminismo nos anos 90, com uma maior abrangência e circularidade dos discursos feministas. As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista ficam cada vez mais tênues e são sistematicamente ofuscadas. Soares (s/d, p. 46) afirma que um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres vem incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, a multiplicidade do feminismo vai sendo construída.

Dentro dessa ótica, a partir dos anos 90, o pós-estruturalismo passa a marcar o feminismo. O movimento passa a afastar a idéia global e massificadora da construção social da diferença entre os sexos e propõe questionamentos acerca das definições da feminilidade e das interpretações sobre gênero e sexo. Os questionamentos e críticas ao par “diferença e igualdade” apontavam a diferença entre os sexos como algo politicamente potente, mas que dificultava a problematização das diferenciações entre as mulheres. “A igualdade, por sua vez, com sua reivindicação por paridade e equidade, comprometia essas mesmas diferenças [...] não reconhecendo as estruturas de dominação que estavam ali implicadas”. (PELÚCIO, 2012, p. 406).

Esse novo momento do feminismo é citado por alguns autores e algumas autoras como a terceira onda e também é visto como “pós-feminismo” (BENEDETTI, 2005). Conforme Alves (2014), a perspectiva pós-feminista não afirma a superação da fase da discriminação econômica contra a mulher, da mesma forma não representa a inexistência de desigualdades de gênero ou da violência contra a mulher, mas questiona as diferenças entre mulheres e entre culturas. Touraine contribui para a reflexão ao afirmar que o feminismo

transformou a vida e o espírito das mulheres, provocou debates e obteve vitórias. “O pós-feminismo, já o dissemos, é um movimento social, mas um movimento de reconstrução cultural que visa superar os conflitos e as polarizações que emprestaram força principal ao modelo europeu de modernização” (2007, p. 117). Percebemos que esse momento do feminismo tem estreita ligação com a (re)construção da categoria gênero como categoria de análise, em uma tentativa de ultrapassar o pensamento binário e o essencialismo e construir um conceito que permita pensar em termos de pluralidades e diversidades tão marcantes da época atual. Para Touraine, as mulheres definem suas ações em nível da cultura, “uma palavra que refere ao princípio de organização da vida individual e coletiva num contexto bem mais amplo daquele das relações sociais” (2007, p. 117).

O pós-feminismo, segundo Macedo e Amaral (2005), apresenta entendimentos variados. O primeiro objetiva desconstruir o gênero como uma categoria imutável. A segunda acepção é marcada pela idéia de um feminismo mais individualista, não apenas como representação coletiva dos anseios femininos contemporâneos. A terceira e última acepção, afirma que as mulheres precisam travar outros enfrentamentos e

[...] poderá assim traduzir a existência hoje de uma multiplicidade de feminismos, ou de um feminismo “plural”, que reconhece o factor da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre o outro, sem contudo pretender fazer tabula rasa das batalhas ganhas, nem reificar ou “fetichizar” o próprio conceito de diferença (MACEDO e AMARAL, 2005, p. 154).

Dessa forma, a presente pesquisa alinha-se com a ideia de um pós-feminismo, ou com o entendimento de um novo feminismo, como algo em transformação, como a maturidade do feminismo como teoria política (PRECIADO), que saiba avaliar os avanços e recuos do movimento feminista desde o início de sua história e evoluir a partir disso. Podemos afirmar que o feminismo vem problematizando a si mesmo, em um processo de reconstrução ou desconstrução. O que percebemos é que as teorias essencialistas que fundamentaram as políticas de identidade do feminismo, e que trabalharam fortemente a criação da categoria mulheres, têm sido contestadas pelas feministas contemporâneas, destacando-se aqui os trabalhos de Harding (1993), Butler (1986, 2000, 2003) e Scott (1995).

a crítica feminista também se propõe a desconstruir as suposições ilusórias acerca de um sujeito autônomo e universal. Entretanto, para o feminismo, o problema vai além, uma vez que a definição deste sujeito particular dá-se a partir de uma perspectiva androcêntrica e eurocêntrica (Butler, 2003). A limitada e parcial consideração da experiência e das atividades do sujeito masculino da elite branca privilegiada e a correspondente desvalorização das experiências e atividades das mulheres e de outros grupos minoritários/dominados não privilegiados são centrais no humanismo Ocidental e, além disso, servem para manter sua subordinação. [...] O feminismo problematiza não só a teoria do sujeito, como o faz Foucault, mas denuncia a noção universalizante do sujeito a partir do sujeito masculino, que desconsidera a multiplicidade da experiência feminina, quer em sua forma particular de eroticidade, de racionalidade ou de suas práticas de resistência. (NARVAZ e NARDI, 2007, p. 54).

Podemos pensar, dessa forma, na construção de um feminismo pós-estruturalista, ou na contribuição do pós-estruturalismo ao feminismo, uma vez que permite questionar as categorias unitárias e universais (MACEDO e AMARAL). Para Mariano, “a crítica pós-estruturalista e o feminismo pós-estruturalista incluem também uma concepção em torno de como se constitui o sujeito” (MARIANO, 2005, p. 486). Isso é importante, uma vez que sabemos que o sujeito se constrói dentro de significações e representações culturais. Segundo Sarti (2004, p. 44), “as mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado”.

4. DIMENSÕES DA PESQUISA: MAPAS TEÓRICOS

Os aportes teóricos são fundamentais para pensar a pesquisa. Entendemos que o presente estudo demanda uma multiplicidade de abordagens teóricas, mas que estão intimamente ligadas. Dessa forma, construiremos a seguir alguns mapas teóricos, buscando abarcar as questões de cultura e sentido e materialidade e presença, que compõem o objeto/processo em questão e também gênero, corpo e performance, conceitos essenciais para pensar a pesquisa.

4.1 Gênero, Corpo e Performance

Na construção do caminho para a análise proposta, alguns aportes teóricos se mostram importantes. Buscamos, aqui, apontar conceitos e sua abrangência, na perspectiva de contemplar a fundamentação necessária para a posterior análise. Dessa forma, consideramos que um estudo que visa a contemplar a questão feminista e as mulheres precisa considerar o conceito de gênero. Temos o entendimento de que gênero abarca não apenas o binômio masculino X feminino, resumido em homens e mulheres. No entanto, a pesquisa tem como foco principal o corpo nu de mulheres e, por isso, buscará focar a questão do gênero com relação especificamente a mulheres e feminismo³⁵.

Da mesma forma, o recorte pretendido nesse estudo indica a necessidade de um embasamento sobre questões do corpo e da performance. Não obstante, por se tratar de um estudo no campo das ciências da comunicação, a fundamentação teórica precisa explicitar a direção, dentro da área, pela qual caminha essa proposta. No decorrer desse capítulo, apresentaremos as aproximações teóricas e conceituais realizadas, em um movimento de construção cartográfica.

Sabemos que as discussões sobre a categoria gênero já ultrapassaram as discussões binárias de masculino X feminino e, conforme Almeida (2014) é uma categoria que sofreu desgastes ao longo de sua trajetória acadêmica, causando hoje críticas e recusa por parte de algumas estudiosas em utilizá-la. No entanto,

³⁵ Sabemos que falar “mulheres” ou corpo da mulher indica a existência de toda uma construção social sobre o que é ser mulher, inclusive biologicamente construindo esse sujeito. No entanto, para que a discussão pudesse ser mais efetiva, foi necessária a utilização dessa denominação. Optamos, por exemplo, por utilizar corpo nu da mulher, mesmo compreendendo que essa também é uma construção social, ao invés de utilizar corpo nu feminino, reforçando o binarismo já existente. Da mesma sabemos que não existe apenas o gênero masculino e feminino.

ainda se mostra proveitosa para marcar uma perspectiva dessencializadora e biologicizante das identidades baseadas nas diferenças de âmbito sexual, tanto nos meios universitários como nos meios legislativos, jurídicos e governamentais. Do mesmo modo, é pelo seu emprego que se entende o fato de a violência contra mulheres e contra pessoas que ocupam posições ditas feminizadas nas sociedades de modo geral (crianças, idosos, dentre outros/as de acordo com circunstâncias momentâneas) emergir a partir da questão da alteridade, enquanto fundamento distinto de outros tipos de violência. (ALMEIDA, 2014, p. 329).

No entanto, como afirma a autora citada, a categoria ainda é imprescindível para o entendimento e a discussão de questões relacionadas as mulheres, ao corpo da mulher e à violência de gênero. O conceito de gênero introduz na história a dimensão da relação entre os sexos. Colling afirma que

Gênero tem sido o termo utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, questionando papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual. (COLLING, 2004, p. 28).

Para a autora, a história das mulheres e a história de gênero estão interligadas e gênero está em um campo relacional, uma vez que concebe as mulheres em relação aos homens.

Historicamente, o conceito de gênero ganha força a partir do movimento feminista na décadas de 60 e 70. Nesse período, apesar de os espaços tradicionais de expressão política continuarem fechados às mulheres, elas se organizaram em formas alternativas de atuação, muitas vezes em torno de uma luta de imediato que as constituía enquanto sujeitos coletivos e políticos (MATOS, 1997). Gênero como categoria de análise emergiu do trabalho realizado por um grupo de estudiosas feministas na Inglaterra, durante a década de 1970. As pesquisadoras inglesas constataram que a desvalorização da mulher em relação ao homem era um fenômeno verificável ao longo da história em quase todas as partes do mundo. Elas perceberam que o fato de uma pessoa nascer biologicamente marcada por aspectos que as tornava homem ou mulher era determinante para o desenvolvimento ou a “aplicação” de comportamentos diferenciados para cada um deles. Com isso, concluíram que não se tratava de se fixarem apenas no “problema da mulher”, mas de focar as relações sociais de gênero, ou seja, as relações sociais que a sociedade constrói, transmitidas de geração em geração (por diversos meios, como a mídia, por exemplo), e que cristalizam papéis diferenciados para homens e mulheres, possibilitando a desigualdade social entre os sexos. (CARREIRA, MENCHU e MOREIRA, 2001).

Joan Scott (1995) afirma que inicialmente esse conhecimento na ótica de gênero é marcado por um pensamento plural, de diferentes concepções, sendo pioneiras as teorias

marxistas e psicanalíticas, o que revela a formação ou o “lugar de fala” das primeiras abordagens sobre gênero. Segundo a autora, as feministas marxistas têm uma abordagem mais histórica, já que são guiadas por uma teoria da história. Mas qualquer que sejam as variações e as adaptações, o fato de que elas se impõem a exigência de encontrar uma explicação “material” para o gênero, limitou ou, pelo menos, atrasou o desenvolvimento de novas direções de análise. Tanto nas análises que propõem uma solução baseada nos chamados sistemas duais (compostos de dois domínios: o patriarcado e o capitalismo, separados em interação), como naquelas que se apóiam mais firmemente nos debates marxistas ortodoxos sobre modos de produção, a explicação das origens e das transformações de sistemas de gêneros é encontrada fora da divisão sexual do trabalho. Já as teorias psicanalíticas se distinguem entre a escola anglo-americana - que trabalha dentro dos termos das teorias das relações objetivas, de Nancy Chodorow e de Carol Gilligan, que enfoca menos a construção do sujeito do que o desenvolvimento moral e o comportamento – e a escola francesa, que baseia-se nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud e nos termos das teorias da linguagem (para as feministas a figura central é Jacques Lacan). Ambas escolas interessam-se pela questão da identidade do sujeito, centram o seu interesse nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero.

O conceito de gênero de Scott indica construções culturais, ou seja, a criação de papéis adequados que devem ser desempenhados por homens ou mulheres. É o que a autora refere como o discurso da diferença dos sexos, lembrando que ele não reflete a realidade biológica, mas constrói o sentido dessa realidade. Sendo assim, atentamos para o fato de Scott definir gênero como uma forma de ordenar o mundo, que atravessa todas as relações sociais, compõe idéias e estruturas e, a partir dos significados atribuídos, exerce um constante jogo de forças (uma disputa de poder) na manutenção ou subversão dos discursos e da organização social. Dessa forma, temos no gênero uma construção simbólica que faz parte do regime dos discursos que configuram os sujeitos. Esse entendimento é compartilhado por Cardoso, que entende que a aquisição cultural, a forma social adquirida por cada sexo por meio do processo de socialização é definida como gênero. E são esses fatores que nortearão o desempenho dos papéis sociais dos sujeitos (CARDOSO, 1997, p. 127 e 128).

Louro (1997) afirma que gênero trata-se de uma categoria de análise social que estuda as relações entre homens e mulheres na sociedade: relações construídas ao longo da história, que mudam continuamente e que se manifestam de formas diferentes, dependendo de cada lugar e época. E Saffioti define que

[...] gênero não se resume a uma categoria de análise [...] também diz respeito a uma categoria histórica [...], regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e mulher-mulher. Obviamente, privilegia-se o primeiro tipo de relação, inerente à realidade objetiva com a qual o ser humano depara-se ao nascer (SAFFIOTI, 2000, p. 82).

Dessa forma, gênero é a construção social do masculino e do feminino e a desigualdade entre homens e mulheres não é natural, mas posta pela tradição cultural e pelas estruturas de poder, bem como pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais, onde se inclui a comunicação. Piscitelli destaca que o conceito de gênero se difundiu fazendo alusão às diferenças e desigualdades que afetam as mulheres e, atualmente, vem adquirindo novos sentidos. Apesar de manter esse caráter político inicial,

nas suas reformulações, o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas [...] (PISCITELLI, 2009, p. 146).

Essa mistura referida por Piscitelli parte do princípio de que os sujeitos são seres sociais. Para Matos, “as abordagens que incorporam a análise do gênero têm revelado um universo de tensões e movimento com toda uma potencialidade de confrontos [...] onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas” (MATOS, 2009, p. 288). Ou seja essas abordagens buscam a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, uma vez que existem muitos gêneros, muitos femininos, muitos masculinos e é necessário reconhecer a diferença dentro da diversidade.

Pensar gênero e feminilidade é importante para não perpetuar o binarismo resultante da influência cartesiana que marcou a produção de conhecimento a partir do século XVIII e a dicotomia homem-mulher como a divisão natural dos seres humanos. Essa divisão sexual faz surgir o conceito de gênero como uma construção social e histórica dos sexos, apontando para a significação cultural desses dois corpos. Nesse sentido, o sexo seria a faceta biológica, imutável e o gênero seria algo adquirido, derivado das experiências culturais e das representações sociais estabelecidas nas relações (LOURO). Mas é preciso atentar que o sexo não é dado, imutável, uma vez que é afetado pelas práticas de gênero. Nessa ótica, homens e mulheres recebem culturalmente suas “marcações” distintas, que determinam as formas sociais de comportamento e representação de suas identidades, naturalizando práticas repetidas de diferenciação sexual e criando uma ilusão de que há uma naturalidade na divisão sexual. Essa naturalidade é questionável, uma vez que os gêneros são construções sociais, lingüísticas e culturais, implicadas em “processos que diferenciam mulheres de homens,

incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade” (MEYER, 2003, p. 16), o que fica claro nas afirmações de Butler:

Não é possível assumir um gênero de um momento para o outro. Trata-se de um projeto laborioso, sutil e estratégico, e quase sempre velado. Tornar-se um gênero é um processo impulsivo, embora cauteloso, de interpretar uma realidade plena de sanções, tabus e prescrições. A escolha de assumir certo tipo de corpo de certo modo, implica um mundo de estilos corporais já estabelecidos. Escolher um gênero é interpretar normas de gênero recebidas de um modo que as reproduzam e organizem de novo. Menos um ato radical de criação, o gênero é um projeto tácito para renovar a história cultural nas nossas próprias condições corpóreas. Não é uma tarefa prescritiva de que devamos nos esforçar por fazer, mas aquela que estamos nos esforçando sempre, desde o começo (BUTLER, 1987, p. 143).

Isso representa que o gênero não deve ser entendido, simplesmente, como a inscrição cultural de significado em um sexo previamente dado, mas designar também “o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2014, p. 25). A partir de uma perspectiva pós-estruturalista, gênero está relacionado com as diversas formas de viver a masculinidade e a feminilidade, assim como está relacionado aos significados e às representações que são atribuídas a homens e mulheres em cada cultura (LOURO, 2004). Louro avança na temática de gênero ao questionar as marcas do corpo que identificam o masculino e o feminino (os órgãos genitais) como as formas primordiais que definem e descrevem os gêneros. Entretanto, segundo a autora, estas marcas são definidas “a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura” (LOURO, 2004, p. 75), o que, para ela, funciona como marcas de poder.

Por isso, é preciso questionar a naturalização construída em torno do sexo, e as normas regulatórias que legitimam os corpos. Esses são efeitos das relações de poder estabelecidas por processos e práticas discursivas “que fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabam por se converter em definidores dos sujeitos” (LOURO, 2004, p. 80). Entendemos que não se trata de desconsiderar a materialidade biológica, mas de problematizar as representações que utilizam a materialidade biológica como justificativa para determinar comportamentos, atitudes e para valorar e significar o ser homem e ser mulher, em uma lógica sem questionamentos ou provocações. Como afirma Butler,

[r]esulta daí que gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. (BUTLER, 2014, p. 25, grifos da autora).

Nesse sentido, vale lembrar que Foucault chama prática discursiva “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133). Essas regras, construtoras do discurso, fundamentam o que Hall denomina “posição-de-sujeito”. Dessa forma, percebemos que o discurso materializa a disputa de poder e precisamos interrogar as regras de formação dos discursos, que incidem na produção de sentidos e nas formas de sensibilidade de ver e ouvir.

Foucault observa que as instituições sociais exercem grande influência sobre as práticas discursivas e busca compreender as condições históricas e sociais que possibilitam a irrupção de acontecimentos discursivos. Para Foucault, o discurso são práticas que obedecem regras formadas dentro e fora da linguagem. Esses discursos estão imbricados na constituição do sujeito, em suas escolhas e atribuição de sentidos. Apesar dessa instância de produção discursiva ser permeada de poder, existem formas diferentes de ver e de ouvir, formas diferentes de apropriação desses discursos, que possibilitam a reconfiguração dessas regras. Acreditamos que as mobilizações sociais que utilizam performances com o corpo nu da mulher são uma forma de apropriação e reconfiguração dessa produção que acabarão por influenciar ou reconfigurar, em algum grau, as práticas discursivas.

Interessante também pensar sobre o que escreveu Hall (2000) a respeito do argumento de Butler. A autora, afirma Hall, ao abordar discussões sobre gênero e sexualidade, traz um ponto de vista que mostra o ato de assumir um sexo como uma questão de identificação, aprofundando assim a questão da construção identitária por meio de discursos que possibilitam, reforçam, negam ou impedem determinadas identificações. Hall salienta

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporários às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. (HALL, 1995, op. Cit Hall 2000, grifos do autor).

A falta de consenso com relação ao conceito de gênero por parte de diversos(as) autores(as) reflete, de alguma forma, o processo pelo qual passa o entendimento do feminismo, do ser mulher e do próprio conceito de gênero. Aqui, a perspectiva adotada por Louro e Butler orienta a pesquisa. Concordamos com Butler quando ela relaciona gênero à performatividade e corporalidades. A autora afirma que gênero é um “ato”, um estilo

corporal, intencional e performativo, entendendo a performance como uma construção de sentido. (BUTLER, 2014, p. 198).

O gênero não deve ser interpretado como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de *repetição estilizada de atos*. O efeito de gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero. (BUTLER, 2014, p. 200, grifos da autora).

Nesse sentido, a performance é estratégica, e tem no corpo um elemento de grande importância para os atos performativos, em uma perspectiva transformadora. O corpo humano é objeto de análise de uma variedade de áreas, com perspectivas distintas. No entanto, historicamente, podemos afirmar que foi compreendido a partir dos códigos culturais vigentes. Entendemos, aqui, o corpo como um “produto” tanto da cultura, como uma construção biológica, podendo ser considerado biocultural (SANT’ANNA, 2001). Nesse sentido, Foucault (2004) também aponta o corpo como algo não limitado à concepção orgânica, mas como um objeto a ser problematizado. Nesse objeto atuam forças nas mais diferentes direções e sobre ele operam diferentes dispositivos.

Sabemos que, na Antiguidade, o corpo era parte de uma visão integral de homem (Sócrates e Aristóteles) ou servia de prisão para a alma (Platão). Na Idade Média, o corpo foi majoritariamente desvalorizado, as pulsões e o desejo carnal, amplamente reprimidos, uma vez que a igreja tinha grande influência sobre a cultura e o desenvolvimento do pensamento da época. “O culto ao corpo era considerado um verdadeiro pecado, e concebido principalmente como a vestimenta da alma; e a renúncia ao próprio corpo foi a base de sustentação do discurso da salvação da mesma”. (CASSIMIRO, GALDINO e SÁ, 2012, p. 65).

No entanto, a partir do Renascimento e da transição para a Modernidade, uma nova concepção de “homem” surgiu, como sujeito responsável pela produção de conhecimento e com o corpo sendo reconhecido pelas Ciências Biológicas como uma “máquina cheia de engrenagens”. Ao longo do século XX, período que consolidou a Contemporaneidade, o corpo foi ganhando evidência por meio das novas tecnologias e comportamentos, principalmente através do uso dos meios de comunicação (CASSIMIRO, GALDINO e SÁ, 2012, p. 66). Courbin, Courtine e Vigarello (2008) afirmam que coube ao século XX a invenção teórica do corpo, que passou a ligar-se ao inconsciente e ao sujeito e ser inserido nas formas sociais da cultura. Dessa forma, entendemos que o corpo humano é um sistema que não pode ser compreendido independente do ambiente onde está inserido e nem da cultura

que vivencia, interrelacionando-se e modificando-se uns aos outros: corpo, ambiente e cultura. Sant'Anna (2001), afirma que estudar o corpo é compreender as condições sociais de determinada época, as formas de apropriação do corpo por determinados grupos, as suas formas de controle e de domínio, bem como considerar as reações do próprio corpo frente a tudo isso.

Rodrigues foi um dos pioneiros, no Brasil, em analisar o corpo como um sistema simbólico. Segundo ele, “o corpo é uma representação da sociedade” (RODRIGUES, 1975, p. 129), socialmente concebido “[...] e a análise da representação social do corpo oferece uma das numerosas vias de acesso a estrutura de uma sociedade particular” (RODRIGUES, 1975, p. 44). Le Breton (2013) postula, nessa ótica, que o corpo é a realidade de si e que nossas sociedades consagram o corpo como seu próprio emblema. “Se em todas as sociedades humanas o corpo é uma estrutura simbólica, torna-se aqui uma escrita altamente reivindicada, embasada por um imperativo de se transformar, se modelar, de se colocar no mundo.” (LE BRETON, 2013, p. 31). Entendemos que, a partir do momento em que o ser humano está corporalmente inserido no mundo, suas relações são mediadas também pelo corpo.

Para Elisabeth Grosz, o

corpo continua a ser um ponto cego conceitual, tanto no pensamento filosófico ocidental dominante quanto na teoria feminista contemporânea. O feminismo adotou acriticamente muitas das suposições filosóficas em relação ao papel do corpo na vida social, política, cultural, psíquica e sexual e, pelo menos neste sentido, pode ser visto como cúmplice da misoginia que caracteriza a razão ocidental. Feministas e filósofos parecem compartilhar uma visão comum do sujeito humano como um ser constituído por duas características opostas dicotomicamente: mente e corpo, pensamento e extensão, razão e paixão, psicologia e biologia. Esta bifurcação do ser não é simplesmente uma divisão neutra de um campo descritivo abrangente. O pensamento dicotômico necessariamente hierarquiza e classifica os dois termos polarizados de modo que um deles se torna o termo privilegiado e o outro sua contrapartida suprimida, subordinada, negativa. (GROSZ, 2000, p. 47).

Dessa forma, temos sexo, gênero e sexualidade, assim como outras características identitárias significadas nos corpos. “Neste sentido, o corpo é a ‘superfície de inscrição de valores’, tanto sociais quanto sexuais. Os papéis de gênero são construídos sobre os corpos e vivenciados através de uma sexualidade que lhes corresponde” (MUSSKOPF, 2005, p. 188, grifo do autor). Goellner (2003) corrobora com essa questão, ao pensar o corpo como histórico e, dessa forma, como uma construção, passível de marcas de temporalidade, espacialidade, contextos etc. Entendemos, assim, que o corpo é mutável e mutante, consoante com a cultura e as representações criadas sobre ele, produzindo e reproduzindo discursos, ou seja, cada época lhe atribui um significado, o constrói e o reconstrói, ou destrói e deforma. Isto significa que o corpo reflete as normas e os valores da dinâmica cultural da sociedade em

questão; e estudar o corpo, não pode ser feito sem levar em conta os códigos sociais, evidenciando assim toda a sua dimensão política.

O mundo e o ser humano não são mais os mesmos. As exigências a que os indivíduos estão submetidos são bastante complexas. A participação social requer adequação aos modos de ser e de agir. Em relação ao corpo, o que se observa é que ele é visto como objeto a ser manipulado, transformado em conformidade com determinados valores sociais. Assim sendo, os usos do corpo estão condicionados socialmente. Na sociedade atual, se considerarmos as contingências do ambiente da informação e da comunicação, podemos indicar três perspectivas de uso/desuso do corpo: seu progressivo afastamento/negação nas interações sociais, sua superexposição nas diversas mídias e sua intensiva transformação através de intervenções técnicas. (RODRIGUES, 2003, p. 71)

Sant'anna (2001) traça algumas reflexões sobre o corpo na contemporaneidade. Uma delas, que se relaciona com o que propomos nesse estudo, é que o corpo é território do exercício da liberdade individual. E, na cultura em que o ser humano vale pelo que possui, ter um corpo, poder utilizá-lo como quiser, exibi-lo quando e como desejar, representa poder. Nesse ponto, podemos perceber as diferenças existentes entre a posse dos corpos de homens e mulheres. As mulheres, constantemente, lutam pelo domínio do próprio corpo, que a sociedade, de uma forma geral, insiste em dizer que não lhes pertence.

Outra reflexão de Sant'Anna é o entendimento de que o corpo pode ser visto como aquilo que mais se aproxima da identidade do indivíduo. Nesse sentido, usar o corpo como forma de manifestação, protesto ou ativismo seria uma (re)afirmação da identidade e também um exercício de poder. É importante pensar, ainda, que a própria concepção de sujeito³⁶, que está relacionada com a autonomia, não se desvincula do tema do corpo. Relacionado com o movimento feminista, o direito ao controle do próprio corpo significa o direito de gerir a própria vida. Segundo Cruz (2006, p. 7, apud ZIRBEL, 2007, p. 78) “o direito ao corpo imprimiu uma marca diferenciadora entre o movimento feminista e os demais movimentos sociais. Se o corpo em nossa sociedade é um dos espaços por onde passa o exercício do poder e da liberdade, para as mulheres ele é o locus principal sobre o qual se estrutura a sua dominação”.

³⁶ Para Touraine, o sujeito evoca a ideia de luta social, semelhante à de consciência de classe, contudo enquanto esfera individual. O sujeito, portanto, configura-se como parte íntima de cada ser que possui como movimento a resistência, o confronto, o debate. O sujeito é produzido na intersecção com a cultura e, assim sendo, seu tempo será o presente, possibilitando a luta por uma ordem social pautada a um tempo pela diferença e pela singularidade, no reconhecimento das múltiplas realidades existentes no social. Cf. VERONESE e LACERDA, 2011, p. 421 e 425.

De fato, ao se analisar as práticas de poder sobre os corpos, observa-se uma mudança histórica na forma como esse exerce sua influência sobre os indivíduos. Entendendo o poder como uma forma de antecipação do comportamento do outro, de forma a influenciá-lo, percebe-se que as dinâmicas de relação entre indivíduo e sociedade mudaram através dos tempos. Foucault observa essa mudança através da passagem das sociedades soberanas às sociedades disciplinares. Se nas primeiras o súdito devia sua vida e morte à vontade do soberano, que detinha o poder de “fazer morrer e deixar viver”, com a passagem às sociedades disciplinares e o aparecimento do indivíduo, um novo poder se instala: o de “deixar morrer e fazer viver”. A fim de aumentar a produtividade desse corpo individual e torná-lo economicamente eficaz, surgiram instituições disciplinares que passaram a exercer sua função através da distribuição dos corpos no espaço, mantendo-os sob constante vigilância. [...] A crise nas sociedades disciplinares configurou novas formas de poder que já não agiam sobre o homem como indivíduo, mas como espécie, como “massa”. Natalidade, mortalidade, doenças, longevidade, esse novo mecanismo de poder, o biopoder como enunciado por Foucault (2002), se concentra agora em fixar um equilíbrio, em exercer uma regulamentação nos fenômenos que atingem a espécie humana. Nessas condições, trata-se não apenas de deixar morrer e fazer viver, mas de interferir no “como” viver, através de mecanismos mais sutis, configurando uma Sociedade de Controle. (AMARAL, 2007, p. 125).

Outra forma de pensar o corpo é apontada por Falkembach, que propõe pensar o corpo a partir da noção de heterotopia desenvolvida por Foucault. Citando Foucault, a autora diz que as utopias apagam o corpo que, em sua materialidade, seria o produto de suas próprias fantasias. Em contrapartida, as heterotopias “[...] são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais [...] estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis.” (FOUCAULT, 2006, p. 415 apud FALKEMBACH). Sendo assim, o corpo seria um lugar ou espaço de conflito, negociação, tensão e poder.

Dessa forma, Falkembach, que reflete a partir da área das artes cênicas, intenciona pensar no corpo como espaço constituído na distorção da dualidade utopia e espaço real

que busca seu estado de coisa para reconhecer-se como materialidade, para evidenciar a topografia do corpo, o espaço real que é o corpo.[...] O engajamento é também indicativo da qualidade do corpo que performa e reconhecido pelo espectador. A noção de corpo-heterotopia desafia a atenção de quem frui ao trânsito entre a imagem e a coisidade (o corpo objeto de ação da gravidade, feito de ossos, articulações e vetores de força). O corpo-heterotopia, quando atua em espaços públicos pode reconstruir as relações entre os corpos nestes espaços, relações de poder e de forças; pode evidenciar o quanto de ilusório é o espaço real ou o quanto sua configuração é constituída de discursos e dos jogos de poder que atuam na valorização e distribuição do espaço (FALKEMBACH, s/d, p. 4 e 5).

A autora nos traz, dessa forma, um indicativo interessante para repensar as dicotomias entre mente/corpo, espírito/matéria, que colocam a mente como a autorreferência humana predominante e o corpo como parte material do mundo. Para isso, apóia-se em Gumbrecht, e no desenvolvimento do conceito de produção de presença do autor, que sustenta

“a possibilidade de uma relação com as coisas do mundo fundada na presença, ou melhor, uma relação que possa oscilar entre efeitos de presença e efeitos de significado”. (FALKEMBACH, s/d). Le Breton, em *Adeus ao Corpo* (2013), afirma que

O extremo contemporâneo erige o corpo como realidade em si, como simulacro do homem por meio do qual é avaliada a qualidade de sua presença e no qual ele ostenta a imagem que pretende dar aos outros. [...] Todo corpo contém a virtualidade de inúmeros outros corpos que o indivíduo pode revelar tornando-se o arranjador de sua aparência e de seus afetos. O desinvestimento dos sistemas sociais de sentido conduz a uma centralização maior sobre si. A retirada para o corpo, para a aparência, para os afetos é um meio de reduzir a incerteza, buscando limites simbólicos o mais perto possível de si. Só resta o corpo para o indivíduo acreditar e se ligar. (LE BRETON, 2013, p. 31 e 32).

Percebemos, assim, que o corpo na atualidade é fonte para provocar múltiplas inquietações e problematizações de diversas ordens: culturais, sociais, econômicas etc. Nesse sentido, Beatriz Preciado, não conformada com a noção de corpo, sugere que o sujeito moderno não tem corpo, mas sim uma somateca, “un aparato somático denso, estratificado, saturado de órgãos gestionados por diferentes regímenes biopolíticos que determinan espacios de acción jerarquizados en términos de clase, de raza, de diferencia de género o sexual”³⁷ (PRECIADO, 2013, *online*). Esse aparato reúne uma série de técnicas de poder e de representação que se relacionam entre si. Nessa relação, constroem o lugar de subjetivação do ser humano.

La somateca no tiene sus límites en la envoltura carnal delimitada por la piel, ni puede entenderse como un sustrato biológico fuera de los entramados de producción y cultivo propios de la tecnociencia. Dicho con la feminista americana Donna Haraway, el cuerpo contemporáneo es una entidad tecnoviva multiconectada que incorpora tecnología. Ni naturaleza, ni cultura. Ni organismo, ni máquina. La era Güttenberg y la Revolución Industrial, que hoy parecen tocar fondo, se deshacen del cuerpo cristiano y construye una nueva materialidad, haciendo que proliferen nuevos órganos en los que el poder viene a inscribirse. De ahí que la somateca tenga más órganos que el cuerpo.³⁸ (PRECIADO, 2013, *online*).

A somateca de Preciado pode ser entendida como uma poderosa forma simbólica, como é o corpo. Uma superfície na qual estão inscritas várias formas de agenciamento da cultura ou, como afirma Foucault, um lugar prático de controle social.

³⁷ Tradução livre: um aparelho somático denso, estratificado, saturado de órgãos geridos por diferentes regimes biopolíticos que determinam espaços de ação hierarquizados em termos de classe, raça, gênero ou sexo.

³⁸ Tradução livre: A somateca não tem limites carnis delimitado pela pele, nem pode ser entendida como um substrato biológico fora das tramas de produção e cultura próprias da ciência e da tecnologia. Disse a feminista americana Donna Haraway, o corpo contemporâneo é uma entidade tecnoviva multiconectada que incorpora a tecnologia. Nem natureza, nem cultura. Nem organismo, nem máquina. Guttenberg e a era Revolução Industrial, que hoje parecem chegaram ao limite, se desfazem do corpo cristão e constroem uma nova materialidade, fazendo proliferar novos órgãos em que o poder inscreve-se. Por isso a somateca tem mais órgãos que o corpo.

[...] Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. [...] Não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica - movimentos, gestos, atitude, rapidez. [...] Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. São o que podemos chamar as disciplinas. (FOUCAULT, 2004, p. 126).

Pensando no corpo como esse lugar de exercício de poder, vale lembrar que Foucault questiona o poder como uma noção centralizadora, como se fosse uma essência ou um lugar específico. Ao estudar o sujeito, o autor percebeu que “se o sujeito humano é apanhado nas relações de produção e nas relações de sentido, ele é igualmente apanhado nas relações de poder de uma grande complexidade” (FOUCAULT, 1988, p. 3 e 4). A forma de poder estudada por Foucault é uma forma de poder que é exercida sobre a vida cotidiana, categorizando indivíduos, ligando-os a identidades específicas e definindo o que deve ser reconhecido. Uma forma de poder que subjuga e submete. O poder, para Foucault, é um poder difuso, longe das formas regulamentares, centrais e legítimas por meio das quais normalmente o poder é estudado.

Para Foucault, a expressão do poder passa por diversos métodos, mas com o mesmo objetivo: controle da disciplina e transmissão de informações por meio da vigilância. Bruno (2006) destaca que as análises de Foucault sobre os dispositivos de vigilância identificam dois elementos centrais: o olhar e a informação. Segundo a autora “na escola, no exército, na fábrica, nos hospitais, nas prisões, os sujeitos são, ao mesmo tempo, olhados e objetivados” (BRUNO, 2006, p. 154). No entanto, ao estudar a visibilidade e a subjetividade nas tecnologias de informação e de comunicação, Bruno traz uma importante contribuição ao afirmar que, a partir da tecnologia há uma inversão do foco de visibilidade no exercício do poder. “O olhar não mais incide naqueles que exercem o poder, mas naqueles sobre quem o poder é exercido. Sobre o indivíduo comum, ordinário, e ainda mais sobre aqueles que estão aquém do comum e mediano – o desviante, o anormal” (BRUNO, 2004, p. 111). E completa, afirmando que o poder torna-se cada vez mais anônimo enquanto o sujeito exposto à visibilidade torna-se cada vez mais objetivado e atrelado a uma identidade.

Vale lembrar que Butler, em caráter provocativo, defende uma desmontagem de todo tipo de identidade de gênero e o entendimento de que sexo e gênero são construções discursivas e, sendo assim, não devem ser o caminho para a luta feminista, que deve enxergar as potencialidades dos corpos. Para a autora, “a distinção sexo/gênero e a própria categoria sexual parecem pressupor uma generalização do “corpo” que preexiste à aquisição de seu

significado sexuado” (BUTLER, 2014, p. 185). Dessa forma, ele é significado a partir de fontes culturais externas, que deveriam ser questionadas.

[...] ‘o corpo’ aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma. Em ambos os casos, o corpo é representado como um mero *instrumento* ou *meio* com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado. Mas ‘o corpo’ é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de ‘corpos’ que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero. Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero. (BUTLER, 2014, p. 27)

Nesse sentido, chama atenção o fato da utilização do corpo da mulher como ato performático e uma estratégia que expressaria uma outra forma de agir dos movimentos, amplificadas pelas possibilidades das redes tecnológicas e digitais.

Isso leva a pensar o próprio conceito de performance e o que dele deriva, como ato performático, performatividade e performático. Performance tem como origem latina a palavra *formare*, que chega até nós como "formar, dar forma a, criar" (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001) e origina dois outros termos, que são performático e performativo. Performático, é a "forma de arte colaborativa surgida na década de 1970 com uma fusão de diversas linguagens de arte, como pintura, cinema, vídeo, música, drama e dança" e performativo é um enunciado que não afirma e nem nega, mas realiza um ato quando é pronunciado, ou seja, palavra e ato coincidem. (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001). Nessa mesma década, os estudos da performance passaram a ser integrados pela antropologia, filosofia, estudos culturais, literatura, ciências sociais entre outros e tiveram Richard Schechner, Victor Turner e Clifford Geertz como importantes autores e pesquisadores de referência nesse campo.

Villela (2013), ao pensar a performance a partir do campo da antropologia, resgata a afirmação de Langdon (1999) de que o conceito de performance surgiu de dois paradigmas da antropologia atual: a vida social como drama social, desenvolvida por autores como Turner e Geertz e a performance como evento, mais presente no campo dos estudos etnográficos, tendo Bauman como um autor dessa vertente.

Já Taylor (2013) relaciona performance, ativismo, ação, como termos utilizados por artistas, ativistas e estudiosos para “classificar suas intervenções na arena social” (2013, p. 9). A autora defende que as performances funcionam como atos do que ela denomina como transferências vitais, ou seja, como algo – um suporte ou uma forma – de transmitir conhecimento social, identidade e identificações e a própria construção e reconstrução da

memória, por meio de comportamentos. A performance, para Taylor, é uma afirmação ontológica e um agente epistemológico. Nesse sentido,

Obediência civil, resistência, cidadania, gênero, identidade étnica e sexual, por exemplo, são ensaiados e performados diariamente na esfera pública. Entendê-los *como (as)* performances indica que a performance também age como epistemologia. A prática *encorpada (embodied practice)*, junto e atrelada aos discursos culturais, oferece um modo de conhecimento. A relação *is/as (é/como)* ressalta o entendimento da performance como algo simultaneamente “real” e “construído”, como práticas que reúnem o que historicamente foi separado como discursos distintos, supostamente independentes, ontológicos e epistemológicos. (TAYLOR, 2013, p. 10, grifos da autora).

No entanto, as reflexões de Taylor atentam para a questão da performance como queremos pensar no presente trabalho, explicitando que performance, performativo e performatividade provém de diferentes autores e têm significados diferenciados, mesmo que entrelaçados. Interessa aqui o enquadramento de performatividade de Judith Butler, que contribui para entender que a performatividade é algo que permite uma *subversão*, que não garante a estabilidade gerada em função da repetição e reiteração das designações normativas.

Taylor destaca, ainda que, “[e]nquanto o performativo, em Austin, aponta para a linguagem que atua, em Butler ele vai na direção contrária; subjetividade e agência cultural são pensadas como prática discursiva normativa”. (idem). Sendo assim, performance, performativo e performatividade têm um amplo espectro de alcance, podendo envolver desde uma dança até um comportamento cultural generalizado (e generalizante). O termo “[p]erformance traz consigo a possibilidade de desafio [...]. Uma vez que o termo implica simultaneamente um processo, uma práxis, uma episteme, um modo de transmissão, uma realização e um meio de intervir no mundo [...]” (TAYLOR, 2013, p. 16).

Villela destaca o pensamento de Singer e Schechner, que aponta a performance cultural como momentos de reflexividade [q]ue podem levar à transformação – a narrativa é vista como um evento social que envolve experiência, subjetividade e expressões artísticas.

A performance, enquanto manifestação sensível da realidade que pode ser apreendida por meio de sua elaboração estética, opera com uma linguagem poética da qual o corpo é o veículo que dá forma ao que se quer comunicar, e que exige a presença de uma audiência. (VILLELA, 2013, p. 252).

O corpo seria, então, um “veículo” onde se produz uma identificação de gênero, sendo que o corpo e o gênero são marcados pela performance. É importante verificar que esse veículo, o corpo, carrega as marcações de feminilidade, que é aquilo que constrói a imagem ideal de mulher, ou uma “acomodação” do corpo feminino em determinados padrões – o “ser” mulher. Isso pode ser definido pelas roupas, pela fala, pela postura, por padrões definidos para o corpo (depilado, maquiado etc) e é reforçado constantemente pela mídia, em uma estética de

feminilidade. Conforme Beraldo (2014), a feminilidade é um conceito cultural “bastante naturalizado, porém ainda muito controverso nos estudos feministas. Definida de maneira arbitrária e hegemônica dentro de uma sociedade patriarcal, esta normatividade sobre o que é ser/parecer mulher tem sido bastante questionada desde as primeiras ondas feministas.” (BERALDO, 2014, s/p). A feminilidade estaria, dessa forma, ligada às representações e práticas sociais do corpo feminino, algo como o “corpo engendrado” tratado por Sardenberg (2002), ou seja, o corpo como algo produzido pela história.

Esse corpo engendrado é também definidor da justificativa misógina para as tentativas de manutenção das mulheres em uma posição social secundária, pois busca contê-las

[n]o interior de corpos que são representados, até construídos, como frágeis, imperfeitos, desregrados, não confiáveis, sujeitos a várias intrusos que estão fora do controle consciente. A sexualidade feminina e os poderes de reprodução das mulheres são as características (culturais) definidoras das mulheres e, ao mesmo tempo, essas mesmas funções tornam a mulher vulnerável, necessitando de proteção ou de tratamento especial, conforme foi variadamente prescrito pelo patriarcado. A oposição macho/fêmea tem sido intimamente aliada à oposição mente/corpo. Tipicamente, a feminilidade é representada (explícita ou implicitamente) de uma de duas maneiras nesse cruzamento de pares de oposição: ou a mente é tornada equivalente ao masculino e o corpo equivalente ao feminino (e, assim, de antemão excluindo as mulheres como sujeitos do conhecimento, ou filósofas) ou a cada sexo é atribuída sua própria forma de corporalidade. (GROSZ, 2000, p. 67).

Acreditamos importante relacionar a (re)afirmação das marcas de feminilidade nos corpos femininos a partir da visibilidade proporcionada pela internet. Acreditamos que a circulação destes corpos na mídia – e aqui temos a potencialidade da internet – pode influenciar a construção do discurso de “ser mulher” na contemporaneidade. Nesse sentido, Neely (2012) faz uma interessante reflexão sobre a construção da feminilidade na internet. Segundo a autora, essa construção é marcada pela pornograficação³⁹ do feminismo. Neely acredita que há uma utopia da diminuição das desigualdades de gênero por meio da internet, uma vez que o corpóreo ganha cada vez mais força nos espaços online.

Historically feminists lamented the invisibility of women in relation to new technologies, but a cursory look at contemporary representations reveals a startling shift. Undeniably women are represented and self-represented online, but the differences in relation to the representation of the online identities of men are significant.⁴⁰ (NEELY, 2012, p. 101)

39 Pornographication em inglês. Sem tradução literal; traduzido livremente.

40 Tradução livre: Historicamente, as feministas lamentaram a invisibilidade das mulheres em relação às novas tecnologias, mas um olhar superficial para as representações contemporâneas revela uma mudança surpreendente. Inegavelmente, as mulheres são representadas e auto representadas online, mas as diferenças em relação a representação da identidade online dos homens são significativas.

Tem-se na internet um espaço marcado pela grande possibilidade de visibilidade que, no entanto, é apresentada por uma representação e uma autorrepresentação feminina focada excessivamente no corpo e não no conteúdo em si. Com isso, as mulheres vão enquadrando e prefigurando suas identidades buscando a aquisição de uma significação social por meio de uma “máscara de feminilidade; um feminino apropriado e desejável” (NEELY, 2012). Essa pornograficação defendida por Neely seria um indicativo de falha para o atingimento da igualdade de gênero, uma vez que a referência estética e o conteúdo relacionado à pornografia atinge a gama de meios de comunicação, muitas vezes transformando algo relacionado ao sexo e à pornografia em algo normalizado dentro da cultura popular.

The sexualization of the self in relation to popular culture has been written about by a number of writers on post-feminism as a response to the perceived failures of feminism (Levy 2005; McRobbie 2009; Negra 2009). Where feminism has been interpreted as bodily failure (McRobbie 2009: 61), accompanied by a failure to express sexuality and often a decent sense of humor, post-feminist discourse compensates for these lacks with over-sexualized behaviors framed with an ironic knowingness.

[...] Angela McRobbie terms the “post-feminist masquerade” involves a return to traditional notions of femininity combined with the perception of independence. Citing *Sex and the City* (HBO, 1998–2004) for illustration, McRobbie notes how its representations of female empowerment are often dictated by strict rules of fashion and beauty, modes of regulation that serve to displace traditional forms of patriarchy (McRobbie 2009: 3).⁴¹ (NEELY, 2012, p. 104).

Essa pornograficação da cultura desemboca na criação ou no reforço de uma cultura masculina, patriarcal e heterossexual dominante, que torna normatizadas falas como a do policial que desencadeou a Marcha das Vadias no Canadá: “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem atacadas”.

O empoderamento, mascarado pela erotização, desmistifica o discurso utópico inicial, segundo Neely, de que a internet é um espaço sem limites para questões de gênero e menos vinculado às distinções binárias. Para a autora, a internet poderia (e pode) avançar para além da representação corporal na questão identitária mas, na realidade, a autorrepresentação das mulheres online não apaga o corpo. E, para além disso, há um controle de como o corpo é

⁴¹ Tradução livre: A sexualização do self em relação à cultura popular tem sido escrita por um número de escritores sobre o pós-feminismo como uma resposta às falhas percebidas do feminismo (Levy 2005; McRobbie 2009; Negra 2009). Onde o feminismo tem sido interpretado como falha corporal (McRobbie 2009:61), acompanhado de um fracasso na expressão da sexualidade e, muitas vezes, um senso de humor decente, o discurso pós-feminista compensa essas faltas com comportamentos excessivamente sexualizados, emoldurados com uma sabedoria irônica. Nos termos de Angela McRobbie a farsa “pós-feminista” envolve um retorno às noções tradicionais de feminilidade combinada com a percepção de independência. Citando *Sex and the City* (HBO, 1998 – 2004) como ilustração, McRobbie observa como suas representações de empoderamento feminino são frequentemente ditadas por regras rígidas de moda e beleza, modos de regulação que servem para deslocar as formas tradicionais de patriarcado.

representado, de forma que a feminilidade representada seja aceitável na cultura heterossexual masculina dominante. Neely afirma que as contradições nas representações da sexualidade feminina “fortalecida” em espaços online revelam muito sobre as complexidades do envolvimento de mulheres e a representação na cultura, onde as representações de empoderamento são performances, um disfarce pós-feminista que dá a ilusão de igualdade.

Dessa forma, temos, por um lado, a desqualificação do nu em sua potencialidade política e uma sexualização da nudez. Por outro lado, percebemos a multiplicação de abordagens relacionadas ao corpo feminino, seja por um viés ativista dos movimentos – como ações de mobilização; seja como um reforço da cultura social existente e que, de alguma forma, provocam rupturas. A argumentação de Neely é fundamental mas, da mesma forma, notadamente, algumas ações dos movimentos feministas buscam o empoderamento da mulher por meio da exposição do corpo, da utilização do corpo como um discurso questionador e crítico.

A relação corpo e performance é trabalhada por Rolla (2012), que afirma que a performance quer ser transformadora de espaços, pessoas e mentes e que “[...] o que é mais interessante disto tudo é que este fenômeno acontece principalmente através do poder de transmissão sensível da presença do corpo, imagem e energia” (ROLLA, 2012, p. 125). “E é no corpo do outro que a performance é vista e sentida. Compondo a natureza da performance, todos estão ali presentes, com suas noções de limites sociais distintamente impregnados em cada corpo”, complementa (Idem, p. 126).

4.2 Cultura e sentido; Materialidade e presença

Ao pensar o projeto para o doutorado em comunicação na Unisinos, a idéia inicial, embrionária, era pensar o uso da comunicação pelos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista. Em um segundo momento, passamos a conceber o trabalho como uma forma de pensar a efetivação dessa comunicação dos movimentos e os “efeitos” desse uso, principalmente por uma parte específica das mulheres – as vítimas de violência. Após buscas, pesquisas, leituras e tentativas de definições, surgiu a idéia de trabalhar com os sujeitos – atrizes – desses movimentos, mas ainda sem um recorte muito claro. A partir da construção desse processo, carregado de ressignificações, destacamos a importância de pensar as mulheres não apenas como constituidoras de um movimento social feminista, mas sim como atrizes da transformação do campo cultural. “Não é na ordem das relações sociais que a ação

das mulheres encontra sua significação mais elevada; é na transformação da cultura (TOURAINÉ, 2007, p. 109).

Como é possível perceber, a cultura desempenha um importante papel com relação às mulheres, ao gênero e a construção dos corpos. Dessa forma, entendemos que os Estudos Culturais, os quais situam os debates a respeito dos processos de organização e estrutura da sociedade, do cotidiano a partir da cultura e direcionam seu foco para os processos comunicacionais, é um importante referencial de partida para essa pesquisa.

Entendemos que os estudos culturais possibilitam uma concepção de cultura como um campo de luta e contestação, por meio do qual os sujeitos e grupos sociais, considerando suas especificidades, vão se constituindo e produzindo sentidos. Os estudos culturais movimentam-se em um terreno contraditório, onde a cultura pode reproduzir relações sociais ou promover espaços para a mudança e ainda são associados a uma forma de resistência de culturas periféricas e marginais a discursos hegemônicos. Conforme Johnson, os Estudos Culturais têm como uma de suas principais características, “a abertura e a versatilidade teórica, seu espírito reflexivo e, especialmente, a importância da crítica” (JOHNSON, 2006, p. 10). Segundo o autor

[o]s processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as formações de classe, as divisões sexuais, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões de idade. [...] a cultura envolve poder, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades. [...] a cultura não é um campo autônomo nem externamente determinado, mas um local de diferenças e de lutas sociais. (JOHNSON, 2006, p. 13).

Isso evidencia que os Estudos Culturais devem estar conectados com formas culturais, com a academia e com questões populares, apontando possibilidades sociais e permitindo análises. Johnson buscou sintetizar os Estudos Culturais e afirmou que eles “dizem respeito às formas históricas da consciência ou da subjetividade, ou às formas subjetivas pelas quais nós vivemos ou, ainda, em uma síntese bastante perigosa, talvez uma redução, [...] dizem respeito ao lado subjetivo das relações sociais” (JOHNSON, 2006, p. 25).

Escosteguy destaca que os estudos culturais ampliaram a concepção de cultura, entendida como um campo de produção de significado, deslocado para as práticas cotidianas. A pesquisadora ressalta, ainda, que os Estudos Culturais vão além do estudo da cultura, mas também dizem respeito à relação da análise da cultura com o estudo das “realidades sociais concretas dentro das quais existem e a partir das quais se manifestam” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 158).

Para Hall, o paradigma dominante dos Estudos Culturais é conceituar a cultura como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais;

e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum da atividade humana: como práxis sensual humana, como a atividade através da qual homens e mulheres fazem a história. [...] define a cultura *ao mesmo tempo* como os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e *também* como as tradições e práticas vividas através das quais esses “entendimentos” são expressos e nos quais estão incorporados. (HALL, 2009, p. 133, grifos do autor).

Outrossim, Hall (2009) também sinaliza que o desenvolvimento dos Estudos Culturais sofreu intervenções de movimentos e forças exteriores que foram decisivas para a própria constituição dos Estudos Culturais e refere o feminismo como uma dessas rupturas ou intervenções. Segundo o autor, “a intervenção do feminismo foi específica e decisiva para os estudos culturais (bem como para muitos outros projetos teóricos). Introduziu uma ruptura. Reorganizou o campo de maneiras bastante concretas.” (HALL, 2009, p. 196). Hall cita que o feminismo mudou a concepção de poder, que foi percebida como sexuada nos estudos culturais até o momento em que houve um confronto para uma experiência diferente, para a superação das resistências, ainda que insuspeitas. “Falar de abrir mão do poder é uma experiência diferente de ser silenciado. Eis aqui uma outra forma de pensar, uma outra metáfora para a teoria: o modo como o feminismo rompeu e interrompeu nos estudos culturais.” (HALL, 2009, p. 197).

Percebemos que os estudos feministas encontraram nos estudos culturais um espaço possível de discussão e de colaboração, porém não tão disponível. Relatos dão conta de que as feministas precisaram batalhar pela inserção de discussões como política e poder e denunciavam a existência de preconceito dos Estudos Culturais com o feminismo (MESSA, 2008)⁴².

Apesar dessa dualidade de perspectivas, algumas semelhanças entre o feminismo e os estudos culturais os aproximam. Tanto os Estudos Culturais, quanto a teoria feminista, nasceram fora da Academia – nos contextos sociais, educacionais e políticos -, não sendo institucionalizados e tendo muita dificuldade para serem aceitos no meio acadêmico. (MESSA, 2008, p. 41).

Entendemos os estudos culturais como ponto de partida uma vez que eles operacionalizam um conceito de cultura que contempla a vida cotidiana, as práticas vividas. Ao enfatizar a noção de cultura como prática, se dá relevo ao sentido de ação, de agência na

42 Messa cita, em seu trabalho, autores como Thornam (2000), que afirmam que o feminismo foi marginalizado em Birmingham, dando continuidade, em seus próprios corredores ao caráter discriminatório que os estudos feministas tentavam denunciar. (p.40).

cultura. Partindo do entendimento de que o processo comunicativo é “instituidor de sentidos e de relações; lugar não apenas onde os sujeitos dizem, mas também assumem papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e renovação da cultura” (FRANÇA, 2001, s/p), acreditamos que os processos comunicacionais precisam ser pensados em sua relação com os contextos sociais e culturais. E os movimentos sociais estão aí inseridos.

É importante destacar que “é conhecida a inexorável ambigüidade do conceito de cultura (BAUMAN, 2012, p. 83). Dessa forma, nos ancoramos em De Certeau (1995, p. 193 - 196) para pensar a *cultura* em sua pluralidade, como designadora de:

- a) Traços do homem que introduziu suas normas e instituiu poder (home “culto”);
- b) Patrimônio a ser preservado (obras);
- c) Organização da experiência (imagem, percepção de mundo próprio a um meio ou uma época);
- d) Comportamentos, instituições, ideologias e mitos que compõem quadros de referência;
- e) Cultura em oposição à natureza;
- f) Um sistema de comunicação;

E diferenciá-la de *cultural*, no sentido que aqui nos interessa de:

- a) Ação cultural e política cultural (um conjunto mais ou menos coerente de objetivos, meios e ações, segundo De Certeau, que buscam a modificação de comportamentos, segundo critérios e princípios explícitos);
- b) Discurso cultural, como toda linguagem que trata dos problemas culturais;

Os estudos culturais relacionam-se com estudos realizados por autores latino-americanos, como Jesus Martín-Barbero e Nestor Garcia Canclini, considerados integrantes de uma “corrente” latino-americana dos estudos culturais e que também trouxeram importantes contribuições a partir da aproximação com outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a sociologia, privilegiando o trabalho qualitativo.

Dentro dos estudos de comunicação, a partir da ótica dos estudos culturais, percebemos em Martín-Barbero a proposta que se centra na cultura e na vida social e cultural dos sujeitos. Isso significa pensar a comunicação a partir do rompimento com o determinismo, buscando entender as complexas relações com as outras áreas e percebendo “nas bordas” a possibilidade da ampliação da visão de mundo, o que entendemos que está relacionado com o que propomos nesse estudo. Para Martín-Barbero (2009), o que necessitamos pensar, com relação à comunicação, é um processo no qual o que “está em jogo [...] é a fragmentação que desloca e descentra, o fluxo que globaliza e comprime, a conexão

que desmaterializa e hibridiza – agenciam as mudanças do mercado da sociedade” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 13). Por outro lado, também é necessário pensar o lugar da cultura nesse processo. Martín-Barbero afirma que a idéia de cultura está associada historicamente a duas vertentes opostas: para os antropólogos, que tinham a seu encargo as culturas primitivas, cultura é tudo; para os sociólogos, que se responsabilizavam pelas culturas modernas, é apenas um tipo de atividade, de práticas ou de objetos consagrados (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 13). Para o autor, a superação dessa dicotomia vem a partir da experiência da tardomodernidade que, de um lado, passa a ter o cultural produzido como bem simbólico e, por outro, torna cultura toda a vida social.

Para propor uma leitura crítica e um deslocamento metodológico, Martín-Barbero denomina de mediação o espaço onde há a possibilidade de compreender, negociar, ressignificar e circular os conteúdos apropriados. Nesse lugar estão os costumes, as crenças, os desejos, as aspirações, as vivências, tudo o que configura a cultura da vida cotidiana e onde inclui-se questões relacionadas à mulheres, feminismo e gênero. A circulação dessa cultura entre receptores e outros atores sociais criará um novo espaço, ou cenário, onde as apropriações adquirem sentido. Por isso, entende-se que os estudos de Martín-Barbero, ao centralizar o sujeito inserido em seu lugar social e cercado por suas vivências e mediações, são essenciais para pensar a comunicação.

Entendemos que as mudanças tecnológicas também constituem um campo para as mediações, pois além de trazer mudanças instrumentais na comunicação, carregam transformações substanciais nas práticas sociais que geram. Para Orozco Gomes (2006) as mediações incidem nos processos de comunicação e formam interações comunicativas a partir de diversas fontes. Aliado a isso, as transformações ocorridas a partir das tecnologias digitais e de comunicação têm direcionado os estudos sociais contemporâneos para os debates a respeito do reposicionamento da cultura na constituição da sociedade, e entendemos que a presente proposta relaciona-se com esse entendimento. A cultura assume uma centralidade nos processos de organização e na estrutura da sociedade moderna. O que apontamos aqui é o entendimento de que a cultura é um sistema de códigos ou significados que dão sentido às nossas ações. Ela permeia o todo social, é da ordem da cotidianidade (HALL).

Martín-Barbero afirma que quando a mediação tecnológica da comunicação passa da dimensão instrumental para a estrutural, a cultura muda de posicionamento na sociedade. Atualmente a tecnologia não se restringe à criação de dispositivos, mas representa modos diferenciados de percepção, novas linguagens, novas sensibilidades e escritas e corresponde, também, à mutação cultural que implica em um novo modo de comunicar e que converte o

conhecimento em uma força produtiva direta. É esse pensamento que permeia a ideia de que os movimentos sociais encontram na internet um terreno fértil e o movimento feminista tem, então, uma força produtiva capaz de converter performances em dinâmicas sociais menos excludentes e mais cidadãs.

No entanto, é preciso reconhecer que não encontramos nos estudos culturais a totalidade dos aportes necessários para abarcar a complexidade das temáticas envolvidas nesse trabalho. Percebemos a necessidade de avançar para além dos Estudos Culturais, buscando outras reflexões teóricas para ampliar os questionamentos e tensionar o objeto/processo, incluindo a questão da mídia e da cultura, sua relação com movimentos sociais (como o movimento feminista) e com as questões de gênero, especialmente relacionadas ao corpo. Não pretendemos estudar essas questões de forma excludente, mas percebendo a complementaridade possível para as análises que serão realizadas no decorrer do trabalho.

Ao pensar sobre a construção de sentidos a partir do uso do corpo, podemos avançar para além do que a representação e a cultura podem nos mostrar, apesar de a cultura ter um papel fundamental nessa construção. Dessa forma, citamos, por exemplo, a Teoria Corpomídia, desenvolvida por Helena Katz e Christine Greiner, que faz referência ao corpo como um elemento central da comunicação. Pensar no corpo como um elemento de confronto ou de mobilização social por movimentos feministas, aproxima o estudo proposto dessas reflexões. Baseada nos estudos de Foucault, Katz e Greiner pensam o corpo como um local de inscrição dos discursos. Para Katz,

[a] proposta de que todo corpo é corpomídia de si mesmo, isto é, um corpomídia do estado momentâneo da coleção de informações que o constitui, mexe também com o entendimento habitual de mídia. Aqui, mídia não é tratada como sendo um meio de transmissão. Na mídia que o corpomídia emprega, a informação fica no corpo, se torna corpo. (KATZ, 2006, *online*)

O estudo das autoras parte do entendimento de que o corpo é um local de inscrição de discursos (uma inspiração foucaultiana), agregando a ideia de Heidegger de que não temos um corpo, mas somos incorporados e a relação com a semiótica da cultura, no entendimento da cultura como um processo por meio do qual as práticas do cotidiano cultural emergem. As pesquisadoras ressaltam que os seres humanos são produtos complexos determinados pela genética e pelo ambiente, em uma interação contínua, sem oposição, em um fluxo de transformações e mudanças. Para elas, o corpo não é apenas um meio, mas um local mediador de informações. O corpo seria um espaço de negociações e cruzamentos, não apenas receptáculo. “É com esta noção de mídia de si mesmo que o corpomídia lida, e não com a

idéia de mídia pensada como veículo de transmissão. A mídia à qual o corpomídia se refere diz respeito ao processo evolutivo de selecionar informações que vão constituindo o corpo” (s/d, *online*, p. 7).

Embora a teoria se mostre interessante ao pensar a processualidade do corpo e sua interação com o ambiente, parece-nos claro, no caso do estudo que propomos aqui, o entendimento de que “o corpo fala” por meio de sua nudez, constituindo-se em uma “mídia”. A contribuição que a teoria Corpomídia invoca é o deslocamento da análise do corpo: não mais como algo *representado* na mídia, mas a compreensão de que ele é mídia de si mesmo. Nesse sentido, podemos pensar que o feminino sempre foi uma proposta de representação discursiva que reafirma constantemente a posição do corpo feminino adestrado pelos discursos da boa educação ou objeto para ser contemplado. E pensar o uso do corpo como instrumento de manifestação política e de mobilização nos direciona a pensar o próprio corpo como um meio de comunicação – uma mídia.

Isso nos remete, também, a uma relação com as materialidades da comunicação. A teoria das materialidades busca mostrar que os meios (ou suportes) afetam os sentidos por eles transmitidos, ou seja, confere importância à presença material dos meios. Gumbrecht (2010) propõe uma reflexão sobre como os “diferentes meios – as diferentes ‘materialidades’ – de comunicação afetariam o sentido que transportavam” (p. 32). Entendemos que um dos princípios fundantes das materialidades da comunicação é a “ideia de que toda expressão de sentido [...] está profundamente determinada pelas circunstâncias materiais e históricas de sua realidade *cotidiana*, pelas materialidades que constituem o seu mundo cultural (FELINTO e ANDRADE, 2005, p. 79)

O passo em direção às “materialidades da comunicação” abriu nossos olhos para uma multiplicidade de temas fascinantes, que poderiam ser resumidos (pelo menos aproximadamente) nos conceitos de “história dos *media*” e “cultura do corpo”. [...] Já não acreditávamos que um complexo de sentido pudesse estar separado da sua medialidade, isto é, da diferença de aspecto entre uma página impressa, a tela de um computador ou uma mensagem eletrônica. (GUMBRECHT, 2010, p. 32).

O autor chama a atenção, também, para o fato de que a materialidade da comunicação crê em uma teorização dos fenômenos sociais e culturais de forma rigorosa e, dessa forma, não se caracteriza como pós-moderna. Por outro lado, tenta solucionar questões em resposta à crise histórica da modernidade, constituindo-se, assim, como uma teoria pós-moderna (FELINTO, 2006, p. 42). Gumbrecht busca, nas materialidades da comunicação, demonstrar que a mídia e as materialidades da comunicação – no caso dessa pesquisa o corpo nu da mulher – podem ter algum impacto sobre o sentido que transportam, sem que haja uma

separação linear ou específica entre a materialidade e o sentido. (GUMBRECHT, 2010, p. 37).

Em outras palavras, preocupa-se com as acoplagens entre *sujeitos, corpos e tecnologias comunicacionais* no sentido de buscar de que modo determinadas formas de acoplagem são capazes de engendrar sentido a partir do não-sentido. As materialidades da comunicação podem ser entendidas como uma tentativa de inserção decidida e metódica do corpo e da matéria no âmbito dos estudos culturais. Seu método de trabalho é eminentemente descritivo e não interpretativo; seu foco são os *meios* e as instituições que dele fazem uso; seu campo é a materialidade histórica da época em pauta (sempre percebida a partir do prisma de seus discursos e tecnologias dominantes). (FELINTO, 2003, p. 57 e 58).

A teoria das materialidades sugere pensar a comunicação a partir de um campo não interpretativo ou não hermenêutico, o que entendemos que não significa, sobremaneira, a substituição ou o fim da interpretação, mas uma outra perspectiva possível. Gumbrecht (2010) enfatizou que as materialidades da comunicação, o “não-hermenêutico” e a “produção de presença” não eliminam, de forma alguma, a dimensão da interpretação e da produção de sentido. Segundo ele, o contato com as coisas do mundo tem dois componentes: um de presença e um de sentido. A experiência estética, que aqui podemos relacionar com aquilo que a performance proporciona, nos permite experimentar esses dois componentes, talvez não como campos de disputa, mas em tensão.

O autor destaca que a produção de presença está implicada em qualquer forma de comunicação. “[...] falar de produção de presença implica que o efeito de tangibilidade (espacial) surgido com os meios de comunicação está sujeito, no espaço, a movimentos de maior ou menor proximidade e de maior ou menor intensidade.” (GUMBRECHT, 2010, P. 39). O autor, originalmente pensando a partir dos estudos literários, afirma que a dimensão de sentido será sempre predominante quando lermos um texto e a produção de presença terá predominância ao escutarmos música, por exemplo. E dessa variação entre um e outro, resulta a experiência estética.

Percebemos, aqui, o corpo como um elemento material da comunicação e que provocará (ou tocará) outros corpos de formas variadas e específicas, em uma produção de presença. É interessante observar que o corpo é a nossa instância primeira de contato com o mundo e, como bem observa Gumbrecht, o *ser no mundo* de Heidegger é um conceito que recupera a presença em nossa relação com as coisas do mundo.

É importante salientar que, conforme Gumbrecht,

“[a] palavra “presença” não se refere (pelo menos, não principalmente) a uma relação temporal. Antes, refere-se a uma relação espacial com o mundo e seus objetos. Uma coisa “presente” deve ser tangível por mãos humanas – o que implica, inversamente, que pode ter impacto imediato em corpos humanos”. (GUMBRECHT, 2010, p. 13).

O entendimento de presença é aquilo que é palpável, concreto, evidente e tem um impacto corporal. Compreendemos que o contato do sujeito com a imagem ou o próprio corpo nu apresenta tanto um componente de sentido, por meio do qual é possível apreender o significado, quanto um componente de presença, no qual é recuperada a dimensão corpórea e espacial de nossa existência. Presença, dessa forma, é entendida como um conceito fundamental que articula uma forma de ver e fazer a cultura para além do sentido, podendo ser anterior a ele; um local onde as relações de proximidade corporal e sensória encontram um lugar fundamental.

Dessa forma, podemos considerar o impacto material do uso do corpo nu da mulher como forma de ativismo e mobilização social, percebendo o corpo como o meio, o que remete à teoria das materialidades da comunicação, da qual Gumbrecht é considerado o principal articulador. Cabe salientar que Felinto e Andrade (2005) destacam que Simmel, Kracauer e Benjamin se inscrevem como precursores do pensamento da materialidade por partilharem a visão de que ao choque, à afetação corpórea, às sensações, confere-se o mesmo grau de importância que aos sentidos e significados sugeridos por uma cultura. Também Felinto (2006), ao abordar a história da teoria das materialidades da comunicação refere Gumbrecht como a figura expoente, mas afirma que os pressupostos e ideias compartilhados pela materialidade também são percebidos nos estudos de Derrida, McLuhan e Benjamin.

Para demonstrar a relevância de um campo não hermenêutico ou da materialidade da comunicação, Gumbrecht descreve três conceitos característicos da situação pós-moderna. Segundo ele, o paradigma hermenêutico impõe a necessidade da interpretação. Ocorre que, a partir do surgimento da situação pós-moderna, é possível questionar a centralidade da interpretação, que está fundada nas premissas de temporalidade, totalidade e referencialidade, conceitos em crise que, conseqüentemente, atingem de fato a centralidade da comunicação. Dessa forma, Gumbrecht não pretende substituir a hermenêutica, mas possibilitar, por meio do campo não-hermenêutico, uma convergência possível de pontos de vista, sem a necessidade ou busca de uma teoria hegemônica.

Os três conceitos descritos por Gumbrecht (1988) são: *destemporalização*, *destotalização* e *desreferencialização*. Segundo ele, o primeiro conceito insinua não um tempo que progride (passado → presente → futuro), mas um presente dominante, um futuro

bloqueado e a reprodução de ambientes e condições do passado com certo grau de perfeição que fazem com que o passado, considerado artificial e reconstruído, invada o presente. Já o segundo conceito explicita a impossibilidade de conceitos e afirmações de caráter universal. Por último, o conceito de desreferencialização ou desnaturalização que nos dá a impressão de nos movermos em um espaço de representações, sem referências seguras. “Portanto, estes três conceitos sugerem o sentimento de um mundo sempre menos estruturado e sempre mais viscoso e flutuante. Dizendo de outro modo: o sentimento do mundo não mais fundado na figura central do sujeito” (GUMBRECHT, 1998, p. 138).

Sendo assim, a teoria das materialidades parece compor o espectro de aportes teóricos nesse estudo de forma relevante, apesar de desafiadora. Temos consciência que a abordagem das teorias das materialidades compreende que as mensagens sofrem influência ou interferência dos meios sociotécnicos, e o que propomos aqui é pensar no corpo nu da mulher, em uma performance ativista, como esse meio sociotécnico que reforça a não neutralidade das mensagens.

Vale lembrar que, pensar a construção de sentidos não exclui o fato de haver, por meio da materialidade, uma produção de presença. Ao pensar o corpo nu feminino como uma materialidade não fixada por determinismos biológicos, mas também por contribuições culturais, sociais e históricas é possível buscar entender essa materialidade constituída como “um conjunto somático com aspectos funcionais específicos, ela irá atuar como agente co-determinante das práticas culturais em uma sociedade” (PEREIRA, 2006, p. 95).

Dentro de uma perspectiva de estudo dos meios que se interessa pelas questões ligadas às materialidades da comunicação, isto é, que se dedica a apreender de que forma aspectos materiais dos meios afetam a produção de sentidos a partir de uma dada mensagem, a adoção do corpo como objeto central no conjunto das investigações pretendidas se faz urgentíssima. (PEREIRA, 2006, p. 95)

O corpo, dessa forma, constitui-se em um elemento importante de materialidade. Gumbrecht cita em seu livro a obra de Judith Butler, *Bodies That Matter*, de 1993, que trouxe para a discussão a materialidade do corpo e a inércia que essa materialidade opõe a qualquer tipo de transformação.

Butler quer dizer que não basta uma simples decisão para alterar o gênero de uma pessoa, como o construtivismo parece sugerir; são necessárias formas de comportamento e de ação, mantidas ao longo do tempo (nesse contexto, Butler recorre ao conceito de ‘performance’), capazes de moldar e de produzir diferentes formas e identidades culturais. [...] Ao concentrar-se na questão de saber como a substância corporal pode se transformar [...] Butler pretende provar que é possível abandonar a *doxa* construtivista sem abdicar do valor político do direito e da capacidade de mudança do sujeito. (GUMBRECHT, 2010, p. 86).

Gumbrecht vai além, ao trazer as ideias do filósofo alemão Martin Seel e as reflexões deste autor sobre a estética no conceito de aparência (ou percepção, também usada por Seel). Para Steel, o que quer que apareça, está presente e, sendo aparente, nos mostra as limitações do controle humano sobre as coisas. “A aparência também está em tensão inevitável com a abordagem interpretativa predominante que inunda a relação cotidiana com o mundo, a ponto de nos fazer esquecer que implica necessariamente uma camada diferente do sentido.” (GUMBRECHT, 2010, p. 88).

A proposta de Gumbrecht é ultrapassar o estatuto exclusivo da interpretação nas ciências humanas. Ao estabelecer a existência de uma cultura de sentido e de uma cultura de presença, uma predominantemente referida pelo pensamento e outra pelo corpo, podemos pensar na construção de sentidos do uso do corpo não apenas pelo pensamento ou pela interpretação hermenêutica, mas também a partir do sentido inerente – material – do próprio corpo, que não somente aquele conferido pela interpretação. Entendemos que é fundamental considerar a proposta de Gumbrecht na construção desse trabalho, uma vez que “[s]e o corpo é a autorreferência predominante numa cultura de presença, então, [...] o espaço – ou seja, a dimensão que se constitui ao redor dos corpos – deve ser a dimensão primordial em que se negociem a relação entre os diferentes seres humanos e a relação entre os seres humanos e as coisas do mundo. (GUMBRECHT, 2010, p. 110). Importante ressaltar, mais uma vez, que não percebemos a construção de sentido e a produção de presença como coisas excludentes. Gumbrecht afirma que a presença e o sentido sempre aparecem juntos e estão em tensão. Para ele,

[é] impossível reuni-los em uma estrutura fenomênica ‘bem equilibrada’. ...] compreendo que aquilo que faz o sentido, isto é, a consciência de uma escolha que ocorreu (ou o conhecimento das alternativas àquilo que se escolheu), é a própria dimensão da consciência que é negada pelo tipo de presença física que desejamos ou que simplesmente não entra em jogo (GUMBRECHT, 2010, p. 135, grifo do autor).

Dessa forma, podemos pensar o corpo como um agente de comunicação – como a materialidade da comunicação – inserido no texto da cultura, que opera com as regras, discursos e inscrições nele contidos e por ele refletidos e, no estudo proposto, configurando-o por meio da comunicação. E buscar, por meio da cartografia, uma forma de discutir o uso do corpo na mulher como mobilizador social, considerando as questões teóricas até aqui apresentadas.

5. SEGUINDO O CAMINHO: MAPAS DAS PERFORMANCES

Como referido no início do trabalho, a cartografia foi o método escolhido para estudar o objeto/processo dessa pesquisa: o uso do corpo nu da mulher como forma de mobilização social e ativismo. A multiplicidade desse processo e as escolhas das rotas seguidas são justificadas pelas percepções pessoais anteriores à pesquisa e durante todo o processo. Abaixo, destacamos os critérios, princípios, regras e o roteiro que nortearam o estudo, conforme aponta Rolnik:

Critérios: Utilizando a cartografia, o principal critério foi mapear as iniciativas de mobilização e ativismo com o uso do corpo nu da mulher que tenham encontrado, no ambiente *online*, um terreno fértil para o desenvolvimento e efetividade da ação. Estabelecemos como critério a necessidade de discussão das questões feministas e de gênero, especialmente relacionadas com a violência contra a mulher, em sua relação com a comunicação e o uso da internet.

Princípios: Adotamos como princípio não estabelecer, a priori, um corpus específico para a análise, considerando os movimentos e as possibilidades que o tipo de ação proposta para o estudo proporciona. Dessa forma, os princípios consideram a elasticidade e a amplitude de pensar feminismo, gênero, comunicação e mobilização social. Porém, como parâmetro básico, estipulamos que os movimentos precisavam contar com o uso do corpo nu da mulher e deveriam ter grande repercussão e gerar multiplicidade/compartilhamento dentro do ambiente *online*. Da mesma forma, entendendo o princípio como parâmetro excludente, somente ações relacionadas à temática da violência contra a mulher seriam consideradas e, por questões práticas, consideramos ações ocorridas entre o segundo semestre de 2013 e o final de 2015. Ainda como princípio, a repercussão e um grande número de vinculações (entendidas aqui como comentários, geração de notícias, compartilhamentos etc) foram considerados na escolha das ações. Esses princípios possibilitaram delimitar as performances que estão na pesquisa. Dessa forma, pretendemos verificar quais os sentidos construídos pelo uso do corpo nu feminino em estratégias de mobilização social e/ou ativismo que busquem combater a violência contra a mulher. Esses princípios também foram orientadores da abordagem teórica.

Regras: A avaliação do caminho foi constante. Desde o início da pesquisa, muitos foram os novos traçados e as regras auxiliaram na tomada de decisões. O estudo do movimento feminista em si perdeu força e a questão do corpo ganhou forma. A cartografia se apresentou como um desafio, pensar de forma não cartesiana e buscando uma

complementaridade “não hermenêutica” nas materialidades da comunicação foi ainda mais instigante. As regras iniciais foram: o foco da ação (mobilização social), o instrumento ou forma (uso do corpo nu feminino) e a geração de um bom fluxo de comunicação, possibilidade de analisar a produção de sentido e de presença.

Roteiro: o roteiro da pesquisa considerou a coleta de informações e o acompanhamento de iniciativas feministas com o uso do corpo nu da mulher em ações que versassem sobre a violência contra a mulher. O roteiro compreendeu, ainda as apropriações teóricas e metodológicas necessárias e também o olhar atento e sistemático aos acontecimentos na internet relacionados a mulheres e feminismo. As questões centrais do roteiro, que nortearam o caminho, buscavam encontrar os sentidos construídos ou emergentes das ações pesquisadas.

5.1 Percorrendo rotas, sobrevoando, rastreando

Desde 2014 foram feitos alguns mapeamentos de acontecimentos onde o corpo da mulher foi utilizado sob a ótica do ativismo, entre eles: Festa Xereca Satanik; Marcha das Vadias (que acontece anualmente em diversas regiões do país e tem boa repercussão na internet); a campanha #EuNaoMereçoSerEstuprada. Além disso, discussões sobre *slut shaming*⁴³ também se mostraram presentes, mobilizando a criação de um aplicativo por um grupo de adolescentes para combater a prática⁴⁴.

Em Porto Alegre (RS), no final de 2014, aconteceram vários casos de mulheres – e homens – nuas e nus em espaços públicos. No dia 30 de outubro, uma mulher correu nua e descalça no Parque Moinhos de Vento, conhecido espaço público da cidade. Segundo noticiado nos jornais locais, a família da mulher afirmou que ela tem problemas psiquiátricos e recebe acompanhamento médico. No dia 6 de novembro, um dia chuvoso, uma mulher tirou a roupa e caminhou pela Avenida Perimetral, afirmando estar fazendo um protesto e um desabafo contra o governo. No dia 15 de novembro, outra mulher ficou nua como forma de protesto, em função das dificuldades financeiras pelas quais estaria passando. Um evento foi criado nas redes sociais digitais chamado “A Corrida dos Pelados”, que teve mais de 19 mil

⁴³ O *slut-shaming* atua de forma a policiar e restringir a sexualidade feminina e sua expressão, definindo os limites do comportamento sexual aceitável. Ele também é utilizado como forma de culpar a vítima por ter sido estuprada, alegando que o abuso foi causado (em parte ou no todo), devido a mulher vestir roupas curtas ou agir de forma atrevida e imoral, incitando o estuprador ao ato.

⁴⁴ http://www.brasilpost.com.br/2014/05/16/for-you-app_n_5339900.html

peçoas confirmadas, mas apenas dois homens compareceram e ficaram nus no Parque Farroupilha, em Porto Alegre.

É possível perceber que o ato de ficar nu em público tem sido encarado como um recurso de mobilização social, ativismo ou apenas para chamar a atenção para reivindicações. Percebemos que a exposição do corpo como forma de protesto é utilizada em função da atenção que o corpo, como “veículo” ou “mídia” atrai. Quando realizados por grupos, ou por real engajamento social ou político, essas ações demonstram alcançar um público interessante, além de render compartilhamentos em sites, redes sociais etc. A prática não é novidade, como podemos perceber na notícia veiculada a seguir.

O primeiro caso de peladões que ganhou o mundo ocorreu em 2003, quando ativistas realizaram um protesto que marcou o Acampamento da Juventude na edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, evento que reuniu lideranças de globais de esquerda. Na ocasião, os manifestantes explicaram que o motivo da manifestação foi um ato policial que proibiu uma garota de tomar banho nua. Tomados pelo espírito libertário característico do evento, jovens passaram a se banhar pelados em chuveiros públicos instalados ao ar livre no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Além disso, um grupo de ativistas nus chegou a correr em direção ao Anfiteatro do Pôr-do-Sol. O ato acabou sendo liberado por policiais. (<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/11/com-febre-de-pelados-porto-alegre-ja-teve-outras-manifestacoes-de-nudez.html>. Acesso em: 3 mai. 2015).

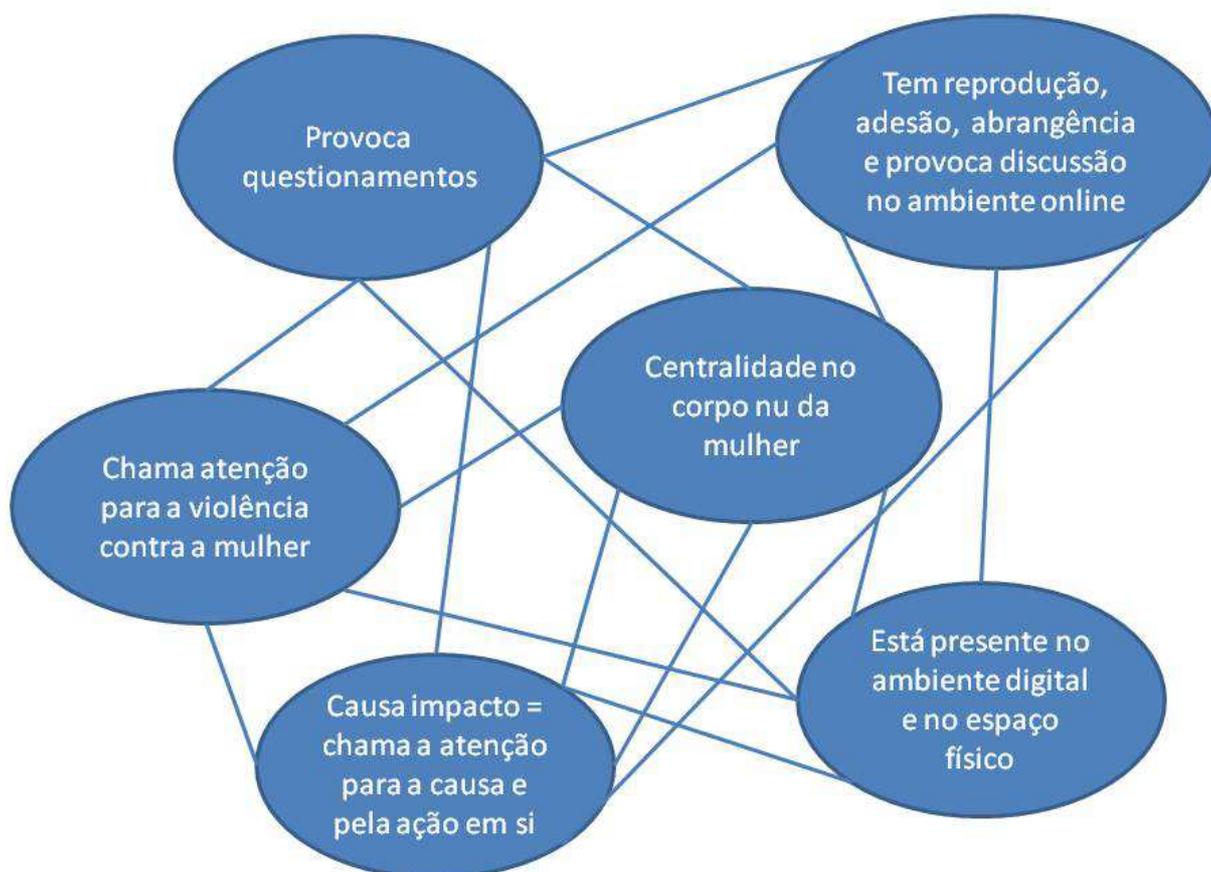
Dez anos depois, em julho de 2013, na esteira das manifestações de junho no Brasil, a Câmara de Porto Alegre foi ocupada por ativistas por oito dias. Durante o período, a nudez voltou a aparecer: um grupo posou para fotografias sem roupa e com os rostos cobertos por camisas, em frente a um mural com imagens de presidentes da Casa. Também em 2013, em dezembro, aconteceu a *Pedalada pelada* em Porto Alegre, que buscava promover a naturalização do corpo e protestar por um trânsito mais seguro.

Ainda durante o “sobrevôo”, ou o rastreio da perspectiva cartográfica, vários acontecimentos relacionados à proposta dessa pesquisa ocorreram, conforme abordado anteriormente. Durante o percurso, houve o acionamento de atenção, traduzido no toque, em algumas situações específicas, especialmente em duas ações com a utilização do corpo nu da mulher como forma de ativismo: a Festa Xereca Satanik e o movimento #EuNaoMereçoSerEstuprada. Esse zoom permitiu a focalização do olhar, determinando o campo de atenção dentro do objeto/processo, permitindo que o território tomasse forma e transformasse essa atenção em reconhecimento atento. Dessa forma, foi possível contornar esse objeto/processo nessa pesquisa e partir para uma delimitação mais precisa das ações que comporiam a pesquisa.

Como mencionado anteriormente no presente trabalho, encontramos uma multiplicidade de ações com o uso do corpo nu da mulher. Para além do acionamento da

atenção nas ações escolhidas, buscamos elementos para fazer essa escolha. Foram consideradas: 1) a finalidade da ação, que deveria necessariamente estar relacionada à violência contra a mulher; 2) a abrangência ou sensibilização alcançada pela ação (protesto, evento, mobilização social etc), que pode ser medida pelas referências, compartilhamentos, comentários, notícias em outras mídias ou espaços, entre outros fatores; 3) o impacto ou a relevância dada ao uso do corpo nu da mulher na ação; 4) as possibilidades de exploração, inferência e desenvolvimento da temática da pesquisa a partir dessa performance e; 5) a diversidade do espaço onde a ação foi iniciada (internet ou espaço público), de forma a contemplar diferentes origens e possibilitar uma amplitude de entendimento do imbricamento *online* e *offline*.

Figura 5 – Características das performances de ativismo



Fonte: Elaborado pela autora.

Sendo assim, encontramos nas performances do evento #EuNaoMereçoSerEstuprada e Festa Xereca Satanik, os elementos necessários para contemplar a pesquisa, concordando com Rolnik (1987) que todas as entradas em um movimento cartográfico são boas, desde que as saídas sejam múltiplas. As duas ações serão destacadas a seguir.

5.2 A nudez como protesto e o choque da performance

Partindo da utilização do corpo como um discurso questionador e crítico, abordaremos uma atividade planejada dentro da programação de uma disciplina chamada “Corpo e Resistência”, na Universidade Federal Fluminense, no campus Rio das Ostras, que causou controvérsia, chocou e virou caso de polícia ao propor uma performance onde a vagina de uma mulher foi costurada (entre outras ações), como forma de protesto aos abusos e violência sexual contra mulheres, especialmente no campus da universidade em Rio das Ostras, no Rio de Janeiro. A “Festa Xereca Satanik”, ocorrida no dia 28 de maio de 2014, pode ser avaliada como uma “estratégia de choque” ou uma forma de exercício do poder, a partir do discurso desses(as) atores (atrizes) sociais (como sugere Castells).

Figura 6: Festa Xereca Satanik



Fonte: <http://primeirahorams.com/2014/06/06/xereca-satanik-participante-de-performance-polemica-na-uff-recebe-ameacas-afirmam-amigos/>

Figura 7: Festa Xereca Satanik



<http://toma-mais-uma.blogspot.com.br/2014/05/xereca-satanik-fotos-fortissimas-e-serio.html>

A atividade, ocorrida no campus e noticiada em alguns veículos locais e do Estado do Rio de Janeiro, foi popularizada na internet, onde foi relatada por óticas diferenciadas, em um processo onde o acontecimento é narrado também por sujeitos “comuns” que não necessariamente utilizam um formato jornalístico estabelecido, em blogs, portais de notícias ou por meio de comentários. É uma nova forma de produção e de entendimento de ações ou acontecimentos, constituído fora da rede (no caso da festa Xereca Satanik), mas que se redimensiona tanto em velocidade quanto em disseminação por meio da internet.

Buscando acompanhar as múltiplas interpretações da Xereca Satanik, destacamos algumas publicações e interações mapeadas. A Revista Fórum⁴⁵, em dois de junho, publicou uma matéria sobre o evento com a seguinte chamada: Performance feminista é interpretada como “ritual satânico”. Conforme o site

45 <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/06/performance-feminista-e-interpretada-como-ritual-satanico/>. Acesso em: 18 jul. 2014

Para questionar a liberdade ao próprio corpo e denunciar o alto índice de estupro, uma mulher teve sua vagina costurada no meio de uma festa na quarta-feira (29). A confraternização integrava a programação do evento “Xereca Satânica”, realizado no *campus* de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense. A performance, no entanto, ultrapassou as paredes do prédio onde foi realizada. Após uma “denúncia” feita à grande mídia, o evento promovido por alunos do curso de Produção Cultural como parte da disciplina “Corpo e resistência” tornou-se polêmico. Até a Polícia Federal anunciou que abriu inquérito para investigar a festa, devido ao suposto consumo de drogas, álcool, orgias e rituais satânicos.

Por um viés completamente diferente, o Libertar.in⁴⁶, comenta sobre o evento: “Imagens fortes: festa em campus universitário mistura SATANISMO, feminismo, drogas e orgia” (destaque do próprio site), referindo o evento como um “encontro diabólico”, com “cenas extraídas de filmes de terror [...] com mulheres nuas”. Há uma evidente contrariedade ao constatar que professores(as) da universidade estavam ressaltando “o discurso feminino que versa sobre a mulher como dona do próprio corpo”. Já o jornal O Globo, em sua página na internet⁴⁷ no dia 2 de junho, destaca: “Festa 'satânica' da UFF terá ato de apoio. No evento da semana passada, no campus Rio das Ostras, estudantes ficaram nus e uma mulher teve a vagina costurada” (grifo do veículo). A matéria afirma que o polêmico evento suscitou um debate e que os(as) estudantes estavam dispostos a realizar um ato em defesa da performance.

Pedro Estevam Serrano escreveu em Carta Capital⁴⁸: “Xereca Satanik, liberdade e dignidade. Evento em que mulher teve a vagina costurada causa polêmica, mas o direito de liberdade é garantido também para proteger decisões estúpidas”. Segundo ele, não houve nada no evento (do qual afirma não ter participado),

“além de intensidades imaturas que nada têm de real capacidade de instigar o necessário debate e reflexão do corpo como espaço da política na contemporaneidade.[...] E o que temos visto na mídia e em opiniões diversas é um verdadeiro carnaval de moralismo autoritário fantasiado de indignação. Costurar a própria xereca não é crime. Cada ser adulto pode fazer de seu corpo o que bem lhe aprouver. [...] Quem discorda dessas atividades por questões morais que delas não participe, mas não pode querer impor seus valores morais no campo dos costumes como universais no horizonte de uma sociedade livre e democrática”.

O corpo docente do Departamento de Artes e Estudos Culturais (ERA), do Instituto de Humanidades e Saúde (IHS), da Universidade Federal Fluminense (UFF) emitiu uma carta de esclarecimento:

46 <http://www.libertar.in/2014/05/imagens-fortes-festa-em-campus.html>. Acesso em: 18 jul. 2014

47 <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/festa-satanica-da-uff-tera-ato-de-apoio-12687369>. Acesso em: 15 jul. 2014

48 <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/xereca-satanik-liberdade-e-dignidade-2216.html>. Acesso em: 16 jul. 2014.

Nós, professores do Curso de Produção Cultural da UFF, sediado em Rio das Ostras, vimos esclarecer os eventos realizados no dia 28 de Maio no nosso Campus. Nesse dia, foi realizado o "II Seminário de Investigação e Criação do Grupo de Pesquisas UFF/CNPq: Cultura e Cidade Contemporânea: arte, política cultural e resistências", sob o título CORPO E RESISTÊNCIAS. As atividades contemplavam comunicações orais dos estudantes bolsistas (CNPq e FAPERJ) sobre suas pesquisas de iniciação científica e a apresentação de uma performance de um Coletivo de Arte Autonomista, intitulado COYOTE. O Coletivo ofereceu gratuitamente o seu trabalho como forma de apresentar uma prática do uso do corpo em performances artísticas e políticas. Para a performance, assumiu-se como tema a onda de estupros que vem ocorrendo em Rio das Ostras. Os eventos integram, portanto, um conjunto de atividades acadêmicas que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos dois últimos anos.

Nosso curso estuda as diversas manifestações de Cultura e Arte. Por isso, necessita ter plena liberdade para tratar de assuntos e performances relacionados aos temas pesquisados, sem constrangimentos. Portanto, o que está em jogo, de fato, é a autonomia docente e a garantia de plena liberdade de estudos e pensamento crítico na Universidade Pública. Por esta razão, trazemos este esclarecimento a público e nos dispomos a dirimir quaisquer dúvidas sobre os eventos acadêmicos ocorridos no nosso Campus.

O Blogueiras Feministas⁴⁹ informou que, apesar de, em nenhum momento os(as) autores(as) do evento colocarem-se como feministas ou classificarem o evento como tal:

Está muito claro para nós que esse tipo de ação é uma performance. A mulher que teve o órgão genital costurado fez, junto com outras pessoas, uma performance extrema que visa provocar reações e questionamentos nas pessoas. Gostar ou não desse tipo de ação é indiferente. Não vemos nenhum crime nisso. Infelizmente, as mulheres envolvidas já estão sendo perseguidas com a divulgação das imagens. O corpo humano é espaço de disputa social, especialmente o corpo da mulher. Portanto, devemos lutar para que todas as formas de expressão sejam livres.

O Chefe do Departamento do Pólo Universitário da UFF em Rio das Ostras, Daniel Caetano afirmou (segundo o site Jovem Político⁵⁰):

Após um dia de apresentação de seminários e muitas discussões (testemunhei isso, vi a sala lotada), os alunos promoveram uma performance, realizada por um coletivo que se dispôs a vir de MG apenas para isso. É um coletivo que está habituado a fazer performances como a que aconteceu, feitas para chocar a sensibilidade das pessoas e fazê-las pensar sobre seus próprios limites. A performance foi realizada num espaço anexo ao do Campus, na área arborizada do prédio Multiuso. Esse prédio ainda nem sequer foi inaugurado oficialmente, ninguém passa por lá, ali só foram os que quiseram saber do que se tratava a tal "Xereca Satânica".

⁴⁹ <http://blogueirasfeministas.com/2014/06/solidariedade-as-xerecas-satanicas>. Acesso em: 14 jul. 2014

⁵⁰ <http://jovempolitico.com/xereca-satanik-em-tempos-machistas>. Acesso em: 20 jul. 2014.

Infelizmente, há pessoas que acreditam que o mundo deve ser moldado à sua imagem e semelhança, sem permitir qualquer espécie de desvio do padrão ou mesmo qualquer espécie de afronta à sua sensibilidade confortável, conformista e preguiçosa. A costura de partes do corpo, inclusive da região genital, não é novidade para qualquer pessoa que tenha lido mais de um parágrafo sobre arte contemporânea posterior aos anos 1970. Sugiro a quem quiser saber mais sobre o assunto que pesquise os trabalhos de pessoas como Marina Abramovic e Lydia Lunch. A performance tinha como um dos objetivos denunciar a constante violência contra mulheres na cidade de Rio das Ostras, onde as ocorrências de estupros estão entre as maiores do país.

O Google possui cerca de 4.700 referências a Xereca Satanik. Cada uma das notícias veiculadas e expostas anteriormente tem um grande número de comentários. No entanto, no caso da festa Xereca Satanik, o alcance do debate pareceu ficar mais na questão moralista ou da “desnecessária exposição do corpo”, do que naquilo que a performance realmente queria provocar: chamar atenção para os casos de estupro e violência no campus e em Rio das Ostras.

Por outro lado, o Medium, que constitui um espaço digital de compartilhamento de ideias e histórias, apresenta uma manifestação do próprio Coletivo Coiote, afirmando que “as performances abrangem temas como violência de gênero e colonização do corpo expressos de forma a acionar sensações bastante fortes quando levadas para as manifestações, teve seu público ampliado inclusive pela forte repercussão midiática⁵¹”, amplificada, acreditamos, pela internet como meio. O Bonde das Sapatônicas fez uma música a partir da Festa Xereca Satanik, mostrando que a internet foi fundamental para a disseminação e conhecimento da performance:

(...) Chegou o movimento, que veio pra ficar. É a Xereca Costurada, que vai te satanizar. Virou febre no Brasil. Exportaram para a Europa. A Xereca satanista vai ser a taça da Copa

(...) **Causou o maior rebu no mundo virtual**, a Xereca costurada já é caso federal. Tão querendo proibir, outros querem liberar. As crente de rabo quente tão querendo experimentar

(...) Abre as pernas e relaxa que o bicho vai pegar. De linha e agulha sua xereca eu vou bordar.

(...) Nem vem de papinho crente. Para de putaria. Faço tudo que eu quero, a porra da buceta é minha.

Cuidado com a tcheca, que a tcheca te pega. Te pega dali, te pega de lá. Cuidado com a tcheca, que a tcheca te pega. Xereca Satânica!

(Disponível em: <https://soundcloud.com/bonedassapatonicas/xereca-satanik>. Acesso em 4 dez. 2016, grifo nosso).

⁵¹ <https://medium.com/@colombinasanglant/coletivo-coiote-d3ed1dd24bc>. Acesso em: 7 mai. 2015

5.3 O corpo ativista

Essa amplificação, proporcionada pelas redes tecnológicas e digitais pode ser conferida no alcance de muitas ações feministas desenvolvidas nos últimos anos como o movimento #EuNaoMereçoSerEstuprada, promovido pela jornalista Nana Queiroz, em março de 2014 e que contribuirá para a composição dessa pesquisa. Para responder aos dados divulgados pela pesquisa do IPEA, ressaltando para toda a sociedade que a mulher não é culpada pelos abusos e pela violência sofrida – e sim, vítima – a jornalista Nana Queiroz, através de um evento em uma rede social (Facebook), reuniu milhares de pessoas que passaram a publicar fotos com a frase: "Eu não mereço ser estuprada".

Segundo o site UOL, em 30 de março de 2014, o movimento “Eu Não Mereço Ser Estuprada” ganhou repercussão internacional em sites internacionais de notícias como o do jornal norte-americano "The Huffington Post", o do francês "20 minutes", o do italiano "La Repubblica" e o do grego "iefimerida". Os sites destacaram a campanha brasileira, ressaltando a luta contra o abuso sexual e o machismo.

No entanto, como destaca o site do UOL:

Mas, ao mesmo tempo que a campanha ajudou algumas mulheres a compartilhar que já foram vítimas e mostrou que parte da população luta contra o machismo, o sexismo e a misoginia no país, a popularidade do movimento reforçou a postura retrógrada daqueles retratados na pesquisa. Na comunidade, muitos homens estão à vontade para ridicularizar a proposta de combate ao estupro e uma das incentivadoras do movimento online recebeu ameaças de estupro após a iniciativa. (<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/30/movimento-eunaomerecoserestuprada-repercute-internacionalmente.htm>. Acesso em: 14 abr. 2015)

A revista *Época*, de quatro de abril de 2014 publicou uma matéria com o título *Nem elas nem ninguém merece*. A reportagem abordou a pesquisa do IPEA e mostrou o quanto ainda é culturalmente forte a ideia de que a mulher não é dona do próprio corpo e que, dependendo do que veste, está sinalizando que pode ser atacada. O #EuNaoMereçoSerEstuprada foi citado

Em vez de tolerar a ofensa, mulheres indignadas com o resultado da pesquisa decidiram reagir. A notícia provocou comoção nas redes sociais. Uma campanha organizada no Facebook pela jornalista Nana Queiroz convidou usuá-rias da rede social a publicar suas fotos acompanhadas da frase “Eu não mereço ser estuprada”. Mais de 40 mil mulheres confirmaram a participação no protesto. (Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/04/nem-elas-nem-bninguem-mereceb.html>. Acesso em: 13 jan. 2016).

Da mesma forma que a festa Xereca Satanik, a iniciativa gerou diversas reações, dos mais diferentes vieses. O apoio demonstrado pela aderência à campanha, inclusive pela então

presidenta da República, Dilma Rousseff e de artistas como Daniela Mercury e Valesca Popozuda contribuíram positivamente para a discussão. Por outro lado,

Mesmo que os resultados sejam questionáveis, as reações à repercussão da pesquisa mostram que eles não estão distantes da realidade brasileira. No Facebook, páginas de humor faziam piadas sobre estupro. Grupos machistas reuniam fotos das participantes da campanha para fazer montagens e expô-las como objetos sexuais. A organizadora da campanha passou a sofrer ameaças de agressão e estupro. “Chegaram a me mandar mensagens dizendo que sabiam o endereço do meu trabalho”, diz Nana. “No Facebook, vi mensagens que diziam que a campanha era satanista, que queríamos desvirtuar as mulheres de Deus e que merecíamos apanhar se saíssemos na rua.” (Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/04/nem-elas-nem-bninguem-mereceb.html>. Acesso em: 13 ja. 2016).

Figura 8: Engajamento no movimento #EuNaoMereçoSerEstuprada



<http://veja.abril.com.br/galeria-fotos/campanha-eu-nao-mereco-ser-estuprada/>

Figura 9: Engajamento no movimento #EuNaoMereçoSerEstuprada



<http://www.musicaparamusica.com.br/post/valesca-popozuda-e-daniela-mercury-entram-para-campanha/1394>

A matéria da revista *Veja* também abordou a importância de iniciativas como a campanha e o uso da internet nessas ações para servirem como ponto de partida para a promoção de mudanças culturais. Nana Queiroz, criadora do movimento, declarou para a *Época*: “A campanha criou uma onda boa que tomou as redes sociais. Mulheres têm falado, pela primeira vez, dos abusos que sofreram. Antes, não tinham coragem para se manifestar ou denunciar seus agressores”. (Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/04/nem-elas-nem-bninguem-mereceb.html>. Acesso em: 13 jan. 2016).

Sobre o uso do corpo despido como forma de mobilização, a jornalista Nana Queiroz declarou para o *Globo* que: “Estavam dizendo que mulheres com decote merecem ser estupradas. Eu queria mostrar que eu podia fazer topless e, ainda assim, não merecer ser estuprada. Era a coisa mais ousada que eu poderia fazer.” (Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/jornalista-que-lancou-campanha-contra-estupro-conta-que-nao-esperava-repercussao-12045632>. Acesso em: 11 jan. 2016).

O colunista Felipe Moura Brasil, na revista *Veja*, questionou a forma como a pesquisa do IPEA foi divulgada e a não abordagem (ou publicidade) de outros dados levantados pela pesquisa, afirmando que o Brasil é “País de estupradores, uma ova!” e alegando que o Instituto IPEA tem relação com o Partido dos Trabalhadores (PT).

Demonstrei tudo isso incansavelmente neste blog, inclusive o aparelhamento do Instituto pelo PT; criei nas redes sociais a campanha contrária “Eu não mereço ser enganada pelo IPEA”; aponte os responsáveis pela criminalidade e as formas de combatê-la; e até mostrei o que é uma verdadeira cultura do estupro. (Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/cultura/pais-de-estupradores-uma-ova-ipea-admite-que-eu-estava-certo-ai-que-chato-maioria-discorda-de-ataques-as-mulheres-so-falta-o-instituto-os-jornais-a-tv-e-os-ativistas-admitirem-o-prose/>. Acesso em: 11 jan. 2016).

O volume de referências ao movimento #EuNaoMereçoSerEstuprada é vasto na internet. São mais de 50.000 referências encontradas na pesquisa, que vão desde a participação de artistas e políticos(as) na campanha até as ameaças à integridade física das mulheres. Muitas dessas referências são desdobramentos da campanha e do movimento em acontecimentos relacionados com a violência contra a mulher, como, por exemplo, a manifestação da Nana Queiroz para a BBC quando ocorreu o estupro coletivo de uma jovem

no Rio de Janeiro⁵². A jornalista afirmou que a revolta contra estupro coletivo ainda fecha os olhos para violência sexual mais comum no Brasil⁵³.

A RETS, Revista do Terceiro Setor, referência em informação para organizações da sociedade civil, publicou, em 2 de abril de 2014, um artigo das Católicas pelo direito de decidir. Segundo o artigo, intitulado *Eu não mereço ser estuprada*

Corpo espancado com hematomas, dilacerações na vagina e no colo do útero, transtornos psíquicos irreversíveis, gravidez indesejada, contaminação por DST/Aids, morte. Essas são as consequências para uma menina ou mulher vítima de estupro.

O estupro é culturalmente aceito em todas as sociedades no mundo. Não importa a sexualidade, origem, cor, classe, casta, religião, profissão da vítima, basta ter nascido mulher que ela se tornará vulnerável à cultura do estupro, estando vestida de biquíni ou de burca. As lésbicas e bissexuais ainda sofrem com o estupro ‘corretivo’ por não se adequarem à heteronormatividade, na visão dos agressores. [...]

É aceitável que homens assediem, batam, ameacem, tapem a boca, rasguem a roupa de uma mulher, a estuprem e matem livremente? Não! Não é! É por isso que o movimento feminista, por vezes depreciado por essa sociedade patriarcal, machista, racista e homofóbica, há décadas vai às ruas para gritar para sociedade que o estupro e tantas outras violações dos direitos das mulheres não podem ser aceitos! Para dizer que as mulheres não são coisas, que devem ser respeitadas, ter seus direitos garantidos, que elas querem viver e andar livremente sem violência a qualquer hora do dia e onde quiserem, que elas são livres para vestir o que quiserem e se expressar como quiserem.

Já o *Libertar.in* considerou equivocado o uso da palavra “atacar” na pesquisa do IPEA. “Quantas vezes homens de bem não dizem aos amigos que “partiram para o ataque” com fulana, querendo dizer que apenas a abordaram de forma mais incisiva, mostrando o quanto querem ter com elas alguma relação?” E continuou:

Atacar mulher no Brasil não é necessariamente cometer crimes contra ela. Quase todo homem ataca mulheres neste sentido. Se a pesquisa pretendesse esclarecer alguma coisa, teria definido a que tipo de “ataque” se refere (e não teria usado a palavra “merece”, que, entre tantos significados, tem até mesmo o de “atrair sobre si”; sem contar o vazio que gírias como “ninguém merece!” e “fulano merece!” lhe emprestaram). (Disponível em: <http://www.libertar.in/2014/04/confusao-feminista-eu-nao-mereco-ser.html>. Acesso em: 27 set. 2016)

O evento original, criado no Facebook (*#EuNaoMereçoSerEstuprada*), contou com a adesão de mais de 40 mil pessoas. Além das fotos publicadas, o protesto serviu como uma forma de permitir relatos de experiências de violência vivenciadas por mulheres e de

⁵² Em maio de 2016, aconteceu um estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos por mais de 30 homens no Rio de Janeiro. Segundo a jovem, ela foi dopada e estuprada por criminosos armados com fuzis e pistolas em uma casa na Favela do Barão. Imagens do crime foram gravadas e divulgadas na internet. Dois vídeos sobre o ocorrido foram encontrados pela perícia. Uma das filmagens mostra cenas do abuso e a vítima tentando resistir.

⁵³ Ver: <https://noticias.terra.com.br/brasil/ponto-de-vista-revolta-contr-estupro-coletivo-ainda-fecha-os-olhos-para-violencia-sexual-mais-comum-no-brasil,753c12f5116afe7d6c0e35f243c8ce1bh1nm1iae.html>

mobilização por meio da criação de uma fanpage. Entendemos que esse espaço possibilitou a criação de uma rede de solidariedade, considerada uma importante forma de atuação dos movimentos sociais.

Sobre isso, Bortolini, Malini e Malini (2015) afirmaram

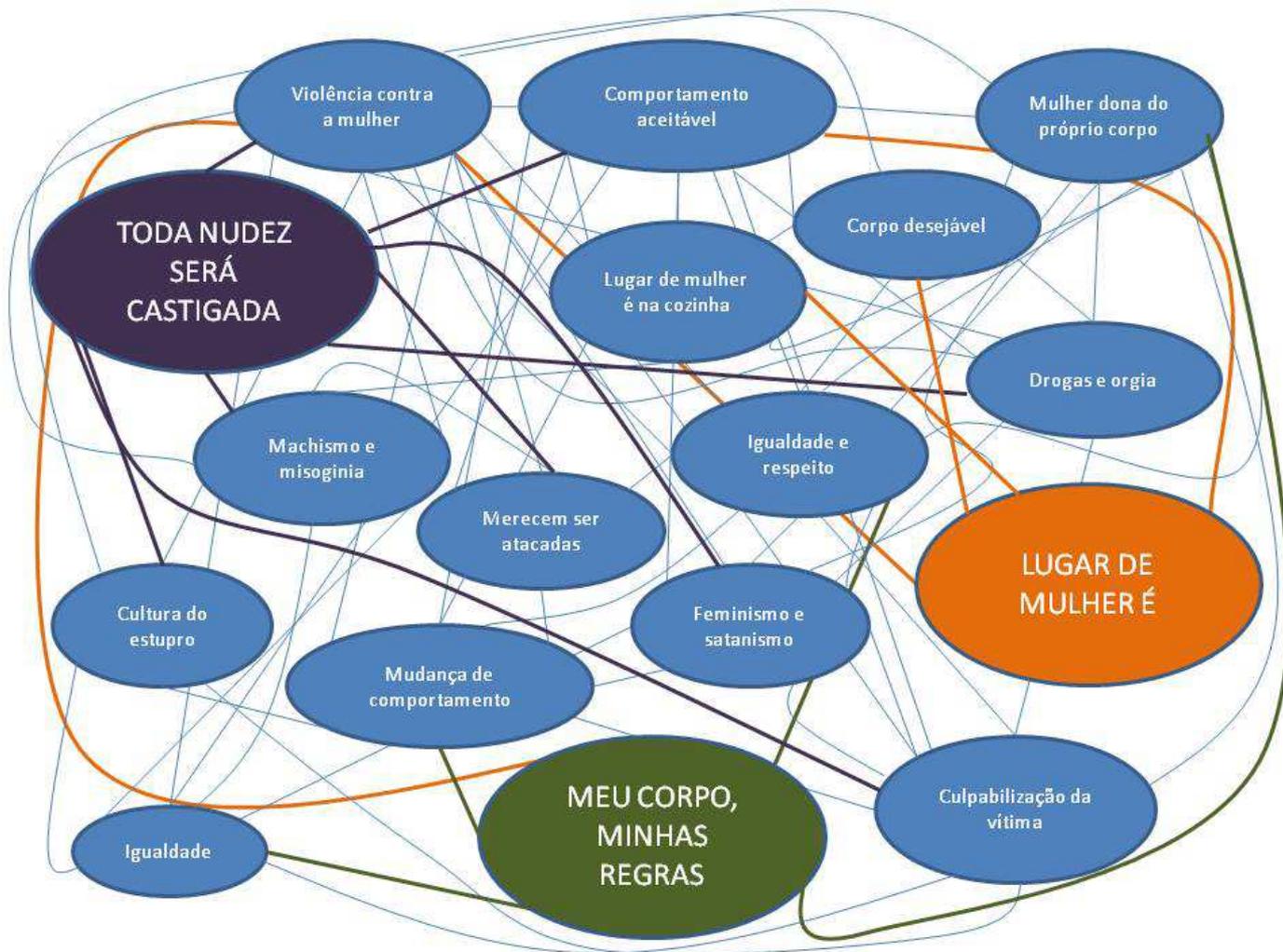
A grande quantidade de adeptas ao movimento inspirou diversas ramificações da campanha. Motivadas pelo seu sucesso, outras mulheres se mobilizaram para reunir as fotos e relatos lá apresentados, dando início à fanpage: “Eu não mereço ser estuprada”. Mais que um compartilhamento comum da hashtag #nãomereçoserestuprada, tal fanpage se configurou como um espaço de luta de questões de gênero, reunindo ativistas e usuários comuns de todo país, onde o conteúdo superou a performance imagética das fotos e típica do protesto idealizado por Queiroz, trazendo também relatos de vivência, mobilização para denúncia à violência contra mulher e diversas outras questões que tangenciam a luta de mulheres e feminista. (BORTOLINI, MALINI e MALINI, 2015, p. 5).

Entendemos que o protesto ou campanha Eu não mereço ser estuprada tem um perfil diferente da Festa Xereca Satanik. A festa, ocorrida no ambiente acadêmico *offline*, encontrou espaço de mobilização também no ambiente digital, fazendo um movimento espaço público *offline* → popularização e discussão *online*. O movimento #EuNãoMereçoSerEstuprada, diferentemente do primeiro, é singular, porque tem no ambiente *online* a sua essência. Podemos afirmar, no entanto, que as duas ações ativistas com o uso do corpo nu da mulher têm, na internet, um palco para uma performance ou uma atuação política feminista relacionada ao corpo.

Nesse movimento cartográfico, a partir do mapeamento dessas ações, percebemos que são múltiplos os sentidos construídos para cada uma dessas ações. Se tomarmos para análise as informações expostas aqui sobre as performances, perceberemos a presença de temas transversais aos acontecimentos, como vieses da violência contra a mulher, cultura do estupro, direito ao corpo, feminismo, machismo e estética do corpo feminino. A leitura do mapeamento das ações aponta para essas três principais vertentes de sentidos construídos, que são atravessados constantemente por questões relacionadas às mulheres e pautas históricas do movimento feminista: o choque com a performance ou com a nudez fora de contexto; a discussão sobre o que é próprio da mulher e a efetiva mobilização social para a causa. Essas três principais manifestações de sentidos, formadas a partir de diferentes entradas ou saídas serão definidas como: 1) Toda nudez será castigada; 2) Lugar de mulher é; 3) Meu corpo, minhas regras. É possível afirmar que o ativismo enxerga nessas ações uma forma de deslocar ou questionar o uso da nudez feminina na publicidade e no consumo, atrair a atenção para a pauta da violência contra a mulher e reforçar as afirmações sobre a mulher como dona do próprio corpo. Além disso, contribui para questionar as questões culturais

marcadas pelo machismo e pela herança patriarcal. Por outro lado, alguns sentidos construídos apontam para a manutenção da cultura existente e dos discursos centrados nas normas e padrões estabelecidos para homens e mulheres.

Figura 10: Sentidos construídos



Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, percebemos efetivamente que o uso do corpo nu da mulher em performances ativistas gera fluxos comunicacionais diferenciados e, conforme os exemplos a seguir, é possível verificar que esses sentidos refletem os processos culturais da sociedade, bem como podem refletir nesses processos, de maneira positiva ou não. Ou seja, é possível, por meio da performance proposta pelas feministas, provocar discussões e avanços nas questões relacionadas às mulheres. Porém, por outro lado, é também notamos que as

discussões também podem ficar no campo do reforço da cultura heteronormativa e patriarcal existente.

5.4 As principais vertentes de sentidos

5.4.1 Toda nudez será castigada...

A mulher é um homem incompleto.

(Aristóteles)

Um viés dos sentidos construídos para as ações estudadas destaca uma vertente bastante moralista, com discursos direcionados para o “choque da performance” em detrimento da discussão sobre a violência contra a mulher. Considerando a dimensão simbólica e material que marca as práticas geradas nos ambientes digitais ou acessadas por meio desses ambientes, percebemos nessa vertente que o corpo como materialidade tem um destaque maior do que o próprio sentido construído. Essas percepções desviam a discussão sobre a violência contra a mulher, foco da performance e da mobilização e acabam reforçando dois vieses: a mercantilização ou consumo do corpo da mulher e as mulheres como objetos de violência, que também se relacionam com o próximo ponto. A manutenção da ordem patriarcal e a visão da mulher como objeto/mercadoria solidificam o discurso da diferença biológica e da manutenção do discurso cultural da diferença binária masculino X feminino. Por outro lado, ao enxergar apenas o corpo – ou a materialidade – as mulheres mostram que a discussão sobre a autonomia de seus corpos ainda tem um longo caminho a ser percorrido e isso inclui as escolhas referentes à gravidez e aborto e ao sofrimento de violências físicas e simbólicas.

Figura 11: Exemplo 1 de sentidos construídos “Choque da Performance”



Figura 12: Exemplo 2 de sentidos construídos “Choque da Performance”



Figura 13: Exemplo 3 de sentidos construídos “Choque da Performance”



É interessante perceber a relação feita entre feminismo, satanismo, orgia e mutilação, em um completo desconhecimento do movimento. Há também o questionamento sobre a performance e o destaque para o que deve ser uma instituição de ensino: “um local de paz, tranquilidade, respeito e educação”. No entanto, vale lembrar que a performance foi sugerida e executada por um coletivo justamente para chamar a atenção para os casos de abuso e violência contra mulheres ocorridos no campus universitário.

Nesse sentido, os grupos focais também produziram percepções centradas no choque da performance, aproximando a discussão.

“Eu acho agressivo! Acho que fazer isso... costurar a vagina... é de uma violência. Não vejo como simbólico. Acho desnecessário. E violento!” (L.P)

Destacamos, nas conversas com o grupo, que as e os participantes enxergam a internet como um espaço marcado pela grande possibilidade de visibilidade para os movimentos sociais e de mobilização. No entanto, também apontaram que o foco dado ao corpo nessas ações possibilita desvios de atenção para fora do conteúdo em si.

“Eu acho que as mulheres devem chamar a atenção pelo que elas têm a dizer, não pelo corpo. Lutamos tanto para que não valorizem apenas nossa estética e acabamos por utilizá-la em detrimento da nossa fala” (A.M)

Eu acho que a performance em si, especialmente da festa, provoca desconforto. É um choque, sim. Eu fico mais chocada com a performance do que com o estupro, o motivo da realização da performance. (M.C)

Dessa forma, a hipótese inicial de que a nudez, por si só atrai atenção é confirmada. Porém, não significa que atrai atenção para a pauta da violência, uma vez que o corpo se sobressai àquilo que a performance planeja construir. As afirmações sobre a propriedade do corpo, nesse ponto, mostram que a nudez ativista pode ser condenada como exibicionismo, pode ser sexualizada de um ponto de vista moralmente condenado (ocorrência de orgia) e pode ser vista como algo demoníaco. Diferentemente da nudez permitida, sensualizada pela publicidade ou sexualizada no mercado erótico, que estão a serviço de outros interesses (consumo) e que estão em seu contexto “normal”. Essa vertente mostra ainda que, quando o corpo feminino sai dos padrões idealizados e abandona a sua condição de objeto, ele passa rapidamente de venerável para obsceno, indecente e perigoso.

Figura 14: Exemplo 3 de sentidos construídos “Choque da Performance”



[User] O problema é que impossível (e talvez inadmissível) estabelecer parametros para a arte ou manifestações culturais consensuais em geral. Não é porque algo me choca ou me perturba que posso exigir intervenção do estado, isto é ferir a liberdade e a potência de realização das pessoas. Eu me choco com gente falando em linguas, vou fazer o que? chamar a polícia?
Like · 👍 29 · 11 hours ago · Edited

[User] E o engraçado é justamente estarem investigando **SÓ POR SER SATANISTA, POR TER RITUAIS SATANISTAS, PORRA, vivemos numa inquisição? Estamos de volta a idade média?**
Like · 👍 21 · 11 hours ago

[User] Não velho, eu entendo toda a manifestação cultural, demonstração da arte. Mas em qual ponto isso não atinge o pudor? Isso não ultrapassa o limite do aceitável ao público?
Like · 👍 3 · 11 hours ago

[User] " A performance foi realizada num espaço anexo ao do Campus, na área arborizada do prédio Multiuso. Esse prédio ainda nem sequer foi inaugurado oficialmente, ninguém passa por lá, ali só foram os que quiseram saber do que se tratava a tal "Xereca satânica". Tá resolvido, galera. Se for em ambiente fechado, visto só pra quem quiser, por mim, tudo bem. Se eu não aceitar esse tipo de manifestação em publico, não é porque sou radical ou preconceituoso, é porque minha ética não filtra a ideia de ver alguém tendo a vagina costurada em praça pública.
Like · 👍 5 · 11 hours ago

Em debates no facebook sobre a agressividade da performance, discute-se sobre os limites da arte e os preconceitos morais:

Discutir o que é aceitável ao público também pode ser relacionado à nudez permitida (propaganda, novela e cinema) e à estética corporal estabelecida para as mulheres. Uma das participantes do Grupo 2 salientou que os meios de comunicação transformaram a imagem das pessoas, especialmente das mulheres. Segundo ela, a mídia divulga e impõe um padrão quase irreal de corpo e cobra uma estética determinada. E completa

Isso não reflete a diversidade cultural, racial e social da população! Esses modelos impostos não nos servem. E usar o corpo para chamar a atenção parece seguir uma lógica parecida com a que a mídia utiliza, de exploração desse corpo. Não concordo. É desnecessário! (S.M)

Seguindo a fala anterior, outra participante disse que essa forma de ativismo não é inteligente, porque pode prejudicar a causa, sugerindo que o corpo fica espetacularizado. O que foi completado por outra integrante do grupo que enfaticamente discursou: “Corpo é intimidade! Fazer isso, de costurar, mostrar, é uma forma de se exhibir. Não tem nada de político. É chocante!”

5.4.2 Lugar de mulher

Sobre uma menina exemplar:

Uma menina brinca com duas bonecas e briga com elas para que fiquem quietas. Ela também parece uma boneca porque é linda e boazinha e porque não incomoda ninguém.

(Eduardo Galeno, em Mulheres, citando um livro didático usado no Uruguai).

Para além do choque com a performance, que diminuiu ou suprimiu o choque com a violência, destacamos a construção de sentidos que legitimam o machismo e a cultura da desigualdade de gênero existente, com questionamentos sobre o “lugar” da mulher e com a utilização da violência simbólica do discurso por meio de “piadas e “brincadeiras”.

Pensar sobre um processo social, como é um movimento de mobilização e ativismo, deve considerar, necessariamente, todo um pensamento complexo acerca das mulheres e do feminismo, no qual as estruturas capitalistas, patriarcais e heteronormativas fazem dos corpos da mulheres um espaço de violência. E os olhares e sentidos construídos para esse processo demonstram claramente a manifestação desse pensamento e a reprodução dada a essas estruturas tão fortemente construídas e repetidas pelo sistema econômico, político e cultural.

Nos grupos focais, foram raras as referências ao “lugar da mulher”, apesar da existência de manifestações como “mulher tem mais jeito” (ao falar sobre questões maternais

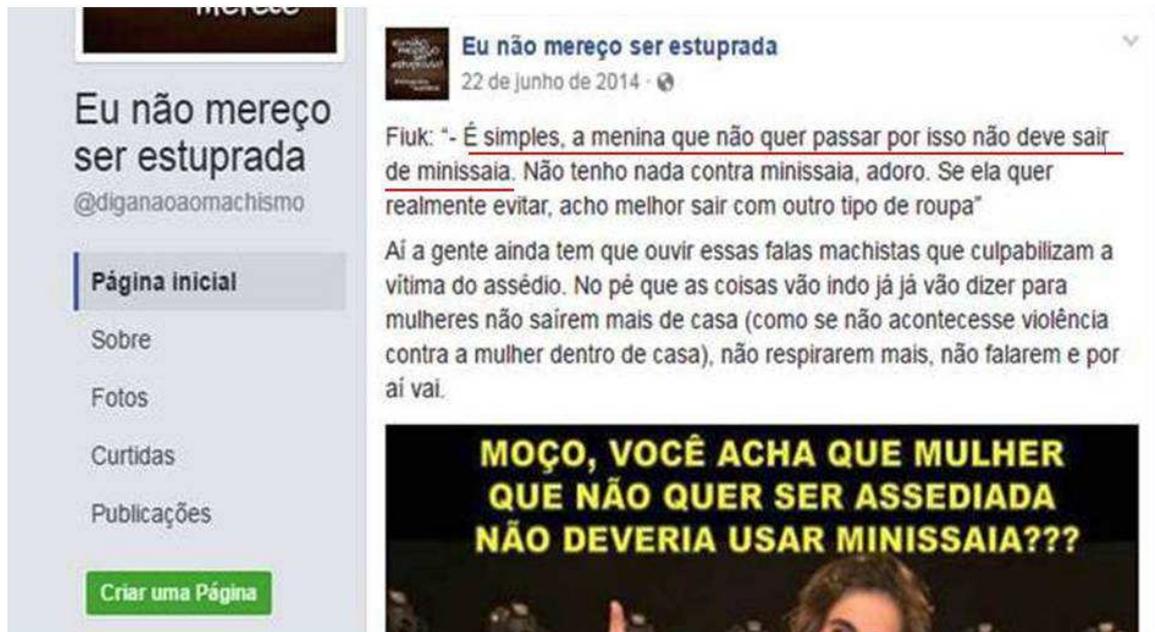
e sentimentais) e “mulher já vem com doçura, é mais sensível”, falas que marcam nitidamente o pensamento de que existem marcas de comportamento e formas de ser e agir específicas para as mulheres, bem como a indicação do lugar que devem ocupar.

A construção dessa vertente ou a construção de sentidos sobre o “lugar da mulher” foi infinitamente mais aparente nas manifestações na internet, como é possível perceber nas figuras que seguem.

Figura 15: Exemplo 3 de sentidos construídos “Lugar de Mulher é...”

The image shows a Facebook post from the page **@diganaoamachismo**. The post's main image is a black and white photograph of a person's back, with the text **EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA!** written on it. To the left of the main image is a smaller graphic with the same text and the hashtag **#ninguém merece**. The post has **194** likes and **2** shares. A comment from **Marcos Andre Avives** is visible, with the text: **Quantas vez vc foi esturpada, pq vc ficam toda dispada. Amostra seu corpo nu para o mundo. onde tem crinça na mídia. vc acha q e certo.** The comment is timestamped **19 de abril de 2014 às 13:58**.

Figura 16: Exemplo 3 de sentidos construídos “Lugar de Mulher é...”



É possível perceber, aqui, que o uso da performance transgride os “limites” estabelecidos para as mulheres. Os insultos, o assédio e a violência são naturalizados, como se algumas mulheres merecessem este tratamento, como se alguns assédios e insultos fossem, na realidade, elogios ou como se a forma de vestir fosse fator determinante de “caráter”, “conduta moral” e sinalização de possibilidade – ou não – de violência e abuso.

É importante lembrar o que aponta Minayo

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero. Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas. (MINAYO, 2005, p. 23 e 24).

Outro exemplo de manifestação sobre a condição e o uso do corpo da mulher é a postagem – com foto – de um homem que afirma “Já estuprorei e estupro de novo”. Existe aqui a tentativa de construir o ser mulher enquanto subordinado, ou como dominada-explorada, com a marca da naturalização uma vez que é dada pela natureza. Todos os espaços de aprendizado e os processos de socialização vão reforçar os preconceitos e estereótipos dos

gêneros apoiando-se na determinação biológica. A diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade. (SAFIOTI, 1992).

Figura 17: Exemplo 3 de sentidos construídos “Lugar de Mulher é...”



Nesse sentido, as falas dos grupos demonstraram repulsa às manifestações machistas.

Não é admissível que, com todos os avanços que a sociedade já teve, ainda aceitemos que o comportamento feminino seja direcionado e que as mulheres tenham que desempenhar seus papéis conforme estabelecido por uma cultura machista e antiquada. (D.K)

Lugar de mulher é onde ela quiser! (J.M)

Marcela Lagarde destaca que, nesse contexto cultural em que estamos inseridos(as), as mulheres aprendem a ser de alguém e para os outros (2011). Dessa forma, perpetuamos o entendimento de que há um lugar para cada sujeito, há um papel que deve ser desempenhado por cada um e cada uma, cabendo às mulheres o papel submisso ou, como afirma Nussbaum (2002), de segunda categoria.

A participante do grupo A.M, destaca que as piadinhas, os pequenos preconceitos diários, acabam reforçando esse “lugar de mulher”, como dizer que mulher no volante é um perigo constante, dizer que a mulher já pode casar porque sabe cozinhar, entre outras coisas.

Eu fico com raiva dos comentários que julgam as mulheres como inferiores. Dos comentários machistas. De acharem que mulher tem que “esquentar a barriga no fogão e resfriar no tanque”. E acho que a gente tem o direito de usar a roupa que quiser sem ser importunada. (A.M)

Ao definir o lugar da mulher, opta-se pela continuidade e manutenção de processos culturais. Da mesma forma que a pesquisa do Instituto Avon já citada nessa pesquisa mostra que a violência contra a mulher é naturalizada a ponto de não ser reconhecida, esse “lugar de mulher” reforça o gênero e suas marcações como algo socialmente construído e também naturalizado.

5.4.3 Meu corpo, minhas regras!

Só quem já morreu na fogueira sabe o que é ser carvão, eu sou pau pra toda obra, Deus dá asas à minha cobra, minha força não é bruta, não sou freira nem sou puta. Nem toda feiticeira é corcunda, nem toda brasileira é bunda, meu peito não é de silicone, sou mais macho que muito homem. (Rita Lee, Pagu).

Por último, a provocação do debate e a articulação causada pela mobilização social por meio da performance, apontou para a construção de sentidos e discursos que demonstram que a performance tem força mobilizadora. Como afirmou A.G, integrante do grupo focal:

O corpo carrega muitos significados em si. É chocante vê-lo exposto? Talvez sim. Mas é preciso naturalizar o corpo da mulher, não objetificá-lo. E mostrá-lo é uma forma de naturalizá-lo. É preciso que a sociedade, especialmente os homens, compreendam que o corpo é algo próprio, ele é processo, ele é um agente de movimento. E a mulher tem, no corpo, sua própria expressão. (A.G)

Figura 18: Exemplo 1 de sentidos construídos “Meu corpo, minhas regras”



Percebemos que o feminismo e as ações dos movimentos estabeleceram um importante papel de análise e discussão das questões da mulher na contemporaneidade e que, de alguma forma, lutam para romper com o olhar essencializado da diferença sexual como algo biologicamente preestabelecido. Além disso, criticam a noção de feminilidade e projetam no corpo algo mais do que o suporte biológico da cultura, mas um resultado de manifestações, produções e construções socioculturais.

Eu vejo, nessas performances, uma força. Eu sinto, ao ver as imagens, um certo incômodo, uma desestruturação. E acho isso bom, interessante. É como uma força que move. Eu, como ativista, defendo isso. (M.C)

Eu curti, compartilhei e divulguei o #EuNaoMerecoSerEstuprada porque acho que nós, mulheres, precisamos usar todas as ferramentas possíveis para educar a sociedade. Para mostrar que nós temos poder sobre nós mesmas, sobre nosso corpo. (N.M)

Não há dúvidas de que as performances atuam no sentido de luta e de empoderamento e congregam em si o sentido da necessidade de atuação do feminismo. Ao mobilizar mais de 40 mil pessoas, é possível afirmar que o ativismo feminista com o uso da nudez tem força e é uma estratégia importante para as abordagens do movimento.

Apóio e faço parte de iniciativas como essas. Não teria coragem de costurar a vagina... mas não vejo problemas em mostrar o corpo para deixar claro que ele é meu. E a internet tem esse poder, essa disseminação. (A.G)

Percebemos que, por meio dessas ações, o feminismo traz para o espaço da discussão política aquilo que era entendido como algo apenas privado, com o uso do corpo como uma materialização de possibilidades. Através das performances, as ativistas contestam padrões vigentes, utilizando os próprios corpos como plataforma, constituindo um “corpo político”, um corpo agente na esfera pública e política.

Isso concede também à performance uma dimensão de cidadania ou participação cidadã, “entendida como o processo de tomar parte de um processo político, social e cultural por meio de ações coletivas organizadas e expressas em espaços públicos. (...). Pode-se observar a participação cidadã via o protagonismo civil expresso nas ações coletivas de inúmeros agentes da sociedade civil (...)”. (GOHN, 2010, p. 11)

6. A APROPRIAÇÃO DO ATIVISMO: UM DESVIO

As ações de ativismo podem, ainda, encontrar eco dentro do mercado, confundindo mobilização e consumo ou, ainda, utilizando a causa como marketing social. É preciso atentar para a utilização do corpo feminino “desejável”, que torna a nudez permitida e interessante, desvinculando-o de seu papel político, em uma ação supostamente de mobilização. Nesse sentido, acompanhamos uma ação da ONG Safernet, em parceria com a fabricante de absorventes femininos Always, chamada #JuntasContraVazamentos, lançada em março de 2015.

Figura 19: Campanha com Sabrina Sato



Fonte: <http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/noticias/2015/03/04/Vaza-video-intimo-de-Sabrina-Sato.html>

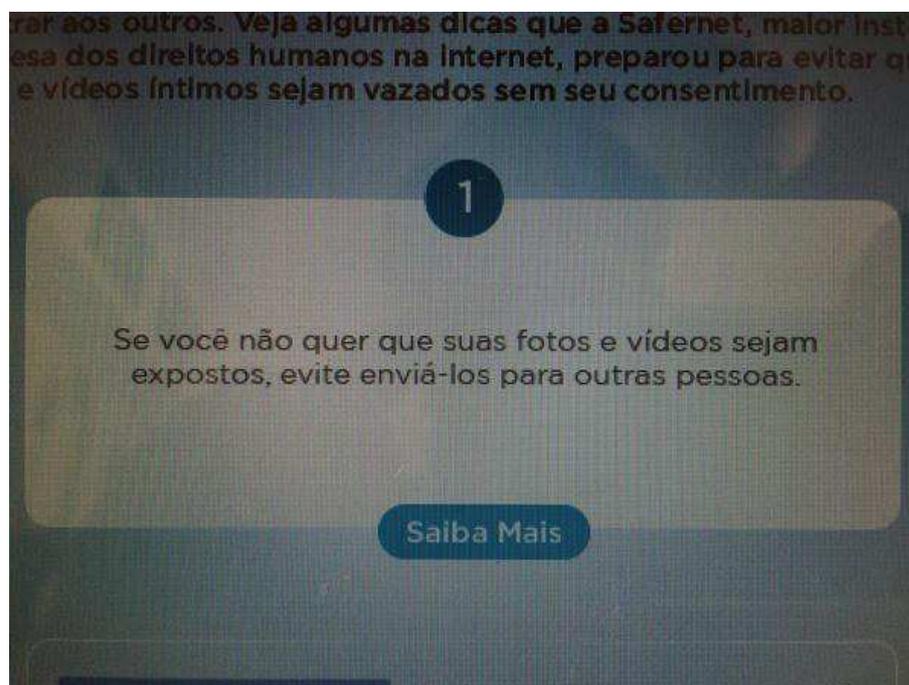
O objetivo era conscientizar sobre a divulgação indevida de vídeos e imagens íntimas na internet e outros meios digitais, uma violência praticada contra a mulher. Para isso, utilizou o “vazamento” de um vídeo da apresentadora Sabrina Sato seminua⁵⁴, dando a impressão de que foi feito por alguém que estava com a apresentadora e o publicou na internet sem consentimento. A ação foi proposta porque, segundo a Safernet, em 2014, o maior número de casos atendidos pela organização envolveu a publicização de imagens íntimas, sendo que 81%

⁵⁴ O vídeo está disponível em em: <https://www.youtube.com/watch?v=LScGLq-wbIQ>

das vítimas eram mulheres⁵⁵. No entanto, a utilização do corpo nu nesse caso provoca a discussão sobre a forma como esse corpo foi apresentado em uma ação de mobilização/ativismo, defendendo o direito da mulher à exposição ou não do próprio corpo e de sua intimidade por meio de imagens de um corpo feminino publicitariamente construído dentro de uma estética vigente. Além disso, comparar um crime (divulgação de imagens íntimas sem consentimento) com menstruação é, no mínimo, duvidoso.

Por fim, e estreitamente relacionado com a discussão que propomos aqui, a orientação dada pela campanha é que as mulheres não enviem ou façam vídeos, ou seja, culpabiliza a mulher e não aquele que comete o crime. No site da marca de absorventes Always, essa era “dica” número um para evitar vazamento de vídeos íntimos, que, em uma analogia, pode ser relacionado com o entendimento de que uma mulher que não quer ser estuprada não deve usar roupas provocantes, curtas ou consideradas “não comportadas”. Acreditamos que a dica deve ter recebido muitas críticas, uma vez que os responsáveis pela campanha retiraram a informação do e substituíram por orientações práticas que realmente podem ajudar uma vítima deste tipo de crime.

Figura 20: Dica da Always e da Safernet para evitar vazamentos de vídeos íntimos



⁵⁵ safernet.org.br. Acesso em: 10 mai. 2015.

Fonte: <http://www.buzzfeed.com/clarissapassos/a-campanha-da-always-nao-e-tao-legal-quanto-parece#.rkDedGNmg>. Acesso em: 10 mai. 2015.

No portal Fórum, Jaris Arraes escreve sobre a campanha

Ontem foi lançada uma nova peça publicitária da marca *Always*, que vende absorventes menstruais. Na campanha, acharam que seria uma boa ideia falar sobre vídeos íntimos que são publicados sem o consentimento das mulheres gravadas, mas resolveram abordar o tema criando um viral porco, utilizando a famosa Sabrina Sato como exibição sexualmente objetificada, apresentando um assunto extremamente difícil com trocadilhos ridículos e irresponsabilidade profunda. [...] Mas, como está evidente, o Feminismo brasileiro ainda tem muito o que ensinar para publicitários, ONGs e empresas. Se a *Leo Burnett* [agência que criou a campanha], a *Always* ou a *Safernet* estiverem dispostas a organizar um seminário voltado para marcas e publicitários brasileiros, acredito que muitas ativistas se disponham a facilitar uma oficina. Quem sabe, com um grande aulão, finalmente aprendam como ter respeito pelas consumidoras. (<http://www.revistaforum.com.br/questaodegenero/2015/03/05/publicidade-brasileira-e-ridicula/>). Acesso em: 6 abr. 2015.

O Jornal Comunicação, que é um jornal laboratório da Universidade Federal do Paraná também discutiu o tema no site, onde destacou: “Mais uma vez, a culpa é da vítima. Na tentativa de articular um debate sólido sobre vazamento de fotos na internet, a campanha #JuntasContraVazamentos errou ao tratar o tema de forma simplista e defasada”. (<http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/mais-uma-vez-a-culpa-e-da-vitima/>. Acesso em: 6 abr. 2015).

Houve, também, manifestações favoráveis à campanha, como a feita pela blogueira Camila Coutinho, do [garotasesupidas.com](http://www.garotasesupidas.com). “Muitas mulheres já tiveram fotos íntimas vazadas na internet e este é um caso muito sério. Isso tem que acabar! Fiquei muito feliz e orgulhosa de ver Sabrina Sato apoiando a causa junto à Always e a ONG Safernet na campanha #juntascontravazamentos, que vocês já devem ter acompanhado pelas redes sociais.” (<http://www.garotasesupidas.com/tag/sabrina-sato/>. Acesso em: 6 abr. 2015).

Se a ideia era provocar uma conscientização, a campanha pecou na abordagem, comprometendo a credibilidade da campanha. Ao contratar e exibir uma pessoa midiaticamente construída de forma sexualmente objetificada, a agência que criou a campanha (Leo Burnett) reforçou a forma estereotipada de tratamento às mulheres e cometeu um grande equívoco na, talvez, tentativa de despertar consciência. Vale lembrar que a mesma agência fez, há alguns anos, uma propaganda para uma marca de cerveja na qual homens ficavam invisíveis e despiam as mulheres, sem que elas consentissem.

É importante ressaltar que essa apropriação reforça o quanto ainda é preciso avançar nas questões de gênero relacionadas às mulheres e o quanto o movimento feminista é

imprescindível nesse aspecto. De um lado, procuramos o corpo como um local de potencialidade política, ao utilizá-lo buscando a emancipação do próprio corpo, a liberdade de concepções impostas às mulheres; do outro, a cultura e a produção da comunicação midiática voltada para o mercado e o consumo continuam a apostar na submissão do corpo a determinada estética e a definidos comportamentos da mulher. A nudez, no anúncio/ação social não foi questionada, como é a nudez das mobilizações estudadas nessa pesquisa, porque a nudez vinculada a produto (no caso da propaganda), é uma nudez aceita como se estivesse dentro de seu contexto natural.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O que aconteceria se uma mulher despertasse uma manhã transformada em homem? E se a família não fosse o campo de treinamento onde o menino aprende a mandar e a menina a obedecer? E se houvesse creches? E se o marido participasse da limpeza e da cozinha? E se a inocência se fizesse dignidade? E se a razão e a emoção andassem de braços dados? E se os pregadores e os jornais dissessem a verdade? E se ninguém fosse propriedade de ninguém?”

Charlotte Gilman delira. A imprensa norte-americana a ataca, chamando-a de mãe desnaturada; e mais ferozmente a atacam os fantasmas que moram em sua alma e a mordem por dentro. São eles, os temíveis inimigos que Charlotte contém, que às vezes consegue derrubá-la. Mas ela cai e se levanta, e cai e novamente se levanta, e torna a se lançar pelo caminho. Esta tenaz caminhadora viaja sem descanso pelos Estados Unidos, e por escrito e por falado vai anunciando, nos começos do século XX, um mundo ao contrário.” Eduardo Galeano.

O mundo ao contrário, conto de Galeano, é um interessante ponto de partida para pensar sobre as mulheres e tudo aquilo que se construiu *para* elas, *por* elas e *com* elas. Desde o início do movimento feminista e das lutas das mulheres, o corpo esteve na centralidade das reivindicações, seja pela liberdade sexual, pelo uso de anticoncepcionais, pelo direito ao aborto, pela violência física contra a mulher, entre outros. É instigante que esse próprio corpo, na evolução do movimento feminista, se transforme em um instrumento de luta e de ação política dos movimentos. O feminismo busca expor as estruturas profundamente fundamentadas na cultura e especialmente calcadas no controle dos corpos das mulheres. Ao propor um estudo sobre os sentidos construídos sobre o uso do corpo despido das mulheres em ações de ativismo relacionadas com a violência contra a mulher, é impossível não pensar no que está contido na materialidade dos corpos, que nessas ações mobilizadoras, servem de instrumento de contestação.

O corpo, já afirmou Foucault, ultrapassa o espaço de texto da cultura, apesar de ser um agente dela. Ele é um lugar prático de controle social. Por isso, Butler destaca a importância da ocupação de espaço por corpos e, no caso da presente pesquisa, por corpos

nus. Percebemos isso como uma ação politicamente positiva porque o corpo ocupa o espaço onde o discurso é referido e, dessa forma, constrói sentido e reforça identidades.

No decorrer dos últimos anos, a situação da mulher foi intensamente abordada pela mídia, especialmente em questões relacionadas ao corpo, como violência, abuso e estupro. Durante o rastreamento da pesquisa, ao acompanhar blogs e sites feministas, alguns perfis e páginas no Facebook (como as já citadas no trabalho e outras o Chega de Fiu Fiu, o Think Olga) que debatem acerca do corpo feminino sob a perspectiva do uso político do corpo, com abordagens feministas sobre questões contemporâneas e sobre machismo e violência contra a mulher, ficou clara a diversidade de sentidos que as ações assumem.

Como um conjunto de ideias, interpretações e pressupostos, as produções feministas se traduzem em um universo de sentidos e significados múltiplos. Abordar isso pelo viés do corpo – nu – possibilita a construção e reconstrução desses significados, com avanço (ou não...) das questões políticas, sociais e culturais por meio das teias comunicativas. Os atores e as atrizes que se coligam nesse campo, os pensamentos teóricos e a pesquisa que, importante ressaltar, aqui não se encerra mas se transmuta, permitem afirmar que os sentidos construídos pelo uso do corpo nu da mulher como agente de mobilização contra a violência são erigidos pelas práticas cotidianas alicerçadas na cultura, permeados pelas relações de poder e impactados pela materialidade que os transportam. Isso se verifica nas três principais vertentes de sentido encontradas:

- 1) Choque da performance: A performance que provoca o choque afeta corporalmente quem a vê, em uma clara produção de presença. O meio, ou a materialidade que transporta a mensagem produz uma cultura de presença anterior à cultura de sentido, e que, tensionadas, afetam o sentido que transportam.
- 2) Lugar de mulher: reforça a cultura existente, delimitando o que é da mulher e o que não é da mulher (comportamento, forma de vestir, etc)
- 3) Meu corpo, minhas regras! A performance incide nos processos culturais e mostra que a mobilização social por meio do uso do corpo nu da mulher tem força mobilizadora.

Dentro da perspectiva de que o ambiente digital assume importância com relação à discussão e disseminação de temáticas relacionadas aos movimentos sociais – entre eles o movimento feminista e as questões de violência de gênero, feminismo e mulheres – percebemos a internet como o ambiente no qual as performances feministas com o uso do corpo nu feminino encontraram um terreno fértil para veiculação e construção de sentidos. É possível perceber que os acontecimentos relacionados ao uso do corpo nu da mulher em ações

de mobilização social apontam que essa ação tem força mobilizadora, tendo em vista as múltiplas interações que provocaram. Além disso, ficou claro que essas ações produzem sentidos múltiplos que, não necessariamente, são aqueles que objetivam os movimentos. As ações aqui cartografadas, encontraram na internet o espaço democrático mobilizador que difundiu a realização das performances. Mesmo que a visibilidade e a participação proporcionadas pela internet não sejam garantias de mais igualdade ou justiça nas relações de gênero, são formas de disseminação das idéias, de multiplicação do alcance das ações e da possibilidade de uma expressão livre em uma efetiva atuação em rede. Nesse sentido, é possível buscar uma representação feminina não marcada pelo corpóreo apropriado e desejável esteticamente, mas pelo corpo livre, pelo direito e pela liberdade do corpo, sem exploração e sem violência, como foi a proposta da Xereca Satanik. Entendemos que a internet, nesse caso, teve um papel fundamental. Apesar dos limites e tensões desse espaço, ele democratiza a disseminação da informação e contribui na divulgação das ideias feministas, visibilizando as ações de forma ampla e promovendo debates sobre a temática.

Entendemos que, ao expor o corpo em uma performance contra a violência (talvez violando o próprio corpo) a provocação fica clara: surpreender e questionar comportamentos e ações, em um uso político do corpo. E que essas performances – corpo nu ou vestido – que provocam experiências e saberes, problematizam de forma interessante o uso do próprio corpo pelas mulheres, corpo esse que lhes pertence. Nesse sentido, chama atenção o fato da utilização do corpo feminino/da mulher como ato performático e uma estratégia que expressaria uma outra forma de agir dos movimentos, amplificadas pelas possibilidades das redes tecnológicas e digitais.

É possível afirmar que o empoderamento por meio do uso do corpo carrega muitas complexidades e enfrenta a representação feminina na cultura. A multiplicação de abordagens relacionadas ao corpo feminino busca o empoderamento da mulher por meio da exposição do corpo e da utilização do corpo como um discurso questionador e crítico, o que parece ter sido a intenção das duas ações pesquisadas. Não podemos tirar o mérito da já citada campanha #EuNãoMereçoSerEstuprada; da performance para chamar atenção aos casos de abuso no campus Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense, chamada Festa Xereca Satanik; da Marcha das Vadias e de outras iniciativas que são assertivas e positivas ao utilizarem o corpo nu como estratégia de mobilização. Mesmo que para alguns (ou muitos) seja uma estratégia chocante, entendemos que o choque ou confronto são muito menos graves do que as situações que originam essas performances. Chocante é o assédio, o estupro e a violência contra a mulher.

O mundo ao contrario, interessante ponto de partida para pensar sobre igualdade de gênero não é o ponto de chegada ideal. Não queremos um mundo ao contrário, apesar de ele ser útil para a reflexão. Queremos, sim, um mundo horizontal. Onde haja igualdade e respeito. Onde a nudez da mulher não seja objeto de consumo e onde possamos vivenciar a nudez política sem que seja castigada.

8. BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Pesquisa Instituto AVON e Data Popular. **Violência contra a mulher: o jovem está ligado?** Brasil, novembro de 2014. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2015.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Revista Sociedade e Estado**. v. 29, n. 2 mai./ago. 2014.

ALVES, Fábio Lopes. **Pós-mulher: corpo, gênero e sedução**. Curitiba: Champagnat, 2014.

AMARAL, Layane. Mídia e violência urbana: o corpo contemporâneo e suas afetações em uma cultura do risco. **Logos 26: comunicação e conflitos urbanos**, Rio de Janeiro, ano 14, 1º semestre 2007. p. 123-132.

ARAÚJO, Maria de; MATTIOLI, Olga Ciciliato (orgs.). **Gênero e Violência**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1974. 223p.

BARBOUR, Rosaline. Grupos focais. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARROS, Antônio Teixeira de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A elaboração do projeto de pesquisa. In: BARROS, Antônio, DUARTE, José (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p.32–50.

BARROS, Laan Mendes de. Os meios ou as mediações? In: XVII ENCONTRO DA COMPÓS. 2008, São Paulo. Disponível em: <http://facasper.com.br/pos/libero/libero_23/12_laan_barros.pdf>.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. (orgs.) **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 52-75.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BERALDO, Beatriz. O que é feminilidade? Papéis sociais e o feminismo contemporâneo. In: 4º COMUNICON CONGRESSO INTERNACIONAL COMUNICAÇÃO E CONSUMO, 2014, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ESPM, 2014. Disponível em: <http://www.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gt_cinco/GT05_BERALDO.pdf>

BERNAL, Patricia. In: PERUZZO, Cicilia M.; COGO, Denise; KAPLUN, Gabriel. **Comunicación y movimientos populares**. ¿Quales redes? São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

BORTOLON, Bianca; MALINI, Marianne; MALINI, Fábio. Gênero e Ativismo Online: um estudo de caso da campanha Não Mereço Ser Estuprada no Facebook. XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2015. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3524-1.pdf>>

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre. n. 24, jul. 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3271/2531>>. Acesso em: 6 dez. 2011.

_____. Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas. **Revista Fronteiras**. Estudos Midiáticos. v. VIII, n. 2, p. 152-159, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/view/3147/2957>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Witting e Foucault. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. (orgs.) **Feminismo como crítica da modernidade**. Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 139-154.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARDOSO FILHO, Jorge. Para “apreender” a experiência estética: situação, mediações e materialidades. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, dez. 2011, p. 40-52.

CARDOSO, Nara Maria Batista. Mulher e maus-tratos. In: STREY, Marlene Neves (org.). **Mulher: estudos de gênero**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997. p. 127-138.

CARREIRA, Denise; MENCHU, Ajamil; MOREIRA, Tereza (orgs.). **Mudando o mundo**. A liderança feminina no século 21. São Paulo: Cortez/Rede Mulher de Educação, 2001.

CASSIMIRO, Érica Silva; GALDINO, Francisco Flávio Sales; SÁ, Geraldo Mateus de. As concepções de corpo construídas ao longo da história ocidental: da Grécia Antiga à Contemporaneidade. **Revista Eletrônica Print**. São João del-Rei, Minas Gerais, n.14, 2012. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/revistalable>> Acesso em: 22 set. 2014.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. (orgs.) **A Sociedade em Rede**. Do Conhecimento à Acção Política. Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2011.

CASTRO, Ana Lucia (org.). **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades**: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CECARELLI, Paulo Roberto. Uma breve história do corpo. In: Lange & Tardivo (orgs.). **Corpo, Alteridade e Sintoma: diversidade e compreensão**. São Paulo: Vetor, 2011. p. 15-34,.

CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil**: TIC Domicílios e TIC Empresas 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: disponível em: <<http://cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-no-brasil-tic-domicilios-e-empresas-2013/>>

COGO, Denise. BRIGNOL, Liliane. Redes Sociais e os estudos de recepção na Internet. **Matrizes**. São Paulo. Ano 4, n. 2, p. 75-92, jan./jun. 2011.

COGO, Denise. **Os estudos de recepção na América Latina**: perspectivas teórico-metodológicas. In: Portal de la Comunicación. Instituto de la Comunicación (InCOM) de la UAB (Universidade Autônoma de Barcelona), 2009. Disponível em: <http://www.portalmunicacion.com/por/_n_aab_lec_1.asp?id_llico=48>.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene N; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R; (orgs.). **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre, 2004. p. 13-38.

CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Org.). **História do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Maria Eugênia Belczack. Grupo Focal. In: DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio. (orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 180-192.

DE CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. São Paulo: Papirus, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Felix. **Mil Platôs** (Prefácio e Introdução). Rio de Janeiro: Ed 34, 1995. p 7 -37. Disponível em: <<http://www.4shared.com/document/EOFpIlt4/Gilles%20Deleuze%20Felix%20Guattari%20.html?cau2=403tNull>>. Acesso em: 19 de outubro de 2010.

DINIZ, Maiana. Com a internet, feminismo está em alta entre as jovens. **Agência Brasil**, 8 mar. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/com-internet-feminismo-esta-em-alta-entre-jovens-diz-especialista>.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 62-83.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais** – Uma versão latinoamericana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; MESSA, Márcia Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil. **Contemporânea**, 2006. v.4. n. 2. p.65-82.

FALKEMBACH, Maria Fonseca. **Corpo-espaço: heterotopia e dança**. Porto Alegre: UFRGS; Disponível em: <<http://portalabrace.org/1/attachments/article/980/CORPO-ESPACO%20-%20heterotopia%20e%20danca%20-%20ABRACE%202014.pdf>>

FELINTO, Erick. O digital e a impureza da matéria: sobre a desapareição do corpo e da materialidade nos discursos da cibercultura. In: LYRA, Bernardete; SALDANHA, Gelson (orgs.). **Corpo e Mídia**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

_____. **Passeando no labirinto**: ensaios sobre as tecnologias e as materialidades da comunicação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. 116 p.

FELINTO, Erick; ANDRADE, Vinícius. A vida dos objetos: um diálogo com o pensamento da materialidade da comunicação. **Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 75-94, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3448/2514>>. Acesso em: 3 mai. 2015.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 44, jan./jun. 2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p.586-599, 2001.

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 125-52.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

FRAGOSO, Suely; MALDONADO, Alberto Efendy. (orgs.) **A Internet na América Latina**. São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos e técnicas de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? **Ciberlegenda**. Rio de Janeiro, n. 5, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/vera1.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2010

FUENTES NAVARRO, Raúl, LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (comps). **Comunicación, campo y objeto de estudio** – Perspectivas reflexivas latinoamericanas. Guadalajara, México: ITESO; Universidad de Guadalajara, 2001.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.) **Corpo gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. Petrópolis, Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, jan./abr., 2010.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu**. n. 14, p.45-86, 2000. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/n14a03.pdf>>

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Corpo e Forma**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998

_____. **Produção de Presença**. O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2010.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomas Tadeu da. (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luis; FRANÇA, Vera Veiga (orgs). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 151 - 170.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IERVOLINO, SA.; PELICIONI, MCF. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 35, n.2, p.115-21, jun. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: ago. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS – IPEA. Disponível em: <<http://ipea.org.br>>.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 7-132.

KASTRUP, Virginia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. (orgs.) **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 32-51.

KATZ, Helena. Todo corpo é corpomídia. **ComCiência**. Revista eletrônica de jornalismo científico. Disponível em: <<http://comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=11&id=87&tipo=1>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

KATZ, Helena; GEINER, Christine. **Por uma teoria do corpomídia ou a questão epistemológica do corpo.** s/d. Disponível em <https://artesescenicas.uclm.es/archivos_subidos/textos/237/Christine%20Greiner%20y%20Helena%20Katz.%20Por%20uma%20teoria%20do%20corpomidia.pdf>

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista.** Belo Horizonte, v. 10, n. 15, jun. 2004. p. 124-136.

KUHN, Thomas. **Estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1987.

LAGARDE, Marcela. **Cautiveiros de las mujeres: madreposas, monjas, putas, presas y locas.** 4. Ed. Ciudad del Mexico: UNAM, 2011.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo.** Antropologia e sociedade. Campinas: Papyrus, 2013

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 9-27.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Nas redes do conceito de gênero.** s/l. 1997. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/geerge/redes.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2011.

LYRA, Bernardete; SALDANHA, Gelson (orgs.). **Corpo e Mídia.** São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa. (orgs.) **Dicionário da Crítica Feminista.** Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 248-285.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. **Mediação,** Belo Horizonte, v. 11, n. 10, jan./jun. de 2010.

MARCHA DAS VADIAS, *online.* Disponível em: <https://www.facebook.com/events/532655696847499>. Acesso em: 10 dez. 2014

MARIANO, Silvana Aparecida. Universidade Estadual de Londrina. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas,** Florianópolis, set./dez. 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Ofício de cartógrafo.** Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Ed. Loyola, 2004, p.9-42.

_____. **Dos meios às mediações.** Comunicação, cultura e hegemonia. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais.** Linguagens, ambientes, redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

MATOS, Maria Izilda de. Gênero e história: percursos e possibilidades. In: SCHPUN, Monica Raisa (org.). **Gênero sem fronteiras**: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. p. 73-91.

_____. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. In: PISCITELLI, Adriana; MELO, Hildete Pereira de ; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia. (orgs.) **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2009. p. 281-294.

MESSA, Márcia Rejane. Os estudos feministas da mídia: uma trajetória anglo americana. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina. (org.) **Comunicação e gênero**: a aventura da pesquisa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 38-61.

MEYER, Dagmar Estermann. "Gênero e educação: teoria e política". In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 9-27.

MILLETTE, Renelle Chaya. Os mitos de gênero e mudança mundial em espaços coletivos - um estudo antropológico de narrativas arquetípicas e rituais de feminilidade e masculinidade na ciber-realidade. 2011. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2005. p. 23 – 26.

MORIN, Edgard. **O Método 3**: o conhecimento do conhecimento. Lisboa: Europa-América, 1986.

MUSSKOPF, Andre Sidnei. Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram: reflexões sobre as pesquisas de gênero e sua relação com a Teoria Queer a partir da teologia. **História**. Unisinos, São Leopoldo. v. 9, n. 3, set./dez. 2005.

NARVAZ, Martha Giudice. KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NARVAZ, Martha; NARDI, Henrique Caetano. A problematização feminista a obra e Foucault. **Revista Mal Estar e Subjetividade**. Fortaleza, v.7 n.1, mar. 2007. p. 45-70.

NEELY, Sarah. Making bodies visible. Post-feminism and the pornographication of online identities. In: GUNKEL, D. GOURNELOS, T. (ed.). **Transgression 2.0**. Media, culture and the politics of the digital age. NYC: Continuum, 2012.

NORRIS, Christopher. **Epistemologia, conceitos – chave em filosofia**. Porto Alegre: Atmed, 2006.

NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano**. Barcelona: Herder, 2002.

OLIVEIRA, Alysson André Régis de; FILHO, Carlos Alberto Pereira Leite; RODRIGUES, Cláudia Medianeira Cruz. O Processo de Construção dos Grupos Focais na Pesquisa Qualitativa e suas Exigências Metodológicas. XXI ENCONTRO ANPAD. Rio de Janeiro, set. 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-A2615.pdf>>

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **Elogio da Diferença**: o feminino emergente. Editora Brasiliense, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU Mulheres. Disponível em: <http://onumulheres.org.br>. Acesso em: 6 abr. 2015.

OROZCO GOMES, Guillermo. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis. (org.) **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. 207 p.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea** v. 2, n. 2 p. jul/dez. 2012.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. IV ENCONTRO DA COSMOPOLÍTICA. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, abri. 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>

PEREIRA, Vinícius Andrade. Reflexões sobre as materialidades dos meios: embodiment, afetividade e sensorialidade nas dinâmicas de comunicação das novas mídias. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**. São Leopoldo, VIII, mai./ago. 2006.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO (PNAD). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, v.18, n. 36, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200003&script=sci_arttext>

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-149.

PRECIADO, Beatriz. Somateca. Producción biopolítica, feminismos, prácticas queer y trans. Programa de Estudios Avanzados en Prácticas Críticas 2013. Museo Nacional de Arte Reina Sofía. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/195017464/Preciado-Somateca#scribd>

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **Los modelos de la comunicación**. Madrid: Tecnos, 1989.

RODRIGUES, Ana Maria da Silva. Busca e uso da informação na autogestão corporal. 2003. TESE. (Doutorado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2003. 179 f

RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. Sexualidad, salud y sociedad. **Revista Latinoamericana**. Rio de Janeiro, n. 10, abr., 2012.

RODRIGUES, J.C. **O tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

ROLLA, Marcos Paulo. O corpo da performance. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v.19, n.1 e 2, jan./dez. 2012. p.124-129.

ROLNIK, Suely. Cartografia Sentimental da América: produção do desejo na era da cultura industrial. 250f. TESE. (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. São Paulo, 1987.

_____. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2014.

ROSÁRIO, Nísia Martins do. **Mitos e cartografias**: novos olhares metodológicos na comunicação. Disponível em > corporalidades.com.br/site/wp-content/uploads/downloads/2013/12/2008_4.pdf. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. Mitos e cartografias: novos olhares metodológicos na comunicação. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação**: desafios na prática investigativa. João Pessoa: Editora UFPB, 2008. p. 195-220.

ROSÁRIO, Nísia Martins do; AGUIAR, Lisiane Machado. A cartografia como um processo teórico-metodológico multifacetado para estudos da cibercultura. VI SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA. Novo Hamburgo, nov. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Imesp, v. 13, n.4, set. 2000.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Corpos de passagem**: ensaios sobre a subjetividade contemporânea, São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2001.

_____. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, Carmen Lúcia Soares (Org.). **Corpo e história**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 3-23.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na paradigmática. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. A mulher frente à cultura da eterna juventude: Reflexões teóricas e pessoais de uma feminista 'cinquentona'. In: FERREIRA, S. L.; NASCIMENTO, E. R. do (orgs.). **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/ UFBA, 2002.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, mai./ago. 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**. Ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SE ESSA RUA FOSSE NOSSA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/seessaruafossenossa/posts/1556677794583652:0>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SILVA, Celia Regina da. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela, FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulher e Política**: Gênero e feminismo no partido dos trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, 1998.

_____. Estratégias de comunicação e ativismo feminino na esfera pública midiática: estudo sobre os sites Hip Hop Mulher. 2011. Tese. (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 2011.

SOARES, Vera. Movimento Feminista. Paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**. 2º sem., número especial. Rio de Janeiro: Ciec/ECO/UFRJ, p. 11-24, 1994.

STREY, Marlene Neves. Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patrícia Kriger; WERBA, Graziela C. **Violências e gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 47-70. Disponível em: <http://http://books.google.com.br/books?id=EMHRcN2KPYUC&pg=PA107&dq=violencia+contra+mulheres&hl=pt-BR&ei=f8iATuriNYfJgQf3v8Q2&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&ved=0CEAQ6AEwBA#v=onepage&q=violencia%20contra%20mulheres&f=false> Acesso em: 21 set. 2011.

TAYLOR, Diana. Traduzindo performance [prefácio]. In: DAWSEY, John C.; MÜLLER, Regina P.; HIKIJI, Rose Satiko G.; MONTEIRO, Mariana F.M. (orgs.). **Antropologia e Performance**. Ensaios na Pedra. São Paulo: Terceiro Nome, 2013. p. 9-16.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Feminismo no Brasil: trajetória e perspectivas. In: SOTER, Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (org.). **Gênero e Teologia**. Interpelações e perspectivas. São Paulo: Loyola, 2003. p. 51-66.

TORO A., Jose Bernardo & WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social**: Um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. UNISINOS. www.unisinos.br. Acesso em: 3 set. 2014.

VERMELHO, Sonia Cristina. **Mídias e linguagens**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

VIEIRA, Vera de Fatima. Comunicação e feminismo. As possibilidades na era digital. TESE de Doutorado. Escola de Comunicação e Artes (ECA) USP. São Paulo, 2012.

VILELLA, Alice. Narrativas que fazem existir: mito e filme em performance entre os Asuriní do Xingu. In: DAWSEY, John C.; MÜLLER, Regina P.; HIKIJI, Rose Satiko G.; MONTEIRO, Mariana F.M. (orgs.). **Antropologia e Performance**. Ensaios na Pedra. São Paulo: Terceiro Nome, 2013. p. 249-260.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da **Violência**: Mortes Matadas por Arma de Fogo. Brasília, 2015, UNESCO. Disponível em:< www.juventude.gov.br/juventudeviva>

ZIRBEL, Ilze. Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, março 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence=1>